



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Sociabilidades e Cotidiano: A Praça da Alfândega em Porto Alegre

Carla Betânia Reiher

Dissertação de Mestrado
apresentado ao Programa de
Pesquisa e Pós-Graduação
em Sociologia da
Universidade Federal de
Sergipe, com Área de
Concentração – “Cultura
Contemporânea e Dinâmicas
Sociais”.

Orientador:
Prof. Dr. Rogerio Proença
Leite.

São Cristóvão – Sergipe

Julho de 2015.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R361s Reiher, Carla Betânia
 Sociabilidades e cotidiano: a Praça da Alfândega em Porto Alegre
 / Carla Betânia Reiher; orientador Rogério Proença Leite. – São
 Cristóvão, 2015.
 143 f. : il.

 Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2015.

 1. Sociologia urbana. 2. Interação social. 3. Cidades e vilas –
Porto Alegre. 4. Praça da Alfândega (Porto Alegre, RS). 5.
Representações sociais. I. Leite, Rogério Proença, orient. II.
Título.

CDU 316.334.56

O MAPA

(Mário Quintana)

Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...

(E nem que fosse meu corpo!)

Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...

Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuance de paredes,
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)

Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada,
Serei um pouco do nada
Invisível, delicioso

Que faz com que teu ar
Pareça mais um olhar,
Suave mistério amoroso,
Cidade do meu andar
(Desde já tão longo andar!)

E talvez de meu repouso...

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de um conjunto de esforços, que se iniciam antes mesmo de minha aprovação na seleção de mestrado. Agradeço aqueles que direta ou indiretamente estiveram comigo desde os meus primeiros passos no mundo acadêmico, dividindo comigo anseios, angústias, questionamentos, alegrias e tristezas.

Agradeço ao meu orientador Dr. Rogerio Proença Leite, por aceitar conduzir-me nesta caminhada, pela confiança depositada, por toda a colaboração na minha carreira acadêmica e inspiração para adentrar na temática da Sociologia Urbana, ainda como meu professor na graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS, a seu corpo docente, coordenação e a equipe técnica administrativa; e a Capes pelo fomento da pesquisa.

Aos meus colegas do LABEURC e pelas discussões profícuas nas nossas Sextas Urbanas.

Aos meus colegas da turma de mestrado, que muito contribuíram com as discussões sobre nossas pesquisas.

Ao professor Denio e a professora Fernanda pelas contribuições significativas que deram em minha qualificação.

A minha família, que acreditou, apoiou e incentivou cada passo que dei, que amparou em cada dificuldade que encontrei. A minha mãe, a quem devo muito da pessoa que me tornei, por ser exemplo de luta, por acreditar em minha capacidade, por todo apoio e amparo; e a meu padrasto Paulinho pelo apoio de sempre.

Ao meu namorado, amigo e companheiro Felipe Borges, por todo amparo, apoio, incentivo, por acreditar na minha capacidade sempre, por caminhar ao meu lado em todos os momentos, dos mais difíceis aos mais leves. Por todo o esforço e dedicação que teve para comigo nesta trajetória, sem sua ajuda e apoio este trabalho não aconteceria. Obrigado por tudo. A você Felipe, minha eterna gratidão.

A minha irmã Angela por todo apoio, carinho e estadia durante meus trabalhos de campo; a meu sobrinho Nicolas por toda a alegria que proporcionou quando retornava do trabalho de campo, fazendo com que este se tornasse mais leve. A minha irmã Gisele e meu cunhado Carlos, pela descontração e os momentos de lazer que proporcionaram.

Ao meu pai, pelo apoio, que diante das adversidades da vida ainda assim me tranquiliza e acredita que tudo vai dar certo. Ao meu filho Matheus por ter caminhado comigo grande parte de minha trajetória acadêmica.

Aos meus amigos que sempre estiveram comigo, me apoiando, incentivando e contribuindo com discussões importantes sobre meu objeto de estudo, dividindo momentos calmos e também os turbulentos. A todos vocês que estiveram comigo neste árduo caminho, muito obrigado. Em especial a Mayara, Maria Rita, Janylla, Ívina e Francisco Emanuel, pelas conversas, pelas rodadas de café, pelo amparo, e por dividirem os momentos de angústias e alegrias.

RESUMO

Este estudo se insere no contexto de análises dos processos de interações sociais nos espaços urbanos, dentro da perspectiva da sociologia da vida cotidiana das e nas grandes cidades, onde a partir de então pretende-se apreender tais processos e revelar as minúcias do dia a dia dos indivíduos usuários de tais espaços. Esta pesquisa tem como objeto empírico a Praça da Alfândega situada no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre; com o objetivo de investigar e apreender as particularidades do cotidiano dos indivíduos que tomam a Praça como um espaço de interações sociais. A realidade social dos grandes centros urbanos traz consigo uma pluralidade de formas, diferentes entre si, de interações sociais, sendo a cidade, por sua complexidade, um grande laboratório de estudos da sociedade, e da vida cotidiana, uma vez que abriga uma multiplicidade de mundos, uma pluralidade de conteúdos, que o indivíduo toma pra si e elabora-os nas interações, nos processos de socialização e nas sociabilidades praticadas. Discute-se nesse trabalho inicialmente a influência dos escritos de Georg Simmel para os estudos urbanos e as relações sociais que perpassam desde processos de interações sociais efêmeras até de sociabilidades. Fazemos uma apresentação do campo da sociologia da vida cotidiana, como uma forma de análise que privilegia os processos de subjetivação do indivíduo, como estes interagem entre si e com a realidade social que os cercam no seu dia a dia, revelando assim, a partir de análises microsociais as interações que permeiam tal realidade. Na segunda parte deste trabalho trataremos de uma análise da formação do objeto empírico (a Praça da Alfândega) e as transformações socioespaciais ocorridas na mesmo. Posteriormente entramos no campo empírico atual e análise dos dados, na tentativa de apreender a vida cotidiana da Praça, suas representações sociais, sua cartografia social e as interações sociais alocadas em tal espaço urbano. Os estudos urbanos, no que tange as Ciências Sociais contribuem para o conhecimento da realidade social urbana. O crescimento das cidades, reflexo do aumento populacional que, em grande medida derivado do êxodo rural, atraídos pelo desenvolvimento industrial, nos remete a uma faceta das possibilidades de estudos de tais transformações, que perpassam a maioria das vezes por análises socioeconômicas na esfera macroestrutural. Porém, por outro lado, essas transformações nos permitem também analisar os processos sociais na sua categoria micro, desvelando as dinâmicas que perpassam a realidade social urbana, e consequentemente as transformações socioespaciais; as relações sociais desse homem urbano e os processos de interações sociais em que o mesmo está imerso, e que irá refletir nas dinâmicas e práticas sociais nos espaços urbanos.

Palavras-chave: interações sociais; cotidiano; espaço urbano; sociabilidades; estudos urbanos.

SUMMARY

This study is inserted in the context of analysis of social interaction processes in urban areas, from the perspective of sociology of daily lives and in large cities, where from then seeks to apprehend these processes and reveal the minutiae of the day-to-day of individual users of such spaces. This research has as an empirical object the Praça da Alfândega located in the historic center of Porto Alegre; in order to investigate and apprehend the everyday peculiarities of individuals that take the square as a space for social interactions. The social reality of large urban centers brings with it a variety of forms, different from each other, of social interactions, and the city, for its complexity, a great laboratory studies of society and daily life, as it is home to a multiplicity of worlds, a plurality of contents, that individual takes for himself and prepares them in interactions, in socialization processes and practiced sociability. It is argued in this paper initially the influence of the writings of Georg Simmel for urban studies and social relations that underlie from ephemeral social interactions processes to sociability. Make a presentation of the field of sociology of daily life, as a form of analysis that emphasizes the individual's subjective processes, how they interact with each other and with the social reality around them in their day-to-day, revealing then, from microsocial analysis the interactions that underlie this reality. In the second part of this paper we will deal with an analysis of the formation of the empirical object (Praça da Alfândega) and the socio-spatial transformations that happened in it. Later we enter the current empirical field and data analysis in an attempt to capture the daily life of the square, its social representations, social mapping and social interactions allocated in such urban space. The urban studies, regarding the social sciences contribute to the knowledge of the urban social reality. The growth of cities, reflecting the population growth that largely derived from the rural exodus, attracted by the industrial development, leads us to one facet of the possibilities of such transformations studies that underlie most of the time for socioeconomic analysis in the macro-structural level. But on the other hand, these changes allow us also to analyze the social processes in its micro category, revealing the dynamics that underlie the urban social reality, and therefore the socio-spatial transformations; the social relations of this urban man and the social interactions processes in which it is immersed, and that will reflect the dynamic and social practices in urban spaces.

Keywords: social interactions; everyday; urban space; sociability; urban studies.

Lista de figuras

| | |
|-----------------|-----|
| Figura 01 | 71 |
| Figura 02 | 75 |
| Figura 03 | 76 |
| Figura 04 | 78 |
| Figura 05 | 78 |
| Figura 06 | 79 |
| Figura 07 | 82 |
| Figura 08 | 84 |
| Figura 09 | 85 |
| Figura 10 | 86 |
| Figura 11 | 88 |
| Figura 12 | 90 |
| Figura 13 | 91 |
| Figura 14 | 92 |
| Figura 15 | 92 |
| Figura 16 | 94 |
| Figura 17 | 96 |
| Figura 18 | 96 |
| Figura 19 | 97 |
| Figura 20 | 98 |
| Figura 21 | 98 |
| Figura 22 | 99 |
| Figura 23 | 100 |
| Figura 24 | 100 |
| Figura 25 | 101 |
| Figura 26 | 101 |
| Figura 27 | 102 |
| Figura 28 | 103 |
| Figura 29 | 103 |
| Figura 30 | 105 |
| Figura 31 | 112 |
| Figura 32 | 113 |
| Figura 33 | 117 |
| Figura 34 | 117 |
| Figura 35 | 127 |
| Figura 36 | 130 |
| Figura 37 | 130 |
| Figura 38 | 130 |
| Figura 39 | 131 |
| Figura 40 | 131 |
| Figura 41 | 132 |
| Figura 42 | 135 |
| Figura 43 | 135 |

Lista de siglas

ARTEFAN – Associação dos artesãos Feira de artesanato Praça da Alfândega

BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

CEF – Caixa Econômica Federal

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico Estadual

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MARGS – Museu de Artes do Rio Grande do Sul

MPB – Música Popular Brasileira

PMU - Plano Geral de Melhoramentos

UNESCO – (Unit Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| I. Introdução | 12 |
| II. Estudos Urbanos e Sociologia da Vida Cotidiana | 16 |
| II.1 O homem urbano e seus processos de interação e sociabilidades | 16 |
| II.1.1 O processos de sociabilidades e sua forma lúdica de interação social | 22 |
| II.1.2 Os desdobramentos da teoria simmeliana nos estudos urbanos | 31 |
| II.2 Um novo campo na Sociologia: A Sociologia da Vida Cotidiana | 34 |
| II.2.1 Enfim, mas o que é cotidiano? | 36 |
| II.2.2 Os precursores do campo da Sociologia da Vida Cotidiana | 38 |
| II.2.2.1 A tradição durkheimiana | 38 |
| II.2.2.2 As formas sociais de interação | 40 |
| II.2.2.3 A fenomenologia | 44 |
| II.2.2.4 O individualismo metodológico | 48 |
| II.2.2.5 O individualismo institucional | 50 |
| II.2.2.6 A análise do cotidiano a partir da perspectiva sócio-antropológica | 53 |
| II.2.2.7 A sociologia da ação | 54 |
| II.3 A sociologia da vida cotidiana enquanto uma nova possibilidade de análise: A lógica da descoberta e o revelar do social | 57 |
| II.3.1 A sociologia da vida cotidiana enquanto método de análise | 59 |
| III. Da Praça da Quitanda à Praça da Alfândega: a formação e as transformações de um espaço urbano | 67 |
| III.1 A formação da cidade de Porto Alegre | 67 |
| III.1.1 A emergência de um espaço urbano: a Praça da Quitanda e seu entorno | 69 |
| III.1.2 Um novo nome: agora é Praça da Alfândega | 72 |
| III.2 As alterações no cenário urbano: a <i>Belle Époque</i> desembarca em Porto Alegre | 73 |
| III.2.1 As sociabilidades e as formas de usos da Praça no passado | 79 |
| III.3 As transformações socioespaciais de um espaço urbano | 84 |
| III.3.1 Da elitização à popularização: a perda da centralidade | 87 |
| IV. A Praça da Alfândega hoje: o cotidiano e os processos de interações sociais | 95 |
| IV.1 A descrição do campo: imagens e olhares de um <i>lugar</i> | 95 |
| IV.2 Os grupos sociais da Praça da Alfândega | 103 |
| IV.2.1 A categoria <i>trabalhadores</i> da Praça | 106 |
| IV.2.2 A categoria <i>moradores</i> da Praça | 107 |
| IV.2.3 A categoria <i>jogadores</i> da Praça | 110 |
| IV.2.4 A categoria <i>frequentadores</i> da Praça | 114 |
| IV.3 O cotidiano da Praça da Alfândega e suas relações sociais | 117 |
| V. Considerações Finais | 135 |
| VI. Referências Bibliográficas | 139 |
| VII. Anexos | 143 |

I. Introdução

Este estudo se insere no contexto de análises dos processos de interações sociais nos espaços urbanos, dentro da perspectiva da sociologia da vida cotidiana das e nas grandes cidades, onde a partir de então pretende-se apreender tais interações e revelar as minúcias do dia a dia dos indivíduos usuários de espaços públicos urbanos. Desta forma este estudo toma como recorte empírico a Praça da Alfândega situada no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre; onde pretende-se descobrir as particularidades do cotidiano dos indivíduos que tomam a Praça como um espaço de interações sociais e socialização.

A realidade social das grandes cidades traz consigo uma pluralidade de formas, diferentes entre si, de interações sociais, sendo a metrópole um grande laboratório de estudos da vida cotidiana, uma vez que abriga uma multiplicidade de mundos, uma pluralidade de conteúdos, que o indivíduo toma pra si e elabora-os nas interações, nos processos de socialização e nas sociabilidades praticadas.

Desta forma o espaço público torna-se centro de análises na sociedade contemporânea, onde temos por exemplo de um lado os estudos de Sennett (1998) que coloca a “morte do espaço público” nas grandes cidades em discussão; em contrapartida temos Leite (2004) que propõe uma releitura do espaço público, trazendo uma discussão em que o conceito é repensado tendo como base os processos fragmentários e dispersivos próprios da condição pós-moderna, onde as interações sociais e/ou sociabilidades possibilitam a formação de novos significados a estes espaços ante as transformações e interações alocadas em tal espaço.

O pesquisador Fortuna (2009) nos chama atenção para esta cidade contemporânea em que há uma transformação e o desaparecimento de um modelo histórico de cidade, onde as novas reconfigurações urbanas se distanciam dos modelos de cidade constituídos na antiguidade, na era medieval e industrial e que devemos direcionar nossos olhares para o lado sensível das cidades e da vida pública.

Discute-se nesse trabalho inicialmente a influência dos escritos de Georg Simmel para os estudos urbanos e as relações sociais que perpassam desde interações sociais efêmeras até de sociabilidades. Continuamos com uma apresentação do campo da sociologia da vida cotidiana, como uma forma de análise que privilegia os processos de

subjetivação do indivíduo nos grandes centros urbanos e, como estes interagem entre si e com a realidade social que os cercam no seu dia a dia, revelando assim, a partir de análises microsociais as interações que permeiam tal realidade. Insere-se também nesta parte a influência de alguns teóricos precursores dos estudos do cotidiano. Em uma segunda parte trataremos de uma análise da formação do objeto empírico (a Praça da Alfândega) e as transformações socioespaciais ocorridas na mesma. Na terceira parte trataremos do campo empírico atual e análise dos dados, na tentativa de apreender a vida cotidiana da Praça, suas representações sociais e as interações sociais alocadas em tal espaço urbano.

Esta pesquisa compreende, simultaneamente, um levantamento histórico-documental e iconográfico, como também a coleta de dados através da observação direta e de entrevistas. A partir da observação direta procurar-se-á uma compreensão das dinâmicas sociais alocadas na Praça e seu entorno, a apreensão daquilo que se *passa quando nada parece passar*, o cotidiano das interações sociais presentes neste espaço público, buscando elucidar os enigmas sociais do cotidiano deste *lugar*, sendo este um dos objetivos deste estudo.

As entrevistas semi-estruturadas possibilitam compreender e apreender o cotidiano dos usuários de tal espaço, as interações e como estes indivíduos sentem-se em relação a Praça e as práticas sociais ali alocadas, enquanto um espaço urbano, um *lugar* ou ainda um *não-lugar*, ou seja, o que a praça representa para seus usuários.

A opção pelas narrativas permite alcançar também as representações do lugar, que vai além de uma lembrança ou percepção pessoal ou individual, pois conforme Halbwachs (2006) esta é também, e principalmente, uma memória social, sendo que “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1994, p. 55).

Portanto a narrativa enquanto método, é um caminho "vasto e comum para chegar à realidade de qualquer coisa. Um *caminho escuro* que se vai clareando à medida que se vai fazendo, isto é, à medida que o percorremos" (PAIS 2007, p. 68). Sendo assim, a sociologia da narratividade (ao contrário das sociologias substancialistas que se determinam pelos seus objetos) se definem pelo método dialógico, pela sua discursividade metodológica, "porque mais importante do que o mundo em si mesmo é a forma como ele é dito ou pensado (...) o mundo pensado e dito, o mundo relatado, é o

mundo por excelência. A realidade social não existe a não ser de forma interpretada" (PAIS 2007, p. 70).

O método dialógico a que se refere Machado Pais implica também um certo distanciamento entre o pesquisador e seu objeto, um estranhamento, porém não é tratar seu objeto enquanto coisa como na sociologia positiva, mas sair da mera contemplação e demonstração para a descoberta deste¹, para o decifrar do objeto através de elementos como a percepção da empatia e da tautocracia. É nesse estranhamento que se encontra o método dialógico².

O levantamento histórico-documental, sendo que a partir deste se procederá à análise documental e de bibliografias sobre a história local, permite ressaltar através de uma abordagem histórica e social a importância desta praça para a sociedade gaúcha e principalmente porto-alegrense e seus usos.

Os dados iconográficos, que serão alocados em um banco digital de imagens, permitirão analisar as transformações imagéticas que a praça sofreu, pois a Praça da Alfândega como parte integrante da cidade compõe a *imagem urbana* da capital gaúcha, sendo que, conforme Leite (2008), entende-se por *imagem urbana* “toda a dimensão visual que representa ou auto-representa sociabilidades públicas, formações identitárias, inscrições estéticas sócio-espaciais ou elementos materiais existentes na composição estético-visual dos espaços urbanos” (LEITE, 2008, p. 172).

Neste sentido, a Praça da Alfândega projeta na capital gaúcha uma *imagem urbana*. Conforme salienta Leite (2008), estudos sobre a *imagem urbana*, apresentam aspectos importantes para as pesquisas urbanas, pois apresentam duplo valor heurístico, enquanto *produto*, resultante da dimensão visual (das identidades culturais) e estética (das cidades); e como *processo*, enquanto parte “constitutiva das narrativas que delineiam as

¹ Porém, tal estratégia contém uma ironia bem complexa, "crer (ou querer) ver as coisas através do ponto de vista de quem as vive é confundir as coisas, em si mesmas, com as representações que delas se têm. A realidade é enigmática porque escapa às palavras e aos conceitos" (PAIS 2007, p. 64).

² Sobre o método dialógico: “o *método dialógico* consiste precisamente em que o pesquisador consiga manter um relativamente elevado grau de consciência que evite a sua absorção por parte do mundo objecto da sua análise, ao mesmo tempo que está desperto para a polifonia das vozes que o rodeiam... (PAIS 2007, p. 63).

representações sobre cidades e amparam metodologicamente as análises sociológicas e antropológicas sobre a vida e cultura urbana” (LEITE, 2008, p. 172).

Portanto, Leite (2008) ressalta que nos estudos urbanos contemporâneos a utilização da imagem se apresenta, além de um recurso metodológico, um recurso essencial da própria investigação dos estudos urbanos, “na medida em que ela capta um enquadramento que o pesquisador pretende imprimir a investigação (...) não representa apenas uma narrativa da qual se deseja falar da cidade, mas expressa diferentes possibilidades analíticas, pelo grau de polissemia que é capaz de reter” (LEITE, 2008, p. 195).

II. ESTUDOS URBANOS E A SOCIOLOGIA DA VIDA COTIDIANA

II.1 O homem urbano e seus processos de interação e sociabilidades

Os estudos urbanos no Brasil, que partem da vertente das ciências sociais - seja a antropologia, a sociologia ou a ciência política – possuem uma gama vasta de pesquisas e pesquisadores importantes, contribuindo para o conhecimento da realidade social urbana. O crescimento das cidades, reflexo do aumento populacional que, em grande medida derivado do êxodo rural, atraídos pelo desenvolvimento industrial, nos remete a uma faceta das possibilidades de estudos de tais transformações, que perpassam a maioria das vezes por análises socioeconômicas na esfera macroestrutural.

Porém, por outro lado, essas transformações nos permitem também analisar os processos sociais na sua categoria micro, desvelando as dinâmicas que perpassam a realidade social urbana, e conseqüentemente as transformações socioespaciais; as relações sociais desse homem urbano e as interações sociais em que o mesmo está imerso, e que irá refletir nas dinâmicas e práticas sociais nos espaços urbanos. Desta forma a cidade torna-se um importante laboratório de análises dos processos sociais, cenário este que a Escola de Chicago toma para seus estudos dos vínculos e interações sociais.

Os estudos urbanos permitem também uma interface com diferentes campos do conhecimento, como a história, a economia, a geografia, a arquitetura, etc., gerando uma constante troca de saberes. Mas há também uma disputa no que tange a busca pela hegemonia nos estudos urbanos e a tentativa de impor a legitimidade de seus paradigmas³.

Atualmente o Brasil é uma sociedade predominantemente urbana, o que nos leva a entender que é de grande importância os estudos que possuem seu recorte de análise no espaço urbano, palco de grande diversidade social e de processos de interações sociais complexos, onde o fenômeno urbano se torna de certa forma sinônimo da dinâmica da sociedade.

³ Sobre essa discussão ver Nunes (2012).

A cidade é resultado dos processos de urbanização, mas também o lugar dos processos sociais, desde a harmonia até o conflito social, temos desde as formas de fazer a cidade até as formas de usá-la e consumi-la, como nos diz Certeau (2012), que reflete variadas formas de estratégias e táticas elaboradas por parte de seus atores. Não estamos somente na cidade, agimos sobre ela, e a reelaboramos a partir de nossas representações sociais.

A temática da interação social e sociabilidades está presente em grande medida nos estudos urbanos, principalmente quando a experiência do homem nas grandes cidades proporciona uma aproximação corporal e ao mesmo tempo uma distância espiritual, resultando no comportamento blasé, como nos traz Simmel (2006). Os processos modernos, para o autor, no que tange as metrópoles, é a difusão de um sistema monetário, onde o dinheiro é seu símbolo máximo e por possuir um caráter indiferente acaba por quantificar o qualificável.

A vida urbana deste modo é marcada por princípios ordenadores da racionalidade capitalista, forjando no indivíduo dos grandes centros urbanos um estilo de vida moderno. Temos então uma característica da vida cotidiana urbana que traz em si uma relação ambígua, uma vez que os indivíduos encontram-se próximos corporalmente ou espacialmente, mas distantes espiritualmente.

As cidades, ou melhor, os grandes centros urbanos, são marcados por um individualismo moderno, porém Georg Simmel (2006) compreende essa individualização não enquanto uma oposição indivíduo e sociedade, mas sim como um dos lados da socialização. E a metrópole é o local em que o homem cobra sua autonomia, como também sua particularidade diante dos grupos os quais convive.

Conforme Sennett (1998), as cidades, a partir do século XVIII tornam-se um mundo que proporciona que grupos muito diferentes entrem em contato uns com os outros, onde o domínio público passa a incluir uma grande diversidade de pessoas, forjando um tipo humano específico, o homem cosmopolita, que passa a ser o homem público perfeito. O “cosmopolita é um homem que se movimenta despreocupadamente em meio à diversidade, que está à vontade em situações sem nenhum vínculo nem paralelo com aquilo que lhe é familiar” (SENNETT, 1998, p. 31).

O homem da metrópole tem um “privilégio” diante dos que vivem em pequenas cidades porque estes últimos não são estimulados na mesma frequência e intensidade que o homem metropolitano, que por sua vez recebe uma carga excessiva de excitações advindas do cotidiano, da metrópole. Portanto o indivíduo que vive nos grandes centros urbanos é estimulado constantemente com um bombardeio de sons e imagens, e para lidar com esse cotidiano que resulta de trocas efêmeras e ininterruptas das impressões objetivas e subjetivas vividas nas grandes cidades, age de forma fria, indireta e intelectual, calculando suas ações.

Esta forma de agir resulta da incapacidade de dar respostas ao excesso de estímulos e trocas sensoriais presentes no cotidiano metropolitano, que é permeado por um ritmo rápido e de grande diversidade social. Surge então a necessidade de se proteger frente a este ritmo intenso e diverso, com isso o homem moderno que vive nas metrópoles lança mão a formas de mascarar os sentimentos, não reagir aos estímulos exteriores, vestindo uma armadura, tomando determinados papéis sociais e transformando assim sua forma de viver, como se estivesse em uma representação teatral, assumindo um ar de blasé no seu dia-a-dia.

O homem blasé de Georg Simmel só existe nos grandes centros urbanos, local este que é o palco da teatralização social. Porém, vale salientar que, com a tecnologia da informação e comunicação e o atual processo de globalização, o homem de cidades menores e até de vilarejos longínquos passa a ser exposto a elementos antes específico aos indivíduos das metrópoles. Desta forma, podemos encontrar hoje indivíduos em locais menores (principalmente os jovens, mas não somente estes) que adotam um comportamento indiferente, frio, diante de determinados acontecimentos, de grupos e de formas de interação. O comportamento nas redes sociais em grande medida pode ser comparado a teatralização social, porém não iremos adentrar em tais aspectos neste estudo.

As análises sociais pautadas na teatralização podem ser ampliadas para além do sentido dado por Simmel (2006). Como por exemplo nos estudos da vida cotidiana como nos traz Leite (2010), onde o dia a dia do indivíduo em sociedade pode ser comparada com as artes cênicas na medida em que há certas expectativas referentes as condutas destes sujeitos (seja a partir das estruturas objetivas que são externas a estes, ou ainda

mediante os aspectos subjetivos no que tange a autonomia de sua própria ação), levando-os a exercerem uma atuação em sociedade de acordo com seus papéis sociais, o que conduz a práticas rotinizadas. Apesar de Giddens (1989) não ter como base os papéis sociais na sua teoria, ele ressalta que há regularidades nas ações que resultam da “consciência prática”⁴.

As análises sociais que tomam a sociedade como um cenário foi explorada pelo Interacionismo Simbólico que relativiza a influência das estruturas sociais, não sendo estas determinantes no agir dos sujeitos, onde o ator social desempenha um determinado papel a partir de sua capacidade de definição da situação social em que tal papel se encontra e conseqüentemente como este deve atuar a partir da situação. Podemos citar como exemplo os estudos de Erving Goffman (1985), onde as estruturas sociais atuaram como um contexto para a ação do ator, sendo estas um cenário dos processos de interação.

Como frisa Leite (2010) outras correntes que tomam a sociedade como um palco teatral são: a etnometodologia que também irá tomar a realidade cênica do dia a dia como forma válida de interpretar a realidade social a partir dos atores; assim como a Hermenêutica que utiliza a ideia de jogo, onde nos processos interativos o sujeito irá se formar a partir de sua própria atuação no jogo. Portanto “o sujeito hermenêutico é constituído no ato do jogo cênico e é por ele determinado. Dessa forma, o verdadeiro sujeito do jogo é, na verdade, o próprio jogo” (LEITE, 2010, p. 250).

Continuando sobre o comportamento do homem metropolitano, há uma incapacidade nesse indivíduo no que tange em dar conta dos inúmeros estímulos excessivos que recebe (principal característica do comportamento blasé). Vale salientar ainda que há (no homem blasé de Simmel) um segundo aspecto muito importante e fundamental para a compreensão do mesmo, é o que se refere ao modo como é atenuada as diferenças entre as coisas, anulando-se de tal forma o valor das mesmas.

Portanto, continuando sobre esse homem observado por Simmel (2005), o mesmo é blasé na medida em que é capaz de neutralizar algumas diferenças individuais através do dinheiro. Como as metrópoles são lugares em que ocorre um grande número de trocas, permeadas pela economia monetária, onde o dinheiro é o denominador comum da maioria

⁴ Ver Anthony Giddens em: A constituição da sociedade e sua Teoria da Estruturação.

das coisas, determinando e quantificando seus valores, ocorre através deste um nivelamento da sociedade, esvaziando assim as coisas de seus valores, o que possibilita sua incomparabilidade.

Desta forma, “a influência do dinheiro não se manifesta somente na preponderância do intelecto sobre as vontades e as paixões, mas também na dominação do quantitativo sobre o qualitativo” (FREITAS 2007, p. 44). A modernidade traz assim como característica uma certa intelectualidade calculadora que permeia a vida dos homens. Continuando com Freitas (2007), essa calculabilidade faz parte da vida cotidiana e como Simmel (2005) aponta os homens em seus dias passaram a calcular, avaliarem e a reduzirem os valores qualitativos em valores quantitativos.

Georg Simmel tece assim suas “críticas” a este modelo de sociedade moderna, que através do dinheiro perde o seu sentido, uma vez que este, como meio de aquisição das coisas, e tendo os grandes centros urbanos como palco, gera, a partir dessa monetarização, uma inversão do meio em fim absoluto, como salienta o autor.

O símbolo dinheiro passa a ser o ponto comum entre as diferentes coisas existentes, possibilitando assim insurgir vários personagens urbanos, que o autor exemplifica como: a figura do avarento, do pródigo, do cínico e do blasé, onde cada figura dessas tem um tipo de relação com o dinheiro como pode-se observar:

No comportamento do avarento, por exemplo, nota-se bem que o dinheiro é o valor absoluto da modernidade, já que ele goza com o dinheiro que possui e não utiliza. Mas esse valor é também notado no comportamento do pródigo, que dilapida o patrimônio. Em ambos os casos o dinheiro é a base da felicidade no cotidiano. Já para o cínico, que conhece o preço de tudo mas não conhece o valor (moral) de nada, e para o blasé, para quem os valores são indiferentes, o dinheiro anestesia todos os valores (FREITAS 2007, p. 45)

Sendo assim o intelecto do homem metropolitano está dialogando diretamente com o sistema monetário, que por sua vez permeia a vida cotidiana destes, esvaziando os elementos afetivos das relações e interações sociais nos grandes centros urbanos.

As relações de produção de mercadorias antes à modernidade eram permeadas pela interação entre produtor e seu cliente, e a própria produção desta carregava em si elementos afetivos, personalizados, onde muitas vezes a produção era direcionada a determinado indivíduo, personalizada, pois ambos conheciam-se mutuamente. Porém na

sociedade moderna, a partir da divisão social do trabalho, a produção segue outra lógica, a de mercado, se desconhece tanto quem irá comprar a mercadoria quanto quem são os que se envolvem em seu processo produtivo. Transforma-se assim as relações subjetivas por relações objetivas.

O comportamento blasé, traz para Simmel (2005) algo positivo. O autor salienta que seria impossível viver em conjunto nas grandes cidades sem este distanciamento. Portanto tal maneira de se comportar diante da complexidade metropolitana, possibilita uma acomodação de formas e conteúdo, após ser o indivíduo constantemente estimulado nessa *intensificação da vida nervosa*, cercada de conflitos, mas que para o autor representa a possibilidade de desenvolvimento dessa sociedade.

O conflito é uma forma de sociação para Simmel (2006), necessário para a manutenção de um grupo social, como também é um dos geradores da transformação de uma forma de organização para outra. Então, vale salientar que o conflito traz em si o elemento de reconhecimento de um outro com interesses diversos dos meus, se eu tenho um outro que eu reconheço, mesmo que esteja em conflito, estarei estabelecendo com este uma interação, conflituosa sim, mas que para Georg Simmel é uma das formas de sociação.

De acordo com Simmel (2006), a sociação é uma forma de agir, em razão de seus interesses em direção a uma unidade;

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão dos seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual os interesses se realizam. Esses interesses, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana (SIMMEL 2006, p. 60-61)

A sociação só ocorre se os indivíduos estiverem, assim, em interação; quando as funções e a intelectualidade estiverem em sentido social, resultando em “determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro” (SIMMEL 2006, p. 60).

Portanto o conflito é uma sociação na medida em que “as relações conflituosas se dão pela correlação das energias que as alimentam, de tal maneira que somente o conjunto

das duas partes envolvidas podem constituir a unidade concreta da vida do grupo” (FREITAS 2007, p. 47)

A sociedade é, portanto, o resultado das formas participativas, que permitem aos indivíduos interagirem a partir de impulsos ou da busca por determinados fins, onde os mesmos entram em relação de convívio e correlação com os outros, formando assim uma unidade. Sendo assim o autor define o conteúdo e matéria de sociação como:

tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda a realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimentos nos indivíduos – tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros (SIMMEL, 2006, p. 60).

II.1.1 Os processos de sociabilidade e sua forma lúdica de interação social

Seguindo este mesmo processo de separação entre “forma” e “conteúdo” da realidade social, o teórico acima citado demonstra que o autêntico social nessa existência está no ser que age com, para e contra os quais os interesses se transformam em uma “forma”, por meio de fins ou impulsos, desprendendo assim estímulos a partir desta transformação, dando vida própria a “forma”, liberando-se dos conteúdos materiais que estavam em sua gênese.

A este fenômeno George Simmel denomina como sociabilidade, como podemos perceber abaixo:

Quando os homens se encontram em reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidades de culto ou bandos de assaltantes, isso é sempre resultado das necessidades e de interesses específicos. Só que, para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal (SIMMEL, 2006, p. 64)

Esse sentimento de satisfação presentes em algumas formas de sociação é o que possibilita por sua vez um tipo específico de interação social, que é para Simmel (2006) processos de socialização.

Estes processos, como salienta Tedesco (1999), permitem a abertura de novas rotas para novas socializações; o homem está a socializar-se constantemente em sua vida cotidiana. Tais rotas são produtos da invenção do próprio homem, que procura novos

espaços para afirmar sua singularidade, para demonstrar sua personalidade, como também constituir novos grupos.

As análises da realidade social que tomam a dicotomia indivíduo-sociedade, ora priorizando uma, ora sobredeterminando um sobre o outro, deixam de levar em consideração justamente o que torna o social algo social, pois a sociedade é uma trama de processos de interação, tendo como substância a consciência, a disposição para a socialização.

Os impulsos que levam os homens a estarem juntos a partir de sentimentos e satisfações, é comparado por Simmel (2006) ao estímulo artístico, que “retira das formas da totalidade de coisas que lhe aparecem, configurando-as em uma imagem específica e correspondente a este impulso” (SIMMEL, 2006, p. 64). É exatamente o que o impulso da sociabilidade proporciona, um desvencilhar da realidade da vida social e dos processos de sociação, dando um valor simbólico a este ato, gerando assim o prazer, a dita felicidade que o homem moderno se debruça a encontrar.

A sociabilidade simmeliana é um tipo ideal, um tipo social puro, onde a socialização está despida de interesses, objetivos, que não seja a interação em si, uma espécie de sublimação, suspensão das miríades da realidade social, como podemos observar nas próprias palavras do autor;

a sociabilidade se poupa de atritos por meio de uma relação meramente formal com ela. Todavia, quanto mais perfeita for a sociabilidade, mais ela adquire da realidade, também para os homens de nível inferior, um papel simbólico que preenche suas vidas e lhes fornece um significado que o racionalismo superficial busca somente nos conteúdos concretos (SIMMEL, 2006, p. 65)

As correntes teóricas que buscam a objetividade do social através dos macroprocessos sociais, consideram – erroneamente, corroborando com Simmel (2006), Pais (2007) – as análises sobre a vida cotidiana e seus processos de interação, sociação e sociabilidades como uma subjetividade exacerbada. Uma sociedade, como salienta Simmel (2006), caracterizada conscientemente pelos aspectos estatais ou econômicos, não deixa de ser uma sociedade, porém somente o sociável possibilita uma sociedade na sua forma pura, porque está acima de qualquer outra forma de sociedade.

No que se refere ao conceito de sociabilidade Simmel (2006) a define como uma forma lúdica de sociação; “tomando por base as categorias sociológicas, defino então a sociabilidade como a *forma lúdica de sociação*, e – *mutatis mutantis* – algo cuja concretude determinada se comporta da mesma maneira como a obra de arte se relaciona com a realidade” (SIMMEL, 2006, p. 65).

Portanto na sociabilidade simmeliana, em seu tipo puro, é possível encontrar a resposta para algumas indagações do autor, como se há um significado e peso do indivíduo enquanto tal no âmbito social. A sociabilidade não tem finalidade objetiva, um conteúdo fora do momento de socialização; “nada se deve buscar além da satisfação desse instante – quando muito de sua lembrança. Assim o processo permanece exclusivamente limitado aos seus portadores, tanto em seus condicionantes quanto nos seus efeitos” (SIMMEL, 2006, p. 66).

O que prevalece neste momento são as qualidades pessoais e carisma; a cordialidade e a gentileza acabam por deliberar sobre a atitude do indivíduo em sociedade, e a interação se pauta em elementos da personalidade destes. Mas partindo desta premissa não ter-se-ia uma forma exacerbada de expressão das personalidades individuais de um indivíduo sobre o outro? Segundo a teoria simmeliana há duas formas de regular uma apresentação demasiada das especificidades individuais.

A primeira se deve ao fato que quando os interesses reais que permeiam a forma social são postos como base, eles mesmos dão conta de inibir a autonomia da apresentação das singularidades da personalidade, fazendo com que o indivíduo não age de maneira tão ilimitada assim. Quando isso não ocorre é necessário que haja uma repressão a partir da própria interação, a fim de reduzir a primazia da importância individual.

Desta forma o *sentido do tato*⁵⁵, a maneira de se portar, a discrição perante o outro tem grande relevância para o viver em sociedade, uma vez que este leva a uma auto regulação individual em relação ao seu trato com seus pares, retirando assim a propriedade de interesses externos e/ou imediatos de regular o processo de sociabilidade. Portanto, na estrutura sociológica da sociabilidade, significações objetivas e/ou que tem foco fora do círculo desta ação não tem papel preponderante.

⁵⁵ Expressão utilizada por Simmel (2006).

É como se na ação emergisse um escudo protetor frente a elementos como por exemplo, a posição social, riqueza, méritos individuais, onde o indivíduo ao entrar no jogo da sociabilidade se despissem de aspectos de sua realidade objetiva, e quando levam para a cena do jogo determinadas singularidades estas não adquirem relevância diante da ação de sociabilidade.

Portanto há de se ter um isolamento da personalidade e sua função dentro do processo de sociabilidade, como também é necessário amenizar os elementos mais íntimos da vida, elementos puramente pessoais, para a efetividade da relação mútua, onde o ser humano é um emaranhado de possibilidades de interação. A vida em sociedade nos conduz a processos de sociabilidade em mundos diversos, pois pertencemos a vários “mundos” como mesmo salienta Simmel (2006).

E em cada um destes mundos mantemos formas diferentes de relação, dependendo da motivação, interesse, principalmente no que se refere ao viver em uma metrópole ou ainda (para salientar o homem de nossa sociedade atual), àqueles abarcados pelas tecnologias da informação e comunicação, onde somos bombardeados constantemente por estímulos diversos, tendo assim a nossa disposição inúmeras possibilidades.

Podemos observar nas pesquisas de Frúgoli Júnior (2007), um recorte sobre um destes vários mundos, onde há uma forma específica de interações sociais que perpassam a esfera do lazer e consumo. O autor, em seus estudos sobre shopping centers em São Paulo (espaços públicos mas com regras que concerne a espaços privados e que tem como fundo o consumo, mas que tornam-se também espaços de lazer), enfatiza as relações de sociabilidade como uma forma de espaços comunicacionais, que a partir das interações sociais são (re)definidas simbolicamente as diferenças socioculturais.

Nos estudos de Norbert Elias (2000) que resultam na obra *Os estabelecidos e Outsiders* há o enfoque em processos de interação social, de sociabilidades entre grupos que apesar não apresentarem diferenças nítidas no que tange a classe social, profissão e etnia, possuem uma separação simbólica, representando assim processos de interação social entre os diferentes e que evidencia o conflito - que para Simmel (2006) é um tipo de interação social - onde há uma hierarquia que classifica e exclui os moradores recém chegados.

Tomando a cidade como palco ou as redes sociais, vestimos várias *máscaras* e as usamos de acordo com o “mundo” em que estamos inseridos naquele momento. O ser humano é assim uma elaboração construída para esta finalidade e seu material de vida, ou seja, as *máscaras* que lança mão, é determinada por uma ideia específica que se converte na singularidade que aquele momento determina, resultando na mistura do que o *mundo* que está em interface lhe cobra e no que o seu *eu* se dispõe a agir.

Sendo assim, o ser humano enquanto um ser sociável consiste em um esboço bem singular, com modo relativamente autônomo, que traz um caráter ambivalente em si, pois ao mesmo tempo que despe-se de todos os elementos materiais da personalidade quando adentra à cena do sociável, ele se apresenta com tudo aquilo que é subjetivo e genuinamente particular na personalidade nos limiares da sociabilidade.

Desta forma a descrição necessária perante o outro no processo de sociabilidade é também imprescindível com relação a si mesmo, pois sem esta, o modelo sociológico da sociabilidade, construído a partir da realidade social, se adulteraria em um naturalismo sociológico. E, deve-se ter atenção, como frisa Simmel (2006), que a sociabilidade não pode ser considerada como ponto central e formador, mas sim no seu ponto mais alto, como um princípio formalista aparente e intermediário.

George Simmel busca em Kant, a partir do que este último estabelece como princípio do direito, os princípios da sociabilidade, para demonstrar sua natureza democrática. O autor nos diz que assim como o princípio do direito rege que os indivíduos devem medir sua liberdade na coexistência da liberdade do outro, o que nos remete a co-presença que Frúgoli Júnior (2007) salienta em suas análises, na sociabilidade temos também alguns princípios, como a garantia ao outro do máximo de valores sociáveis, no que se refere a alegria, liberação, intensidade, compatível com os valores recebidos desse outro.

A partir deste princípio da sociabilidade temos então a estrutura democrática da mesma. Porém, para garantir tal democracia, esta deve, preferencialmente, estar orientada dentro de um extrato social, uma vez que indivíduos pertencentes a extratos sociais diferentes podem resultar em relações constrangedoras e contraditórias. Desta forma a sociabilidade requer um caráter de igualdade, que por sua vez, como já vimos acima, cobra a eliminação dos elementos singulares do indivíduo, assim como dos

materiais. Pois quando um e/ou outro destes está previamente presentes, temos somente uma ação de sociação e não de sociabilidade.

A sociabilidade, assim, através de sua forma democrática, seja entre iguais ou diferentes, é um *jogo de cena* e cria um mundo ideal, que permite ao ator em processo de sociabilidade se formar a partir de sua própria ação neste *jogo de cena*. Entretanto, se é só no mundo da sociabilidade que os indivíduos interagem em pé de igualdade este também é um mundo artificial, justamente por estes desejarem produzir uma interação de tipo puro. Pois, “seria um erro imaginar que entramos na sociabilidade puramente como *seres humanos*, como aquilo que realmente são, deixando de lado todas as atribuições, as idas e vindas, os excessos, as carências com as quais a vida real deforma a pureza de nossa imagem” (SIMMEL, 2006, p. 70).

A vida moderna nos molda a partir de conteúdos objetivos e regras práticas e ao nos desfazermos desses elementos na esfera da sociabilidade, temos uma sensação de retorno a existência natural. Uma sensação contraditória, pois o retorno a forma natural elimina do ser o ser social que somos com nossos aspectos pessoais, e é justamente nossas especificidades e particularidades que nos torna sociável, com nossa personalidade e reserva.

A sociação como forma de interação tem seu modelo mais puro entre os iguais e a sociabilidade ao abstrair-se da sociação através da arte e do jogo torna-se o tipo mais puro, intenso, fascinante da interação; seu caráter gera indivíduos desprendidos de seus conteúdos objetivos, transformando a aceção interior e exterior a fim de tornarem-se iguais.

Para Simmel (2006) este é um jogo de *faz de conta*, na medida em que coloca todos em pé de igualdade, uma vez que “cada qual só pode obter para si os valores da sociabilidade se os outros com quem interage também os obtenha (...) É o jogo do faz de conta, faz de conta que todos são iguais, e, ao mesmo tempo, *faz de conta que cada um é especialmente honrado*” (SIMMEL, 2006, p. 71).

Revela o autor que não se trata de uma mentira, pois corresponde a um ato onde a ação e o discurso não vinculam-se a interesses não sociáveis, ou ainda ao disfarce de intenções da realidade prática. Temos o exemplo do jogo do erotismo, que criou o seu modo de interação entre o oferecimento e a recusa que é a *coqueteria*, que joga com as

formas do erotismo de modo lúdico, assim como a sociabilidade joga com as formas da sociedade.

Conforme Leite (2010) a sociabilidade pode ser compreendida a partir da analogia entre vida cotidiana e artes cênicas, onde “numa espécie de jogo de faz-de-conta, a sociabilidade significaria uma suspensão temporária e deliberada das tensões e diferenças sociais, em favor de um tipo de interação marcada por uma suposta igualdade” (LEITE, 2010, p. 247).

Uma outra forma importante nas relações sociais é o discurso⁶, que no âmbito deste torna-se um fim em si mesmo através da arte de conversar, onde o assunto é o suporte do estímulo desenvolvido nesta relação de troca, ou neste jogo de relação. Na sociabilidade a conversa é um entreterimento onde o conteúdo em si não tem um peso próprio.

Não que o assunto deva ser desinteressante, ou que não se busque atingir uma verdade objetiva, ou ainda que não ocorra discordâncias que pode levar a um conflito, mas estes conteúdos não devem substancializar-se. Na sociabilidade a conversa é o que possibilita a interação social, ela não é um fim, mas sim o meio que permite que este vínculo social se estabeleça, conforme Frúgoli Júnior (2007).

A conversação, como salienta Frúgoli Júnior (2007), – a respeito dos estudos de Erving Goffman que aprofundou as ideias de Simmel – permite o emergir da felicidade⁷, uma vez que “os indivíduos se envolvem momentaneamente em tal comunhão mutuamente alimentada” (FRÚGOLI JÚNIOR 2007, p. 10). Porém o autor frisa ainda que a conversa possa se desprender a qualquer momento de sua finalidade por possuir em si também uma conjuntura sutil e aventureira.

A conversa é uma forma de interação, onde os indivíduos zelam pelo vínculo social através das palavras, sendo que nela há regras que reprimem qualquer exacerbação

⁶Um exemplo muito pertinente utilizado por Simmel (2006) para demonstrar tal questão é o do contador de histórias, onde o narrador esconde suas singularidades no ato de narrar algo, pois a conversa: “se dá em uma base que está para além da intimidade individual, situando-se além daquele elemento puramente pessoal que não se quer incluir na categoria da sociabilidade [...] Com isso não se realiza somente um conteúdo do qual todos podem participar de maneira igual, mas também a doação de um indivíduo à comunidade” (SIMMEL, 2006, p. 77). Sendo assim, o ato de narrar quando atinge sua efetividade plena, alcança o ponto de equilíbrio da ética sociável.

⁷ Termo utilizado por Erving Goffmann para expressar a satisfação em estar reunido.

de personalidades, pois neste jogo simbólico todos devem ser iguais, a fim de se alcançar um prazer⁸ ou felicidade, através da conversação. Heitor Frúgoli nos traz que temos a partir daí uma característica importante do social, que a sociabilidade desdobrada em suas mais variadas formas tipificadas, que são: “as ações de reciprocidade consciente entre os indivíduos” (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, p. 10).

Pois como para Simmel (2006) a sociedade é composta por indivíduos em interação é intrínseco a esta que as coisas ou evento tragam um caráter contigencial e/ou relacional, uma vez que não há, como salienta Frúgoli Júnior (2007), uma sociedade “como tal” para Simmel, mas sim um movimento constante que separa e aproxima os grupos constituídos. Portanto a sociabilidade é uma ação recíproca, onde Georg Simmel aproxima-se, como frisa Frúgoli Júnior (2007), de Marcel Mauss no que se refere aos objetos intermediários da dádiva, e dotados de um caráter acessório.

Porém diverge de Mauss no que tange a troca do objeto, pois quanto menor for a troca de objetos mais forte é o estabelecimento do vínculo social. Desta forma a conversa é uma troca de ideias, mas uma conversa só é sociável “de acordo com o sentido interno, se o conteúdo, com todo o seu valor e estímulo, encontra sua legitimidade, seu lugar e sua finalidade no jogo funcional da conversa enquanto tal” (SIMMEL, 2006, p. 76). E é exatamente por isso que o assunto da conversa se altera facilmente, pois é o preenchimento de uma relação sociável que nada prende além de uma simples interação.

A sociabilidade é então: “a forma lúdica das forças éticas da sociedade concreta” (SIMMEL, 2006, p. 77). Mas o autor revela que as forças éticas enfrentam alguns problemas em seu emergir, a saber: o indivíduo precisa se adequar a um contexto comum e viver para ele, onde os valores e aspectos proeminentes devem retornar a ele a partir do contexto; e a vida deste, como também a vida do conjunto, seja um desvio com relação aos fins, tanto para um quanto para o outro.

Assim, podemos compreender que: “a sociabilidade, transfere todas as exigências, em seu caráter sério e até trágico em muitos sentidos, para o plano do jogo simbólico de seu reino de sombras; no qual não há atritos, justamente porque as sombras não podem colidir umas com as outras” (SIMMEL, 2006, p. 78). Então a obra ética da socialização

⁸ Termo utilizado por Georg Simmel para expressar a satisfação em estar reunido.

é possibilitar a aproximação e o distanciamento dos indivíduos, embora estas relações sejam despreziosamente produzidas pela vida em sua plenitude.

Na sociabilidade a liberdade para formar conexões e ajustamentos de outra representação não seguem condicionamentos da realidade social concreta e conteúdo denso⁹. A sociabilidade tem como essência suprimir a realidade das interações concretas e criar um modo de agir de acordo com as leis formais internas dessas próprias relações. A fonte que nutre esses modos de agir cria formas internas, porém não se trata da forma em si, mas sim a vivacidade dos indivíduos reais, nos seus sentimentos, impulsos, atrações, etc.

Entretanto quando há uma ruptura da sociabilidade com os laços da realidade da vida, esta deixa de ser um jogo e passa a ser uma “brincadeira” leviana, sem sentido ou seriedade e profundidade na interação, gerando assim a sensação de superficialidade nas e das relações sociais. Isso ocorre, porque quando afastamos qualquer componente de sua totalidade e o colocamos em outro meio regido a partir de leis próprias, esse meio pode mostrar-se vazio, simplesmente pôr o componente redimensionado encontrar-se suspenso de sua realidade imediata.

É exatamente isso que faz com que ocorra o protesto de que as relações sociais algumas vezes são dotadas de um caráter superficial, perpassando pela efemeridade. É compreensível tal visão, porém quando há esta alteração em alguns componentes, esse novo meio pode revelar uma essência densa da vida, ser mais coeso do que sem o distanciamento da sua totalidade¹⁰.

⁹ Conforme o autor: “A maneira pela qual os grupos se formam ou se separam, e o modo pelo qual a conversa, surgida por puro impulso ou oportunidade, se desenvolve, aprofunda-se, ameniza-se e termina, numa *reunião social*, fornecem uma miniatura do ideal de sociedade que se poderia chamar de liberdade de associação. Se todas as convergências e divergências devem ser fenômenos rigorosamente proporcionais a realidades internas, numa *reunião social* elas existem sem tais realidades, e nada resta além de um fenômeno que obedece às próprias leis formais de um jogo cuja graça, fechada em si mesma, revela *esteticamente* a mesma proporção que a seriedade da realidade exige em termos *éticos*” (SIMMEL, 2006, p. 78).

¹⁰ Desta forma: “A vida independente e que transcorre sob as próprias normas, cujos aspectos superficiais da interação social forem fornecidos pela sociabilidade, será para nós algo formalista, desprovido de vida e significado – ou um jogo simbólico, em cujo encanto estético está reunida toda a dinâmica mais requintada e sublime da existência social e de sua riqueza” (SIMMEL, 2006, p. 81).

Em todo o jogo simbólico, seja o que ampara as formas internas da arte, da religião ou ainda da ciência, há a necessidade da existência de um certo sentimento, de uma certa fé, que irá garantir que as “normas internas dos fenômenos parciais e a combinação de elementos superficiais tenham de fato uma relação com a profundidade e a totalidade da realidade” (SIMMEL, 2006, p. 81). Mesmo que não possam formular-se, estes fenômenos e elementos serão mensageiros da realidade imediata e de sua essência; “neles estamos livres da vida mas ainda a possuímos” (SIMMEL, 2006, p. 81).

A sociabilidade, como um jogo autônomo de suas formas, não é necessariamente a fuga da realidade, ou a suspensão da seriedade do indivíduo, mas sim a conversão da pressão da vida, do peso da realidade em um estímulo. O sentimento de liberdade e alívio desse peso, que a sociabilidade promove, só é possível na sua plenitude quando o homem sério entra no jogo simbólico das formas de sociação e opera como um ator com concentração e troca de efeitos, sublimando todas as tarefas e toda a seriedade da vida, dissolvendo o peso da realidade e convertendo-o em estímulo.

II.1.2 Os desdobramentos da teoria simmeliana nos estudos urbanos

Vale destacar um ponto importante do pensamento simmeliano, no que tange ao indivíduo na cidade moderna, que traz “a noção de *indivíduo* como *ponto privilegiado de cruzamento dos círculos sociais*” (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, p. 16). Tal noção é decorrente do “fato de a cidade moderna representar a confluência histórica do individualismo quantitativo (referente à livre concorrência liberal do século XVIII) com o individualismo qualitativo” (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, p. 16), derivando este último da divisão do trabalho iniciado no século XIX; onde a partir do alargamento de relações o homem urbano transforma-se em esferas de tensões e relações.

Outro ponto que podemos lançar mão é que se refere ao fenômeno que corresponde as análises do viajante, que traduz uma forma de interação que sintetiza distância e proximidade, onde segundo Frúgoli Júnior (2007), devido a mobilidade, o viajante entra em contato por um tempo, sem estabelecer vínculos, com determinados

grupos e espaços, garantindo ao viajante uma objetividade na relação que é diferente da distância, porém ao mesmo tempo um tipo específico desta última.

O conceito de sociabilidade foi resignificado pela Escola de Chicago, uma das escolas pioneiras nos estudos urbanos, tematizando as relações sociais dentro deste contexto. Como aponta Frúgoli Júnior (2007), o conceito relido a partir da Escola de Chicago traz uma abordagem proeminentemente empírica. Ideia esta que Eufrásio (1996) destaca e Frúgoli Júnior (2007) corrobora, “entendida como uma consideração dos modos, padrões e formas de relacionamento social concreto em contextos ou círculos de interação e convívio social” (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, p. 17).

A cidade é tomada como um laboratório de análises prioritariamente pela Escola de Chicago, onde um dos fundadores desta escola que foi aluno de Simmel, Robert Park, alvitou uma reflexão sobre o contexto urbano tendo como base duas dimensões constitutivas, a saber: “uma organização física e uma ordem moral” (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, p. 18). Dimensões estas, fundamentadas na apreensão de cingir espacialidades específicas onde as relações sociais emergiriam.

O conceito de sociabilidade alargou-se no século XX, trazendo usos e significados bem abrangentes, como salienta Velho (2001) tudo pode ser sociabilidade e consequentemente nada uma vez que o conceito perde sua força explicativa. De acordo com Frúgoli Júnior (2007), a partir do conceito de sociabilidade de Simmel, pode-se simplificar a trajetória do conceito em duas tipificações: primeira, uma leitura que advém dos tipos de sociabilidade resultantes de inúmeras possibilidades de construção social entre estranhos ou ainda entre indivíduos ou grupos sociais diferentes entre si. O que remete consequentemente a questão da co-presença em espaço público e uma abordagem crítica do entendimento da diversidade.

A segunda leitura advém da ideia, presente em Simmel, de que a sociabilidade é praticada entre iguais, entre membros de um mesmo extrato social, o que pode tornar-se um problema, uma vez que pode priorizar a realização de pesquisas que tomam as relações sociais em espaços que tem indivíduos com valores e condição social compartilhados, buscando assim espaços urbanos que trazem certa homogeneidade entre seus membros.

Frúgoli Júnior (2007) nos chama atenção para algo que está implícito na obra de Simmel que é o conceito de situação quando o teórico se questiona “como a sociedade é possível?” (Este conceito é explorado pela Escola de Manchester que apreende e utiliza em seus estudos nas cidades africanas, investigando os impactos dos processos de urbanização frente as sociedades tribais). Ou ainda, levando em consideração que para Simmel a sociedade é uma rede de relações humanas, dentro de determinado tempo e espaço.

Continuando ainda com Frügoli Júnior (2007), este salienta que tal conceito esteve também presente nos trabalhos de Erving Goffman, e ainda nos estudos sobre imigrantes na escola de Chicago, como por exemplo o trabalho de William Thomas, onde o entendimento do conceito, a partir da visão dos indivíduos estudados, está entre a ordem social e a sua história de vida.

Os estudos urbanos, inspirados em Simmel, se desdobraram em análises sociológicas através da escola de Chicago e posteriormente forjaram o surgimento de uma antropologia urbana, que conforme Frügoli Júnior (2007), aproveita-se também de Durkheim, mesclando ainda o culturalismo norte-americano, a partir da dimensão de “cultura urbana”, tendo como contraponto o rural.

O homem urbano circula por vários mundos distintos, como já vimos acima. Desta forma os estudos da e na cidade são importantes para compreensão da sociedade, pois nela se cristaliza a diversidade social. Sendo assim, retornar a Simmel nos permite articular temas importantes para a compreensão do social, principalmente no contexto urbano.

A transitoriedade; a conversa e; a proximidade espacial e distância espiritual estão presentes na vida cotidiana nas metrópoles. Como destaca Frügoli Júnior (2007), a transitoriedade está relacionada a co-presença no espaço público, a multiplicidade de estímulos, que tem seu contraponto no comportamento blasé, proporciona assim um certo equilíbrio para o homem urbano.

No que consiste a conversa, enquanto uma forma de sociabilidade, possibilita a constituição naquele momento lúdico de uma igualdade entre os indivíduos em interação. E finalmente no que tange a proximidade espacial e distancia espiritual, que está contido na metáfora do viajante, temos, como salienta Frügoli Júnior (2007), a noção da

fragilidade dos laços sociais, que pode ser tido como uma condição intrínseca à vida nas grandes cidades, onde os habitantes se inter cruzam, estabelecem relações efêmeras e tornam-se estranhos um do outro.

A realidade social das grandes cidades traz consigo uma pluralidade de formas, diferentes entre si, de interações sociais, que não podem ser consideradas isoladas. Conforme Freitas (2007), essas pluralidades precisam ser conectadas ao centro que as distribui, o que Simmel denomina de geometria social. O que permite essas ligações são as experiências vividas, que carregam em si a oposição “forma” e “conteúdo”, transformando a oposição em interação a partir de uma conexão dinâmica e relacional entre “forma” e “conteúdo”.

Essa geometria social de Simmel é composta por uma pluralidade de mundos indomáveis e intrínsecos uns dos outros, sendo unificados a partir do universo cultural, e cada um desses mundos segue uma lógica objetiva e inseparável deste. Assim, “o substrato do mundo é constituído, nesse ponto de vista, de uma multiplicidade infinita de conteúdos que existem para além do tempo e do espaço. Simmel chama a totalidade desses conteúdos de *welstoff* (matéria do mundo)” (FREITAS, 2007, p. 48).

Portanto, a partir desta multiplicidade amorfa de conteúdos (que para Simmel é a matéria do mundo), conforme Freitas (2007), estas são resumidas em unidade através das formas, religando-se assim os conteúdos em uma rede de relações. As formas são diversas,

Simmel distingue diversos tipos de formas – o conhecimento, a arte, a filosofia, a religião, a ética e mesmo o amor. Quando porém; a totalidade de conteúdos é sintetizada de maneira sistemática por uma só forma específica, ela se constitui como o que Simmel chama de *mundo*. Nessa perspectiva, o *mundo*, seria o conjunto de conteúdos no qual cada peça é retirada do seu isolamento e agregada a um sistema unificado, em uma forma (FREITAS, 2007, p. 48)

O homem metropolitano ao se proteger das pressões sociais cria assim uma imagem de civilidade, e assim detém uma liberdade frente a sociedade moderna, emergindo assim um processo dialético. E, “essa dialética entre alienação e liberação caracteriza a modernidade, dando lugar ao desenvolvimento simultâneo da objetividade e subjetividade” (FREITAS, 2007, p. 48).

O que leva o homem das grandes cidades a adotar um comportamento blasé é a busca por uma proteção frente a intensificação de estímulos que recebe da realidade social em que está inserido, o que não é algo em si negativo, pois este homem blasé circula por vários “mundos”, o que o leva a adotar um caráter de reserva perante os inúmeros “mundos”, como Simmel descreve: “nós não conhecemos, muitas vezes mesmo de vista, nossos vizinhos próximos, e parecemos ser frios e sem coração ao olhar dos habitantes das pequenas cidades” (SIMMEL, 2004, p. 174 apud FREITAS, 2007, p. 49).

A metrópole torna-se assim um grande laboratório de estudos da vida cotidiana, uma vez que abriga uma multiplicidade de mundos, uma pluralidade de conteúdos, que o indivíduo toma pra si e elabora-os nas interações, nos processos de socialização e nas sociabilidades praticadas.

II.2 Um novo campo na sociologia: A sociologia da vida cotidiana

O autor José Machado Pais em sua obra *Sociologia da vida quotidiana* nos traz em seu trabalho uma analogia dos estudos da vida cotidiana com a arte, onde destaca o trabalho dos pintores Caravaggio e Velázquez, que através de suas expressões artísticas, contribuíram para o desvelar do cotidiano da vida humana.

Salienta que a ânsia de se cercar da realidade, convertendo assim o cotidiano¹¹ em surpresa constante, que se insinua, é um dos fins da sociologia da vida cotidiana. Compara por sua vez estes dois pintores, incompreendidos em seu tempo, com Georg Simmel, onde sua teoria sociológica que tratava das minúcias do dia-a-dia não foi também bem compreendida na sua época.

Pais (2007) refere-se a Simmel como um pintor do social e que a sociologia para este era uma arte. A essência da sociologia simmeliana está nas observações fugazes da

¹¹Neste texto irá aparecer as duas formas de escritas, "cotidiano" e "quotidiano", pelos seguintes motivos; 1) utiliza-se a expressão lingüística "cotidiano" para tudo o que se refere a feitura do texto a partir de nossa construção; e, 2) a palavra "quotidiano" é colocada aqui para as citações da obra de José Machado Pais que traz essa forma de escrita. Na escrita de Portugal utiliza-se a palavra *quotidiano*, já no Brasil costuma-se empregar o uso da expressão *cotidiano*, desta forma na construção de nosso texto adotamos a forma utilizada em nosso país.

realidade, onde "o que é típico encontra-se enfatizado no particular; o normal no acidental; o essencial ou significativo, no que parece superficial ou fugaz" (PAIS 2007, p. 28).

O autor salienta ainda que a sociologia de Simmel transparece na ilustração de *snapshots* (que é a imagem momentânea de uma cena ou fragmento do real) utilizados na fotografia. No deslizar, escorregar pelo tecido social, na particularidade do dia-a-dia, o fotógrafo capta, a partir de seu olhar, justamente o aspecto particular desse real que se insinua.

Para Pais (2007) o sociólogo que se debruça sobre a vida cotidiana captura também esses elementos a partir de seu olhar de pesquisador. Desta forma o autor salienta que Simmel, através de seus estudos, procurou preservar da realidade justamente o que "nela é único e transitório, ao mesmo tempo que dela extrai o essencial da forma, a tipicidade" (PAIS 2007, p. 29).

O real se insinua em um movimento de mostrar e encobrir ao mesmo tempo, pois no momento que fixamos o olhar, a nossa atenção a determinado elemento do real, o que o circunda fica desfocado, encoberto. É esta característica do social designa o que o autor chama de ambivalência do social, frisando que é exatamente a partir desta ambivalência que podemos compreender e apreender melhor a sociologia simmeliana.

Sociologia esta que é uma " <<sociologia do talvez>> (...) É como se Simmel nos dissesse <<talvez o céu seja azul>> para logo em seguida nos dizer <<talvez não seja>>... dando-nos maiores possibilidades de imaginar o céu" (PAIS 2007, p. 29). E o autor continua: " Nesta forma de aproximação ao social, a realidade apenas se insinua, não se entrega. Mas é assim mesmo que, na perspectiva da sociologia do cotidiano, ela tem de ser imaginada, descoberta, construída" (PAIS 2007, p. 29-30).

II.2.1 Enfim, mas o que é o cotidiano?

Sendo assim, a sociologia do cotidiano vai questionar as formas que transformam o social em coisa, tomando-as como posse. Pois a posse do real é impossível e é preciso ter a consciência desta impossibilidade epistemológica, sendo esta uma condição para a compreensão do que se passa no cotidiano. Mas podemos nos indagar sobre: o que é o cotidiano? Ou ainda, em que medida as análises do cotidiano nos beneficiam na apreensão

e entendimento da realidade social? O cotidiano é tudo aquilo que ocorre todos os dias, quando aparentemente nada de diferente acontece, ou seja, "o cotidiano seria o que no dia-a-dia se passa quando nada se parece passar" (PAIS 2007, p. 30).

Portanto, somente quando debruçamos o olhar sobre o cotidiano, sobre o dia a dia, é que percebemos que por mais que nada parece acontecer, que nada de muito importante ocorre e que não há novidade, é que encontramos tudo aquilo que dá as condições necessárias para a emergência da ruptura na rotina. Desta forma, como chama atenção Pais (2007), o que *se passa quando nada se passa*, na fluidez da realidade, na invisibilidade do que se passa, encontra-se um significado ambíguo que trata determinados acontecimentos como algo novo, em uma transitoriedade que não deixa cicatrizes visíveis.

O cotidiano, aquilo que fazemos todos os dias é a nossa rotina, é o costume, o hábito de fazer tudo sempre da mesma maneira, como Chico Buarque expressa em sua música nominada *Cotidiano*¹² —

Todo dia ela faz tudo sempre igual, me sacode as seis horas da manhã, e sorri um sorriso pontual e me beija com a boca de hortelã; todo dia ela diz que é pra eu me cuidar e essas coisas que diz toda mulher, diz que está me esperando pro jantar e me beija com a boca de café; todo o dia eu só penso em poder parar, meio dia eu só penso em dizer não, depois penso na vida pra levar irritado com a boca de feijão; seis da tarde como era de se esperar ela pega e me espera no portão, diz que está muito louca pra beijar e me beija com a boca de paixão; toda a noite ela diz pra eu não me afastar, meia noite ela jura eterno amor e me aperta pra eu quase sufocar e me morde com a boca de pavor... (CHICO BUARQUE, COTIDIANO)

O cotidiano dessa forma se expressa nas ritualidades da rotina¹³, sendo que esta é um elemento básico das atividades sociais, que emerge do inconsciente e encontra as

¹² A canção Cotidiano de autoria de Chico Buarque compõe o disco Construção lançado em 1971. Utiliza-se este fragmento da expressão artística neste texto por considerar que a arte, nesse caso através da música é uma bela e pura forma de apreender a realidade social da vida cotidiana.

¹³ Ao buscar as raízes etimológicas da palavra rotina, esta aponta para um campo semântico ligado a ideia de caminho, rota, derivado do latim *via*, *rupta*, que por sua vez traz derivações de rotura ou ruptura, que é o ato de interromper algo. Dessa forma: “é nestas rotas - caminhos de encruzilhada entre rotina e ruptura - que se passeia a sociologia do cotidiano, passando a paisagem do social a pente fino, procurando os significantes mais que os significados, juntando-os como quem junta pequenas peças de sentido num sentido mais amplo...” (PAIS 2007, p. 31)

ações conscientes cristalizando-se em formas específicas de agir, de conduzir a vida, assentada em uma segurança ontológica, ou seja, na certeza de que aquela percepção do real que se tem é o que realmente se assemelha ser.

A sociologia do cotidiano se atém, dessa forma, mais a apresentação física do real, seja sua forma sonora e/ou imagética, do que a conceitos fechados de determinadas teorias que engessaram a realidade. Esta sociologia do cotidiano vagueia sem compromisso pelas características e elementos sem muita importância (aparentemente) da vida social, sem esgotar-se, sem se fechar ao que se passa mesmo quando nada se passa.

A revelação do tecido social através do cotidiano também traz à tona a sua construção, as formas de fazer, como salienta Certeau (2012) são tão importantes quanto as práticas do dia-a-dia. Continuando com o autor, este nos chama atenção no que se refere as representações e comportamentos de grupos e/ou indivíduos na sociedade contemporânea, uma vez que a análise deve ser precedida do que estes fazem com aquilo que recebem ou consomem, pois o consumidor não é um sujeito passivo frente a mercadoria que está consumindo, seja ela um produto de supermercado ou ainda um espaço urbano, este produz algo a partir daquilo que ele próprio consome.

A cidade enquanto produto do ser humano evidencia uma cultura urbana que é notadamente marcada pela multiplicidade de grupos e possibilidades de interações, que por sua vez compreende uma espacialidade de relações sociais, sendo estes espaços consumidos por seus usuários a partir das significações dadas a este pelos próprios consumidores.

De acordo com Leite (2009) o espaço público é constituído a partir das práticas cotidianas dos sujeitos, sendo que estes atribuem sentido, diferentes na grande maioria um do outro, a estas práticas; e assim estruturam os lugares através de ações simbólicas convergentes demarcando desta forma determinadas fronteiras, muitas vezes invisíveis destes lugares.

II.2.2 Os precursores do campo da sociologia da vida cotidiana

II.2.2.1 A tradição durkheimiana

Entre os predecessores da sociologia da vida cotidiana, podemos remontar a sociologia clássica a fim de apreender aqueles que possibilitaram o início de uma querela, tímida e sem intenção. Tedesco (1999) salienta que um dos precursores desta nova perspectiva sociológica, mesmo sem ter como preocupação os estudos do cotidiano na construção de sua teoria, foi Émile Durkheim, pois contribui para o debate da sociologia da vida cotidiana, uma vez que para este, os aspectos subjetivos e/ou simbólicos são produzidos socialmente, e na sociedade moderna os estilos de vida se particularizam e os modos de vida se homogeneízam.

Portanto esses processos, apesar de surtirem efeitos opostos também se complementam, produzindo assim a consciência coletiva, e ao mesmo tempo possibilita ligar as variâncias individuais, atingindo assim os aspectos da realidade social. Salienta Tedesco (1999), que surge assim a possibilidade ao indivíduo em adotar ou não as normas sociais, pois estas tornam-se cada vez mais abstratas, na medida em que se especializam.

Desta forma para interpretar a vida cotidiana há a necessidade de articular as estruturas com a capacidade de ação dos indivíduos, como nos traz Halbwachs (2006). Pois, por mais que os elementos externos aos indivíduos os condicionam, estes por sua vez estão em interação, que mesmo que não determine, contribui para a realização de rituais de ações cotidianas.

Conforme Tedesco (1999), para Durkheim o que fundamenta as interações sociais são as caracterizações subjetivas do elemento institucional, ou seja, os símbolos; “ainda que sejam manifestados como produtos individuais cristalizados no tempo. Os símbolos e sentimentos ganham concretude no agir cotidiano (o livro as Formas elementares da vida religiosa é rico em exemplos nesse sentido)” (TEDESCO 1999, p. 39).

Maurice Halbwachs, influenciado por Durkheim, se debruçou sobre os estudos da memória, salientando que História e história de vida são indissociáveis; que existe uma ligação entre memória individual e memória coletiva. Evidenciando assim uma preocupação em demonstrar uma correlação entre ações e categorias sociais, que se pauta no fato de que a existência dos distintos grupos sociais são categorizadas por estruturas de consumos, dos quais não se pode retirar e separar seus elementos essenciais e particulares, pois a subjetividade faz parte da constituição destes, dando forma aos estilos de vida de tais grupos.

Como salienta Certeau (2012), as práticas cotidianas dos consumidores não se trata de uma recepção passiva daquilo que lhes é entregue como algo a ser consumido, mas sim do que estes consumidores “fabricam”, “produzem” a partir daquilo que é consumido. Uma produção sutil e quase invisível, onde os elementos constitutivos do grupo e sua subjetividade permeiam as maneiras de empregar aquilo que lhes é dado a consumir.

Portanto, de acordo com Juan (2008), Halbwachs nos deu os primeiros fundamentos empíricos de uma sociologia dos estilos de vida, deixando claro, que os tipos de vida são fundamentados em um conjunto de técnicas e ordens morais que objetivam um equilíbrio estável. Desta forma o espaço-tempo não pode ser dissociado da estrutura de classes e seu dinamismo, uma vez que o espaço é estruturado a partir de seus custos e segmentação. Sendo assim Juan (2008) salienta que a sociologia não pode mais apenas deduzir o individual ao coletivo, mas sim como no meio do tecido institucional da existência, surge e se impõe a individuação.

Desta forma, mesmo que há a importância do institucional e dos elementos externos ao indivíduo, Halbwachs demonstra o valor das ações cotidianas, pois “*relaciona os indivíduos sociais como agentes em interação e com histórias incorporadas que, se não determinam, pelo menos, dão margem de segurança nos rituais de ações cotidianas*” (TEDESCO, 1999, p. 39).

II.2.2.2 As formas sociais de interação

Para o teórico Georg Simmel o dinheiro é um elemento que induz formas variadas de interação social cotidiana, sendo este o intermediário dessas relações, envolvendo aspectos subjetivos do indivíduo e promovendo experiências diversas. O dinheiro é assim o símbolo maior da sociedade moderna e intermediário das relações humanas modernas.

A partir desta relação entre símbolo e das disposições individuais, que Georg Simmel elaborou sua análise das formas sociais do dinheiro, tomando-o como o símbolo que intermedia as relações sociais modernas, e principalmente urbana. O dinheiro assim torna-se um elemento que induz as formas de interação social cotidianas pois tem a capacidade de despertar determinadas sensações como: desejo, frustração, otimismo,

prazer, e possibilita trocas, experiências, riscos, segurança, racionalidade, entre outros elementos.

O dinheiro expressa assim, de forma singular, características variadas e também contraditórias da cultura moderna. O que Simmel (2005) faz em suas análises é relacionar o dinheiro com a vontade humana da sociedade moderna. Imbricado com a fragmentação dos indivíduos nos seus aspectos subjetivos, sendo este (o dinheiro) um instrumento que serve ao querer dos indivíduos, tornando-se muitas vezes objeto de desejo e “adoração”.

Pois o dinheiro, conforme Simmel (2005), traz consigo o aspecto de onipotência, despertando sentimentos psicologicamente similares ao da veneração a “Deus”. O autor ressalta ainda a ambivalência da sociedade e as relações sociais efêmeras da vida moderna, principalmente no ambiente dos grandes centros urbanos a partir dos estudos das formas sociais do dinheiro, suas redes monetárias e como estas permeiam as relações cotidianas.

Portanto o dinheiro é o símbolo mais forte e imediato das relações humanas, possuindo significações que estão para além da esfera econômica e da alienação presente no processo de troca, ou ainda de sua importância em si mesmo, como salienta Tedesco (1999). O dinheiro tem a capacidade de revelar “o tecido normativo (formas sociais) da sociedade moderna” (TEDESCO 1999, p. 40). Assim, as trocas, mesmo as que estão permeadas pela racionalidade, não são suficientes por si mesmas em estabelecer vínculos duradouros entre os indivíduos, pois as relações estão convertidas em relação dos objetos, estes trazem a capacidade da reciprocidade humana, por sua vez, retidos em si.

Para Simmel o homem desenvolve-se na interação com sua forma social que evoluciona-se a sua volta entre o princípio de individualização e o de sociação, nisso vai além da dicotomia indivíduo-sociedade. Pois explora os aspectos da realidade para compreender o tecido social através de um recorte atento as interações dos indivíduos entre si e com os espaços urbanos, problematizando assim a cidade como um lugar onde se ordena uma nova forma de arquitetar e compreender a sociedade. A cidade ou a metrópole passa a ser, para o autor, o centro de reflexão da modernidade e da cultura moderna.

O dinheiro, assim, possui caráter de liberação do indivíduo, como ao mesmo tempo nivela os valores da cultura moderna e urbana. A monetarização das relações

sociais que contribuiu para a liberação deste indivíduo, proporcionou efeitos contraditórios, uma vez que provocou o declínio do ser humano, como nos chama a atenção Fleury (2009), como por exemplo a corrupção e a prostituição. Desta forma, o dinheiro “ameaça, ao mesmo tempo, elementos que Simmel esperava que fossem poupados: a dignidade humana, o corpo ou a cultura” (FLEURY, 2009, p. 28).

Portanto, o dinheiro possibilitou a emergência de determinadas propensões como a cobiça, a avareza, e o esbanjamento; e de situações que irão determinar como os indivíduos estarão inseridos socialmente, como a riqueza, a pobreza ou a escassez; temas que Georg Simmel explorou em seus estudos. Sendo assim, o dinheiro possibilita que todas as coisas tornam-se comparáveis, revelando o caráter ambivalente da modernidade: liberdade e aprisionamento.

O dinheiro para Simmel participa da constituição da cultura da sociedade moderna, caracterizada por três conceitos: a distância, o ritmo e a simetria. O teórico evidencia em seus estudos uma questão central da cultura moderna e urbana, a exaltação das diferenças sociais, deixando assim um legado para os estudos da sociologia da cultura. De acordo com Laurent Fleury (2009), o conceito de “tragédia da cultura” lança uma outra ambivalência da sociedade moderna, a oposição nefasta entre a vida e as formas.

Simmel, que inaugura os estudos pautados nas interações e nas formas sociais, se debruça sobre como a vida deve passar pelas formas para revelar-se, porém as formas por sua vez sufocam o impulso criativo da vida. Portanto há então um divórcio entre cultura objetiva e cultura subjetiva, e que nos possibilita visualizar tal ambivalência, “a vida transcende-se e aliena-se, assim, nas formas culturais que ela própria cria” (FLEURY, 2009, p. 29).

Continuando com o teórico, este salienta que é possível diferenciar nas sociedades forma e conteúdo. E tendo como prerrogativas as condições e necessidades práticas, este mundo em que vivemos é composto de uma série de materiais. Nós os apreendemos e o elaboramos a partir destes elementos, dando a estes materiais determinadas formas, onde a partir destas iremos usa-las como subsídios de nossas vidas de acordo com os nossos interesses.

Porém estes interesses se liberam de sua forma geradora no jogo da vida a partir de seu funcionamento e realização, tornam-se autônomos não podendo mais separar-se

do objeto que se formou a partir desta dinâmica. E como Simmel (2006) mesmo nos diz, “essa guinada – da determinação das formas pelas matérias da vida para a determinação de suas matérias pelas formas que se tornam valores definitivos – talvez opere de modo mais excessivo em tudo aquilo que chamamos de jogo” (SIMMEL, 2006, p. 62).

Portanto a forma de nosso comportamento de jogador é moldada a partir de elementos reais da vida como impulsos, carências, forças, tornando-se autônoma como o próprio jogo, ou seja, autônoma perante a realidade. George Simmel salienta que há uma analogia entre a arte e o jogo e que quando estes se esvaziam de vida, tornam-se um artifício e entretenimento.

Desta forma o significado, como também a essência do jogo e da arte encontram-se nesta “guinada” que o autor se refere, “pelas quais as formas criadas pelas finalidades e pelas matérias da vida se desprendem dela e se tornam finalidade e matéria de sua própria existência” (SIMMEL, 2006, p. 63). Assim ocorre a assimilação de determinadas realidades da vida as quais podem acomodar a sua natureza e que pode ser concentrado permitindo essa autonomia.

Sendo assim para o teórico a vitória da cultura objetiva é proporcional à ruína da cultura subjetiva, e nessa separação encontra-se a tragédia da cultura moderna, “a cultura dos indivíduos não progrediu na proporção das coisas que preenchem e circundam nossa vida” (SIMMEL, 1900 apud FLEYRY, 2009, p. 29).

Outro teórico que segue um caminho próximo ao de Simmel na interpretação de como a sociedade é possível é Norbert Elias. Este analisa o plano da história da cultura e do desenvolvimento da cultura moderna, parte da noção de socialização de Simmel e a transforma na noção de *civilização*, que é a interpretação histórica da socialização; pretende assim analisar os mecanismos de socialização através de suas práticas históricas.

A sociologia histórica de Norbert Elias se interessa, não pelas formas sociais (como a de Simmel), mas sim pelos processos e configurações que a socialização proporciona na realidade cotidiana. Para ele socialização traz o caráter de recorrência dos processos de interação, onde a possibilidade da realização humana atribui ao indivíduo uma configuração de momento e/ou fragmento, como salienta Tedesco (1999). A sociedade para Elias é possível a partir da concepção desta como um conjunto de configurações e de ajustes de elementos, representa assim, continuando com Tedesco

(1999), o resultado de um processo de objetivação da vida coletiva e um resultado do processo de civilização.

No que tange a vida cotidiana, o autor refere-se a tal ao demonstrar que a construção dos costumes e ações são reflexos da estrutura social em que os indivíduos estão inseridos. A vida coletiva portanto é um aspecto da vida cotidiana, sendo a estrutura desta última parte integrante da estrutura do grupo social, que não pode ser vista de forma isolada das demais estruturas de poder da sociedade. Desta forma Elias (1995) une vida cotidiana as mudanças estruturais da sociedade e os processos históricos.

Conforme Tedesco (1999), na obra *A civilização dos costumes*, Elias evidencia uma comparação entre o comportamento e a experiência dos indivíduos frente as diferentes fases de evolução social. As mudanças de personalidade têm estreita relação com as mudanças da estrutura social sob vários aspectos, como o aumento da diferenciação social, os controles sociais, centralização, entre outros. Através do olhar sistêmico de Elias as condutas habituais da vida humana são resultados de convenções sociais e/ou de normas culturais.

Portanto a vida cotidiana para o autor é um dado societal, onde as análises não podem se dissociar das estruturas de poder da sociedade global, sendo assim o lugar de ligação entre natureza e cultura. A vida cotidiana é um lugar de produção e reprodução dos elementos socioculturais, onde “a constituição de uma sociologia da vida cotidiana poderá se constituir quando a ação social se entrelaçar com os mecanismos sociais da socialização” (TEDESCO, 1999, p. 43).

Por isso a importância da produção e reprodução de rotinas e rituais, que possibilitam o estabelecimento de uma cotidianidade, tais processos apropriam-se cotidianamente o tempo e espaço, emergindo assim atividades cotidianas. O indivíduo é assim produto de normas sociais, tendo sua vida regulada e uniformizada.

II.2.2.3 A fenomenologia

A sociologia da vida cotidiana resgata em grande medida uma análise filosófica quem tem em Edmund Husserl seu teórico principal. Inaugura-se com ele o paradigma sociológico que se pauta na intersubjetividade, na intercomunicação face-a-face, nas relações interindividuais, surgindo assim a corrente fenomenológica. Para esta corrente

as análises da vida cotidiana são indissociáveis da figura sociológica do ator. Conforme Tedesco (1999), a noção de *substrato de habitus* desenvolvida por Husserl está ligada com a ideia de *auto-constituição*, da produção de si, de pessoa participante da definição de sua *situação social* que co-produz objetivamente.

Edmund Husserl procura adotar uma metodologia (chamada por ele de fenomenologia) que tem o intuito de expor a forma de como as coisas se manifestam na consciência, permitindo assim obter a profundidade dos fenômenos, incorporando as experiências subjetivas. A partir desta perspectiva o teórico vai além das impressões sensíveis e superficiais das ciências duras. Mas é Alfred Schutz que traz para a sociologia o método husserliano, aplica-o na compreensão dos processos e identifica assim as práticas e os significados sociais e subjetivos que os indivíduos manifestam nas interações cotidianas.

Para Alfred Schutz, há significativa diferença entre o mundo social e o mundo natural, compreender o mundo social envolve, método, epistemologia e as experiências vividas do conhecimento cotidiano, o que permite apreender as ações humanas em correlação e em situação ao mundo social. Conforme salienta Tedesco (1999), este teórico se debruçou sobre a ideia de que a linguagem cotidiana continha uma série de visões tipificadas construídas *a priori*, que encontravam-se nas ações mais ordinárias, guardando assim conteúdos não explorados e que determinavam uma *reciprocidade de perspectivas* que permite estruturar socialmente o *mundo da vida* dos indivíduos.

Sendo assim, para o teórico da fenomenologia, “o homem encontra na sua vida cotidiana a todo momento um *stock* de conhecimento disponível que lhe serve de esquema de interpretação de suas experiências passadas e presentes e determina também antecipações das coisas futuras” (TEDESCO, 1999, p. 45 apud SCHUTZ, 1987, p. 143). A tradição fenomenológica pauta suas análises da vida cotidiana tendo como ponto de partida a observação, e não com hipóteses *a priori* causal e genérica.

A realidade social é olhada por Alfred Schutz (1979) como fruto das interações, uma soma de objetos e fatos da vida cotidiana que o senso comum experimenta nas ações e interações do dia a dia. Há dessa forma um saber social, que desenvolve-se nas interações cotidianas e que não pode ser menosprezados pelos estudos do tecido social. Enfatiza-se assim uma característica importante da vida cotidiana, que é a sua

interpretação pelos próprios homens que a vivem, que a praticam, o que possibilita consistência e a coerência ao *mundo da vida*.

Desta forma a fenomenologia privilegia os aspectos subjetivos e conceituais dos indivíduos em suas interações e práticas da vida cotidiana com o intuito de apreender os sentidos a esses conferidos e suas manifestações comportamentais, fornecendo assim os alicerces da sociologia fenomenológica que os etnometodólogos irão se pautar. Esse saber comum que a fenomenologia se debruça é um saber constituído através da permuta de geração em geração, onde o homem experimenta e seleciona as ações que detém maior eficácia e validade na prática cotidiana para determinadas situações.

Elabora assim um corpo de conhecimento que está expresso na forma de vida social do grupo ou sociedade em que estão inseridos, criando assim tipificações que são socializadas cotidianamente, como forma de experiência, de reciprocidade, intercambiando pontos de vista que dão significações práticas do conhecimento do mundo de vida, sem se pautar em teorizações, mas somente nas práticas cotidianas. Portanto, para Schutz,

O campo de conhecer de observação do cientista social, quer dizer, a realidade social, tem um significado específico e uma estrutura de relevância para os seres humanos que vivem, agem e pensam dentro dessa realidade. Fazendo uso de uma série de construtos do senso comum, eles selecionam e interpretam previamente este mundo vivenciado com a realidade cotidiana. São estes objetos de pensamento que determinam por motivar o comportamento deles. Os objetos de pensamento construídos pelo cientista social com a finalidade de dar conta desta realidade social, têm que estar baseados nos objetos de pensamento construídos pelo senso comum dos homens que vivem sua vida cotidiana dentro de seu mundo social (apud CICOUREL, 1990, p.98).

O teórico Garfinkel, da corrente etnometodológica, parte da fenomenologia (indiretamente em Husserl e de forma mais direta em Schutz) e reformula os procedimentos que ligam ator e situação. Portanto, “a externalidade/internalidade dos conteúdos culturais e das regras não exercem determinações na constituição e no conhecimento da ação e da situação; esses são produzidos no processo de interpretação inter-relacional” (TEDESCO, 1999, p. 44). Tais interpretações se dão na esfera prática, nas formas de fazer compartilhadas pelos indivíduos, com intuito de obter um melhor desempenho de suas ações cotidianas.

As tipificações estão relacionadas com o senso comum, e conforme Georg Simmel a noção de tipificação, o conhecimento que os indivíduos tem sobre si e sobre os outros é uma condição para a existência da vida social e do saber sociológico, por tanto é um *a priori* da possibilidade da sociedade, tal noção está ligada as características dos papéis sociais que os indivíduos adotam.

Harold Garfinkel adota a noção de papel como um elemento que irá orientar as práticas cotidianas permitindo, como friza Paixão (1986), ao ator interiorizar os esquemas dados, revelando sentido para a sua conduta, que é possível de ser interpretada pelos demais indivíduos. Significa então que há um conjugado de esquemas mentais, que são objetivados e objetivadores ao mesmo tempo das ações práticas, que se espalham na interação e se constituem como campo ordinário.

Portanto o mundo social de Garfinkel é produto da ação interindividual mediada pela linguagem, “sua compreensão não exige nenhuma maneira de procurar uma causa exterior ou anterior à situação produzida pela interação nem mesmo de se referir aos conceitos sociológicos. A linguagem brota como produto de seus atores individuais (TEDESCO, 1999, P. 48).

De acordo com Martins (1998), a etnometodologia insinua que a interação não está apenas nos significados que a mediatizam. O conhecimento cotidiano não implica apenas a constituição de significados, “os experimentos têm demonstrado que, com grande rapidez, os envolvidos na circunstancia de privação repentina de significados são capazes de criar significados substitutivos e reestabelecer as relações sociais interrompidas, ou mais que isso, ameaçadas de ruptura” (MARTINS, 1998, p. 4).

Desta forma, para Garfinkel, o senso comum é mais do que a compilação de significados compartilhados, ele compartilha um método de produção de significados que são continuamente reinventados, mais do que copiados. Indo de encontro a proposta de análise do social de Schutz, significa que todo o conceito que toma lugar nos modos de agir humano deve ser construído de forma que a ação produzida por um indivíduo, no cerne do mundo da vida e de acordo com as tipificações, possa ser compreensível tanto para o que produz a ação quanto para os que estão a sua volta e/ou em interação com este.

E que esteja na representação refletida do cotidiano, como salienta Paixão (1986). Dar ênfase a essa forma de análise “garante a consistência das construções do sociólogo

em relação às construções formuladas pela realidade social em seu pensar cotidiano” (TEDESCO, 1999, P. 49).

II.2.2.4 O individualismo metodológico

Pensadores que se apoiam no individualismo metodológico defendem o tema das ações individuais das interações na esfera micro das relações sociais, onde as instituições teriam sua origem no indivíduo - ao contrário do que colocou Durkheim, através de imitação - dos fenômenos corporais, pelos rituais (ligada a ideia de rotina, que não é somente repetição, mas sim criação, invenção e descoberta), e ainda pelo sistema nervoso (da corrente que toma o modelo biologista), como frisa Tedesco (1999).

Assim, como salienta o autor acima citado, o individualismo metodológico irá se amparar em certas correntes do pensamento social, como: o utilitarismo (pautado na economia clássica); a sociologia da ação; o interacionismo; e a teoria das ações não-lógicas e dos efeitos perversos; tendo como teóricos que influenciaram-na: Hayeck, Popper, Pareto, Bentham e Weber. Tedesco (1999) salienta que a noção de individualismo metodológico foi utilizada inicialmente no final do século XIX por Menger, um economista *marginalista*.

Porém, na segunda metade do século passado, Raymond Boudon, traz tal pensamento quando atribui que os fenômenos sociais devem ser explicados pela associação de ações individuais. Pois os atores individuais estão inseridos em um contexto social, o que descarta a pretensão de encontrar leis gerais, uma vez que suas aplicações podem não ter validade dentro das fronteiras em que os atores estão inseridos.

No que tange a sociologia clássica, temos em Weber uma base para essa corrente na medida em que o autor coloca que a ação social, na vida cotidiana, pode ser simultaneamente orientada em relação a valor e a fins. As características que se pautam em um *ethos cultural*, analisado por Weber tem base subjetiva, o que permite-nos compreender a gênese dos sistemas de usos dispostos em modos de ser dos indivíduos, como salienta Tedesco (1999). Então “o ascetismo secularizado, segundo Weber, deixou a vida cotidiana num estado natural e espontâneo, ambos de base subjetiva e rompendo com a estrutura discursiva da razão lógica” (TEDESCO, 1999, p. 50).

Há várias correntes do *individualismo metodológico*, porém ambas tem em comum a problematização dos processos de interação como fenômenos psicossociais, que toma com primazia as emoções, os estímulos pulsionais, a postura corporal, que evidenciam uma linguagem não-verbal, que nos possibilita a análise proxêmica. Desta forma o *individualismo metodológico* se opõe ao institucionalismo durkheimiano, e se localiza entre este e entre as correntes que analisam os fenômenos sociais somente pelo ponto de vista do ator.

Sendo que tal corrente “é que vai dar base à hermenêutica do *interacionismo simbólico* e à *etnometodologia*” (TEDESCO, 1999, p. 50). Portanto o *individualismo metodológico* aproxima-se em grande medida dos interacionistas, quando coloca como base de suas análises os comportamentos dos atores sociais, tendo como objeto de investigação os sistemas de interação social, as lógicas e as disposições individuais para explicar as tramas das ações individuais.

Tais correntes, privilegiando os atores sociais, pautam suas investigações nas ações, reações e estratégias destes, em detrimento de formas de análise que se debruçam nas estruturas e/ou sistemas sociais. Reconhecem assim que não há uma harmonia social, mas sim contradições e conflitos latentes e que devem ser colocados como pontos importantes de reflexões nas suas análises.

Sendo assim os adeptos dessa corrente procuram a gênese do conflito, examinando os comportamentos individuais, perguntando-se o que promoveu a emergência destas relações conflituosas e quais os tipos de interação e estratégias usadas pelos atores dentro destas interações. O que não pode ser explicado, sempre, por determinação econômica e de classe. A estrutura social não tem totalidade explicativa, o que se privilegia nesta corrente teórica são os sistemas de interação e interdependência, como frisa Tedesco (1999), que possibilitam associações de comportamentos individuais imbricando em fenômenos coletivos.

Em tempo o *individualismo metodológico* tem como ideia central o indivíduo, como este determina suas ações em relação aos recursos e informações que possui, onde as possibilidades de escolha perpassam pelas preferências e necessidades individuais, como salienta Boudon (1979). Sendo assim “a ideia de melhor escolha é aquela pela qual

os elementos motivacionais são construídos pelos valores da interação, pela emoção e pelos sistemas de conhecimento” (TEDESCO, 1999, P. 52).

Com isso a corrente em questão tece uma crítica a sociologia clássica, mais precisamente Durkheim e Marx, no que tange as análises que procuram desvelar as leis gerais dos fatos sociais. Porém vale ressaltar que tal corrente, como nos traz Tedesco (1999), não serve-se somente de Weber e sua sociologia compreensiva, mas também de Durkheim e sua interpretação sobre o suicídio, e de Marx sobre seu estudo sobre lucro do sistema econômico como um todo; o que resulta em críticas pela forma como se utiliza dos clássicos e pelo excesso de autonomia do indivíduo.

II.2.2.5 Individualismo institucional

Talcott Parsons é um dos precursores das *teorias do sistema social*, um dos mais influentes teóricos contemporâneo das regularidades sociais, um dos pilares da teoria sistêmica da ação, sendo referência para os estudos que tomam a ação humana integrada em sistemas sociais. Em sua análise um *sistema de ação* tem como foco a manutenção de modelos de controle, o que objetiva estabilizar e reproduzir valores, sistemas simbólicos de determinados modelos culturais e ordem normativa. O sistema de ação social, elaborado por Parsons (2010), tem como objetivo uma função que agrega e integra as partes constitutivas do sistema de ação, adaptando os condicionantes destas ações e obtendo êxito nos objetivos determinados coletivamente.

Na sua teoria, o *sistema geral da ação*, encontramos subsistemas: culturais, sociais, de personalidades e comportamentais; que condicionam e dão suporte para a ação. Sua teoria dos subsistemas sociais da ação é conhecida pela ênfase que deu a necessidade explicativa da integração social. O seu sistema geral da ação visa compreender a ação humana voltada para esses quatro subsistemas, dando a este um caráter metódico e funcional à ação.

Os subsistemas de Parsons, servindo-se da cibernética, são hierarquizados, onde os sistemas superiores são ricos em informações e irão controlar os sistemas inferiores, porém é nestes últimos que encontramos as condições para a ação social. Mas é no subsistema cultural que o teórico dá maior importância, pois este está voltado em manter os padrões estabelecidos pela cultura estabelecida, tem a capacidade de interiorizar a

personalidade e o organismo, promovendo um papel funcional de adaptação. O subsistema de personalidade se pauta à busca e alcance de metas pré-estabelecidas; o do comportamento está voltado a adaptação social; e o subsistema social é o que irá possibilitar a integração de todos esses elementos.

No que tange ao cotidiano, o que nos interessa aqui é ver como Parsons se pautou na preocupação com a forma com que os indivíduos agem entre si. É do nível do subsistema cultural, ponto mais alto no seu esquema cibernético, que reside a função mais importante, como citamos acima, o de manter os padrões culturais, e que são socialmente compartilhados no cotidiano, que incumbia a função de sustentar os sistemas de integração social.

Portanto, “noções de modelos culturais, generalização do sistema de valores, comunidade societal, integração coletiva e interiorização (assimilação, institucionalização...), são temas preferenciais do seu *sistema de ação social*” (TEDESCO, 1999, p. 55). Desta forma Parsons liga fatos com indivíduos, ações com esquemas de referências ao meio do ator individual ao mundo exterior, para este “todo ator individual é um organismo biológico agindo em um meio” (PARSONS, 2010, p. 27), o que resulta em um *individualismo institucional* como salienta Tedesco (1999).

Na sua teoria Parsons desenvolve a lógica do conjunto das relações convividas pelos indivíduos como a lógica da racionalidade dos meios e fins. Há uma equivalência entre pessoa e o sistema social, uma vez que para o autor a estrutura do sistema social é resultado de interações de atores na teia do cotidiano. Para ele, uma instituição é um complexo de integração de papéis sociais institucionalizados e que possui uma definição estrutural dentro do sistema social. Portanto a integração dos sistemas só obterá êxito se os atores internalizarem os valores instituídos socialmente e compartilhados, promovendo disposições nos indivíduos para agirem.

Sendo assim, “o controle social nada mais é do que a interdependência, a reciprocidade (como *sub-sistemas* do sistema social) se constituindo em coletividade. Daí a importância da interação na medida em que os atores se controlam reciprocamente” (TEDESCO, 1999, p. 56). Para a sociologia da vida cotidiana as ideias de Parsons contribuem na medida em que permite elucidar a ligação das interações entre os indivíduos com contextos relacionais, onde há uma interdependência entre indivíduo e

grupo, possibilitando a formação de um sistema de ação e modos de vida pelo meio de elementos psíquicos e culturais.

Mesmo que as perspectivas do idealismo e da hermenêutica do indivíduo sejam de grande valor e ocupem espaço primordial na formação do campo da sociologia da vida cotidiana, as teorias do sistema e da acionismo também oferecem elementos importantes para tal campo sociológico. Nicolas Luhmann, seguindo em partes a linha de Parsons, é um dos teóricos que se debruçam sobre as formas de análises da sociedade que tomam elementos como cibernética, da esfera da biologia, da teoria dos sistemas e da comunicação para elaborar sua teoria, refutando as perspectivas que se pautam em fundamentos como, intenção, valores, ação humana e subjetividade, dando maior primazia para a função, observação, auto-referência, diferenciação e paradoxo, como salienta Tedesco (1999), reforçando (diferentemente de Parsons) a noção de função em vez da noção de estrutura.

Os indivíduos na teoria de Luhmann (1997), possibilitam a construção entre estes e a sociedade, de uma relação de interpenetração, onde um não contém o outro, uma vez que para o teórico a sociedade é formada por comunicação e não por indivíduos. Assim, “a noção de sistema dá ênfase à auto-referência, à interpenetração (observação mútua), aos subsistemas interligados promotores da evolução, à comunicação, promovendo a auto-referência social, sendo o meio e o código da interação” (TEDESCO, 1999, p. 56). Portanto, preocupa-se também em compreender as implicações sobre as consciências individuais dos processos gerais que este provoca no mundo cotidiano.

Para finalizar vale salientar a forma como Habermas analisa a ação social focando suas inquietações nos aspectos fundamentais normativos da vida social, o que difere de Luhmann, pois o primeiro toma as ações sociais dos indivíduos como base de representações simbólicas e disposições individuais como estruturação simbólica do mundo vivido. Sua teoria, Ação Comunicativa, como nos traz Leite (2010), tem como forma possibilitar as reivindicações de validade dos diferentes atores envolvidos na sociedade com vistas a um esperado consenso racional normativamente válido, justo e legítimo, que possa assegurar o andamento regular e estável do mundo da vida, que nada mais é que a vida cotidiana. Desta forma a experiência do indivíduo no seu dia a dia deve ser levada em conta nas análises dos fatos.

II.2.2.6 A análise do cotidiano a partir da perspectiva sócio-antropológica

A Escola de Chicago, em meados do século passado, se debruçou sobre análises que buscavam operacionalizar as ações que permeavam as condutas que motivavam os indivíduos a agirem e como estas contribuíam para a reprodução e equilíbrio social. Procura dar ênfase metodológica a pesquisa empírica, se além aos fenômenos cotidianos, tendo como recorte preferencial os estudos urbanos, influenciados pelo pragmatismo de Georg Herbert Mead, Willian James e Charles Pierce, como também pela sociologia formal de Georg Simmel.

Desta forma a Escola de Chicago tem como premissa a ideia de que o significado de um fenômeno somente pode ser compreendido a partir da análise dos efeitos deste na vida do próprio indivíduo envolto em tal evento, relacionando assim toda a forma de saber com a experiência concreta do vivido. Busca em Georg Simmel a noção daquilo que é empiricamente observável, como também a importância em pensar a dinâmica social a partir de análises fundamentadas na vida cotidiana dos indivíduos.

Os estudos realizados por pesquisadores da Escola de Chicago apontaram uma fragmentação dos espaços, das condutas individuais, do tempo, dos grupos de indivíduos e do cotidiano. O que possibilitou a descrição dos atos e percepção dos elementos estruturais das condutas humanas e sua relevância para as normas da vida cotidiana dos indivíduos, na tentativa de elucidar os aspectos objetivos a partir dos subjetivos e a forma em que os grupos sociais lidavam com sua vida diária.

Tais estudos, conforme Velho (2002), a partir da década de 1960, influenciaram o interesse por análise e política do cotidiano, mesmo se tratando de uma análise “micro” social. Os estudos de Goffmann, *A representação do eu na vida cotidiana* (1985) e *Estigma* (1988), por exemplo, têm boa receptividade. Assim uma perspectiva sócio-antropológica, estimulou o desenvolvimento de pesquisas com preocupação interdisciplinar.

A assertiva da Escola de Chicago, a partir da mescla do pragmatismo e da sociologia das formas, se encontra no conceito de *definição de situação*. Tal conceito toma como premissa que qualquer ação socialmente tomada pelo indivíduo é precedida por determinada definição que conduz a uma escolha dentro de inúmeras possibilidades,

como salienta Becker (1996). Onde ocorre de um indivíduo tomar uma situação como real ela será real em suas consequências.

Com uma perspectiva um pouco diversa de pesquisadores da Escola de Chicago, o sociólogo Georges Balandier (1993) procura investigar as transformações e a constituição dos estados africanos antes de suas independências. Para tanto analisa as mutações, deslocamentos populacionais, a urbanização, entre outros aspectos, tematizando as transformações locais e sociais, revelando assim a complexidade de tais sociedades, como salienta Tedesco (1999). Preocupa-se com a análise de poder, do social, da política, do sagrado, enfatizando as relações subjetivas, como por exemplo, no que tange aos rituais, as relações entre gêneros e parentesco, como elemento revelador da dinâmica social, própria da vida cotidiana destes grupos sociais.

Tal forma de análise vai contramão da perspectiva durkheimiana e demonstra que as sociedades tradicionais não eram construídas com bases na ordem social e reprodução de regras. Desta forma a ordem e a desordem fazem parte do imaginário das sociedades modernas, pois “a tarefa do rito e do mito é de permitir recuperar, pela via do imaginário, a determinação do social do indeterminado” (TEDESCO, 1999, p. 59).

Para Balandier (1993) a vida cotidiana é o onde as práticas das normas estabelecidas e das relações sociais de dominação e/ou submissão acontecem, demonstrando que o cotidiano é conflito, resistência e submissão as normas sociais estabelecidas. Portanto a partir da análise de “etnias africanas e o domínio do cotidiano desses grupos sob a ótica do religioso, do sagrado e de sua historicidade étnico-cultural, Balandier nos aponta o cotidiano como um espaço-tempo da ação individual [...] orientada por lógicas institucionais” (TEDESCO, 1999, p. 59).

II.2.2.7 A sociologia da ação

A sociologia da ação tem em Alan Touraine seu teórico exponencial, o qual procura descrever o trabalhador coletivo, com caráter de sujeito histórico, que é definido pela sua relação com a sociedade e com a ação histórica. Uma vez que o trabalho, que é uma experiência significativa construída socialmente, é a condição histórica do homem, permite-se compreender assim os contornos da organização social.

O teórico defende uma sociologia do engajamento, e seu acionalismo caminha por conceitos como: historicidade, que está para além do historicismo, uma vez que os atores não passam simplesmente pela história, mas a produzem (produção da sociedade pelo trabalho humano, capacidade de dar sentido e orientação a suas práticas). Organização social; movimentos sociais; sistema de ação histórica; sistema institucional; e relação de classe (a prática social oriunda das relações sociais no interior de um sistema institucional e de um organização social gera um sistema de ação histórica).

Um sistema de ação histórica, como traz Tedesco (1999), mobiliza recursos políticos e sociais, pertencentes ao modelo cultural em questão. Na sociologia da ação de Touraine, como salienta Juan (1996), há uma tentativa de fundar uma *sociologia não individualista da ação*, uma vez que não pode-se unicamente subordinar os atos individuais a situações coletivas, mesmo que aparentemente a ação humana se manifeste como um efeito dos determinismos sociais.

A sociedade é para o autor uma arena onde se confrontam interesses que tem como meta controlar as forças da sociedade e os movimentos sociais, enquanto grupo que reivindica-se enquanto tal, são as forças que promovem a dinâmica desse processo, capazes de controlar a historicidade social. Portanto, o conflito possibilita uma forma de consciência sociológica, como forma de orientação da ação histórica, cabe ao sociólogo apreender a emergência desses movimentos e a visualizar os novos atores sociais.

Sendo assim, Touraine (1973) salienta que o conflito não se caracteriza somente pela dimensão de disputa de classe pelo viés economicista, mas vai para além deste. A relação que ocorre é de atores sociais em relações, que não são nem de concorrência, nem de sobreposição dentro de um grupo social, mas sim de uma relação onde as dinâmicas sociais que estruturam as relações de poder, de resistência, de legitimidade e de historicidade reconstituem-se enquanto tal.

A importância que Touraine (1969) dá a dimensão da historicidade abre espaço para o recebimento de críticas no que tange ao historicismo, pois dá ao homem a capacidade absoluta de dominação sobre a natureza. Como também, a partir de sua visão as sociedades possuem uma capacidade de agirem sobre elas mesmas, “a ponto de a sociedade pós-industrial ser considerada pelo autor como uma sociedade pós-histórica – não significando com isso que não se transformará mais, mas que essa transformação

ocorrerá no interior do campo da historicidade” (TEDESCO, 1999, p. 62). Continuando com Tedesco (1999), outras críticas recebidas se dão: 1) pelo fato que o acionismo do ator pode ser relacionado de certa forma com a filosofia do sujeito, concepção do ator como princípio criador; 2) como também pelo ponto de vista que este possui sobre reforma e não de transformação social.

Mas além de Alan Touraine temos outros teóricos que se debruçaram sobre a perspectiva de análise a partir do ator, e que tem como base as suas interações cotidianas. Entre eles temos Antony Giddens, que introduziu um elemento cultural a noção de classes sociais, como a noção de estilo de vida, que torna visíveis grupos de *status*, e diferenciações, ampliando desta forma o conceito. O autor objetiva a importância das trajetórias sociais, da mobilidade social, no difundir das competências e oportunidades na vida dos atores. Conforme Juan (1996), o autor defende que é através da posição de classe que é possível compreender as dinâmicas internas à estrutura social.

Portanto, como frisa Leite (2010), Antony Giddens através de sua teoria totalizante aborda regularidades com base na vida cotidiana. Na sua teoria da estruturação Giddens atribuiu à rotina o papel principal na ideia de recursividade e monitoramento reflexivo da ação. Para Giddens o termo cotidiano condensa exatamente esse caráter de rotina, “a rotina é vital para os mecanismos psicológicos por meio dos quais um senso de confiança ou segurança ontológica sustentado nas atividades cotidianas da vida social” (GIDDENS, 1989, p. 78).

É a partir do cotidiano que o indivíduo comete sua ação no tempo e no espaço, e concomitantemente demanda a constituição da direção dos processos essenciais para sua trajetória. Assim a análise do cotidiano possibilita apreender uma dupla função social, a de produção e reprodução do indivíduo, como também do sistema institucional.

O que podemos observar, em linhas gerais, é que há uma gama de interlocutores no que tange ao campo da sociologia do cotidiano, alguns aparecem de forma mais evidente neste trabalho por constituírem-se enquanto promotores de epistemes que focalizam a ótica da interação social, do dado societal, do conflito, do senso comum, do indivíduo, da intersubjetividade, ou ainda do mundo da vida.

Se trata de um campo com fundamentações teóricas variadas e polêmica talvez, como podemos perceber no que se refere, por exemplo, a correntes como o

Interacionismo, a Etnometodologia, ou ainda a da Pós-modernidade. Adentramos de forma mais aprofundada nos teóricos como Georg Simmel, tido como um dos precursores do campo, no que tange os processos de interações sociais e sociabilidades, como também aqueles contemporâneos que se debruçam sobre as análises da vida cotidiana e das cidades, como Jose Machado Pais.

II.3 A sociologia da vida cotidiana enquanto uma nova possibilidade de análise: a lógica da descoberta e o revelar do social

De forma errônea, a sociologia da vida cotidiana é vista e criticada como uma microsociologia, mas na verdade ela vem a ser uma forma crítica das antigas formas de análise do social. O interesse nesta nova sociologia está em estudar os processos onde as micro e macroestruturas são produzidas, as práticas que produzem a realidade social. Sendo assim a “sociologia da vida cotidiana é, sobretudo, uma sociologia dos lugares sociais da produção do sentido comum. Mas nesta topologia social e simbólica os seus interstícios e margens não são subprodutos das estruturas sociais, como muitas vezes se faz crer” (Pais 2007, p. 48).

A lógica que perpassa a sociologia do cotidiano é a lógica do descobrir, de revelar, e não a de demonstrar; e tem como desafio revelar a vida social na trama da superficial rotina do dia-a-dia como uma representação não aparente. Pais (2007) define o cotidiano como uma rota do conhecimento e sendo assim, este não pode ser tido como um fragmento isolado do restante do tecido social. Pois "o cotidiano não pode ser caçado a laço quando cavalga diante de nós na exacta medida em que o cotidiano é o laço que nos permite <<levantar a caça>> no real social, dando nós de inteligibilidade ao social." (PAIS 2007, p. 33)

Esta sociologia se diferencia das demais sociologias pela forma como ela se aproxima dos fatos da vida cotidiana, a forma como ela questiona e revela o dia-a-dia vivido. Onde a alma da sociologia do cotidiano não está nos fatos, mas sim em como ela se acerca dos fatos. Se a vida cotidiana parece ser algo superficial, inerte, não deve-se tê-la como atributo, mas sim como conjuntura.

Esta sociologia é uma sociologia rasante¹⁴, onde deve-se agir como um rato¹⁵, no olhar atento a tudo, perpassando por pequenos detalhes, que temos trabalhos significativos como de Georg Simmel, Michel de Certeau, Rogerio Proença Leite, Carlos Fortuna, Heitor Frúgoli Júnior, que buscam nos pormenores os detalhes e as riquezas dos elementos permeadores da vida cotidiana. E sendo assim, é o vagar ou o vadiar¹⁶ da vida cotidiana dos espaços urbanos que podemos desvelar a realidade social urbana.

A sociologia enquanto ciência também está inserida em um mundo de crenças, onde há uma lógica comum entre a sociologia ortodoxa e a ortodoxia teológica¹⁷, tendo cada uma seus grupos constituídos, um conjunto de crenças e rituais, seja os batismos e casamentos, seja os seminários, leituras de textos de determinadas teorias, elaboração de pesquisas e artigos, entre outros.

Tais rituais, que mobilizam uma fé (em um Deus ou na ciência, em uma teoria, por exemplo), permitem a reprodução dos sistemas de crenças¹⁸; onde a legitimação de uma teoria enquanto verdade científica perpassa por procedimentos e protocolos, assim como os ritos religiosos. Pode-se dizer que a sociologia da vida cotidiana vem reivindicar uma sociologia crítica, contra uma sociologia positiva, tradicional e canônica. Para Michel de Certeau (2012) uma forma de contrapor essa sociologia tradicional é através das análises que se pautam na diversidade das formas de vida social.

¹⁴ É nesta conjuntura pouco profunda, rasa, que a sociologia do cotidiano tem sua rota, e ela "terá que rasar essa superfície em vôo baixo, de forma minuciosa, sem que a esse rés (do chão, superficial) se tenha de aprisionar" (PAIS 2007, p. 35).

¹⁵ O esmiuçar como um rato é um exemplo dado por Pais (2007), onde "enfrentando o social, nada dele desprezando à sua passagem, interessando-se por tudo o que seu olhar oblíquo possa agarrar; manter-se ao rés das coisas mas vê-las todas, numa obstinação miúda e picuinhas" (PAIS 2007, p. 35).

¹⁶ "É um tratar que não perde nada correndo embora riscos de se perder no nada. Daí que uma das preocupações da sociologia do quotidiano deva ser a de procurar contínuos (<<micro-macro>>, por exemplo) nos descontínuos que percorre, no acidente das coisas que acaricia, uma espécie de balanço entre trotar ou acto de acariciar o real (de envolvimento, de comunhão) com a inevitável críspação que implica todo o acto de conceptualizar (...) Atenuada, contudo, por este constante acariciar do social que as metodologias qualitativas proporcionam por essa percepção descontínua e saltitada do social que a sociologia do quotidiano assegura no seu vadiar sociológico" (PAIS 2007, p. 36).

¹⁷ Sobre essa discussão ver Pais (2007).

¹⁸ Esta reprodução de sistema de crenças busca legitimar determinadas teorias em detrimento de outras, tornando a academia um espaço de luta: "os tempos mudaram — há que acreditar. Mas, na velha tradição, não rara as vezes, as grandes escolas ou correntes científicas assumiam a feição de <<capelas>> ou baronias>> que regulavam a circulação dos saberes e dos poderes das universidades" (PAIS 2007, p. 38).

Na realidade social a qual a sociologia da vida cotidiana está inserida, procura-se através de um voo rasante apreender os pormenores que revelam as estruturas e interações sociais. Portanto encontra-se na realidade social os fatos cotidianos, transitórios e anônimos, que preenchem o tecido social, uma vez que estes fatos permitem-nos socializarmos e interagirmos, formando grupos em torno de determinados elementos, como interesses mútuos, personalidades, formas de agir e pensar em comum.

Cabe a sociologia da vida cotidiana se deixar surpreender e explorar o conjunto de pequenos acontecimentos na multiplicidade de relações que permeiam a vida cotidiana, principalmente nos grandes centros urbanos, levando em consideração os aspectos contingenciais, conjunturais e circunstanciais que as multipossibilidades do cotidiano oferece quando se atém para o que *se passa quando nada parece passar*.

II.3.1 A sociologia da vida cotidiana enquanto método de análise

É da cotidianidade que a sociologia da vida cotidiana reconstrói seus discursos, através dos saberes, práticas e linguagens comuns o investigador *flânuer*¹⁹, que com sua espontaneidade, liberdade e descomprometimento apreende a realidade social. O *flânuer* é como um viajante desprendido de roteiros preestabelecidos, livre assim às descobertas. É exatamente assim que deve ser o pesquisador que se debruça pelo viés da sociologia da vida cotidiana, um "*viajante flânuer*". Pois a sociologia da vida cotidiana é a sociologia da descoberta, que segue rotas aleatórias, não aquelas preestabelecidas, que acabam por condenar o pesquisador a percursos programados, como um turista preso a roteiros turísticos que dizem antecipadamente para onde olhar.

As citações e conceitos, a metodologia, são ferramentas necessárias para a validade científica, porém o que ocorre muitas vezes é a redução das investigações científicas a procedimentos ritualizados. Isso todavia não quer dizer que a sociologia da vida cotidiana não lance mão a teorias, mas sim que esta faz um uso diferente destas, onde o teorizar está unido a prática de pesquisa através de um grande esforço e cuidado, uma vez que, "observações defeituosas, ou a pura incapacidade de observar, são sempre

¹⁹ O indivíduo *flanuer* de Walter Benjamim pode ser traduzido como o espírito de mobilidade, um indivíduo desenraizado, que se move no espaço urbano.

expressões de défices teóricos" (PAIS 2007, p. 43). Sendo assim, Pais (2007) descreve que:

paralelamente às vias por onde circulam os métodos de investigação predeterminados é possível explorar os desvios, não daqueles que nos deixam na berma do <<tudo vale>>, mas dos que possibilitam o desenvolvimento de teorias em função dos achados de <<trabalho de campo>> ou das descobertas induzidas por uma sensibilidade teórica (PAIS 2007, p. 46).

A forma de operar tais descobertas se dá através do decifrar dos enigmas do cotidiano. No *flanar* pelo cotidiano o pesquisador irá operar a realidade, aquilo que vê, através de signos que permeiam as representações sociais, que são formas de ver o mundo, são as janelas do social, e trazem consigo um carácter misterioso, obscuro, pois cada um vê o mundo a partir de determinados elementos culturais e simbólicos. As crenças são compartilhadas, mas a forma de operá-las, apreende-las pode ser diferente de um indivíduo, de um grupo para o outro, "é esta natureza ideográfica do social que o leva a ter um carácter *enigmático*, bem evidenciado no seu duplo sentido: literal e secreto, visível e invisível, mundano e transcendente" (PAIS 2007, p. 60).

Neste vagar pelo cotidiano o pesquisador irá se deparar com coisas óbvias e com elementos da realidade deformados por julgamento de valores, que muitas vezes precisam ser desvendados. Não pode-se tomar como verdade tudo aquilo que está ali de forma aparente, precisa-se fazer questionamentos, decifrar essa realidade que está permeada de enigmas; revelar aquilo que parecer ser, mas que não necessariamente é.

Um desafio que a sociologia contemporânea e também a antropologia encontram "é o de mostrar como o enigmático e a sua decifração dependem da criação de novos significados e como estes estão na origem da *revelação*, nomeadamente quando os signos brincam com os significados, raramente mostrando o que são sob o que aparentam ser" (PAIS 2007, p. 60). Decifrar os enigmas é ler as entrelinhas do social sem desprezar as formas de mascaramento da realidade. Estas máscaras também devem ser analisadas, pois carregam consigo mensagens que precisam ser decifradas, uma vez que o que se parece alegoria também faz parte da realidade social. O investigador da vida cotidiana precisa olhar aquilo que lhe é estranho como algo comum e o que lhe é comum como algo estranho.

É necessário agir ironicamente²⁰ para que possamos, desvendar os enigmas do social, compreender que o conhecimento nos chega através das representações sociais da realidade, e, procurar nos detalhes da vida cotidiana a totalidade do significado destas, reconhecendo suas variações. Cabe a sociologia da vida cotidiana saber adentrar no mundo místico do cotidiano, decifrar os seus enigmas, apreender as representações sociais distorcidas para melhor descobrir a realidade.

Essa obscuridade da realidade social, através de seus enigmas, pode tornar-se um elemento importante para a compreensão desta, por sua vez os enigmas são instrumentos reveladores da realidade, clarificando-a, sendo a narrativa um importante elemento e caminho para alcançar tais objetivos. Portanto a sociologia da vida cotidiana, se põe como um sociologia que produz um discurso que recria as fantasias, que realiza reconstruções sociais, e através dos ruídos (obscuros) cotidianos a sociologia procura alcançar (justamente tendo-os como ferramentas, instrumentos) os nortes (clareadores) processuais das sociedades.

Assim, a sociologia da vida cotidiana, através da narrativa, implica muitas vezes uma viagem pelas rotas ocultas e enigmáticas, a fim de compreender melhor a realidade social. Envolvida com os enigmas da realidade social, "a sociologia da vida cotidiana cai, então, nos braços de Hermes, deus da Antiguidade que tinha a arte de revelar o latente, o mascarado, o inconsciente, dando sentido ao desprovido de sentido. Nos braços de Hermes, o que temos? Simplesmente a hermenêutica" (PAIS 2007, p. 71).

Desta forma, a sociologia qualitativa pode ser entendida como uma *grafologia* do social²¹, entendendo este como um texto. Podemos então fazer uma analogia do social com um livro, que tem que ser lido, interpretado e que está sendo escrito no dia-a-dia por todos os indivíduos que fazem parte da realidade social, através de suas relações sociais, suas interações. Nesse sentido a perspectiva hermenêutica nos dá as condições para a interpretação desse social, na compreensão deste texto que é escrito no cotidiano.

²⁰ A ironia que a sociologia da vida cotidiana cobra do pesquisador é necessária para que este possa distinguir o concebível do sensível (PAIS, 2007). A importância da ironia; "a arte de ironizar consiste em deslizar de um ao outro grau de convicção para melhor perceber a excentricidade de uma situação" (PAIS 2007, p. 64).

²¹ Sobre essa questão ver Pais (2007).

Nas significações dos comportamentos, atitudes, nos sentidos dados pelos indivíduos para suas ações nesse dia a dia, decifra-se assim os enigmas postos através desta escrita do social que fazemos cotidianamente, para compreender as estruturas sociais que se constituem a partir desta *consciência intencional*. Mas não se trata de um simples observar a distância, que só é capaz de apreender fatos objetivos e mensuráveis, mas sim "desenvolver categorias para entender a interpretação que os indivíduos dão aos significados dos fluxos latentes de sua vida cotidiana" (PAIS 2007, p. 143).

Dar espaço para as interpretações dos indivíduos, dos seus saberes e apreender os significados de suas práticas, não se trata de tomar o senso comum pelo senso comum simplesmente. Entendemos que o indivíduo é dotado de uma potencialidade criadora de recursos, como salienta Certeau (2012), que está para além de uma generalidade arquitetada fora destes e sem resistência alguma. O indivíduo "*ordinário*" através de suas experiências de viver, usar, criar, andar, permeadas por uma multiplicidade de sentimentos, intrinca-se na dinâmica cotidiana.

Esta forma de análise sociológica não se atém somente em ver o indivíduo enquanto consumidor passivo, como nos chama a atenção Certeau (2012), muito menos em transportar o entendimento do indivíduo para o campo científico. Mas sim de realizar uma interpretação do social a partir daquilo que, por mais que parece ser pormenores sociais, está carregado de elementos que permitem apreender as estruturas sociais constituídas a partir destes contextos. Pois, como mesmo destaca Pais (2007), precisa-se reconhecer que,

<<os saberes nativos>> são saberes cujos detentores nem sempre são capazes de explicitar e justificar. Dos saberes nativos ou tácitos fazem parte normas, juízos e valores que os membros de um grupo cultural expressam sistematicamente sem desenvolverem argumentos que os fundamentem (PAIS 2007, p. 144).

Portanto, a sociologia da vida cotidiana, a partir da perspectiva hermenêutica, nos possibilita uma leitura, uma interpretação da realidade social, que leva em conta os aspectos do cotidiano. Daquilo que se passa quando nada parece passar, permitindo assim um desvendar desse social enigmático, e que não se trata somente de uma interpretação das significações endógenas. Mas junto a estas a interpretação dos contextos de vida dos indivíduos, ou seja, "os elementos do meio social que os levam a desenvolver

determinadas práticas simbólicas e a interpretá-las num determinado sentido" (PAIS 2007, p. 144).

Para realizar esta leitura qualitativa, este desvendar dos enigmas do social, precisa utilizar-se de métodos apropriados para tal, como por exemplo, as histórias de vida, a observação (um *flanar* pelo cotidiano) e as entrevistas. O que pressupõe não recursos e etapas isoladas um do outro, mas sim uma proximidade, uma contiguidade e cumplicidade entre as diferentes fases da pesquisa de forma imbricada. Já as abordagens mais positivistas tendem a estabelecer um roteiro de pesquisa a partir de fases seriadas, sucessivas e predeterminadas, que tem como ponto de partida um quadro teórico que indica, muitas vezes *a priori* o ponto de chegada da pesquisa.

Na sociologia da vida cotidiana, os procedimentos de pesquisa e análise, que perpassam pela lógica da descoberta, partem da premissa que os métodos de investigação vão se elaborando à medida que a verificação progride. Uma forma flexível, permitindo assim que os procedimentos investigativos se adéquem as múltiplas realidades que vão sendo reveladas e que são emergentes e em cascata, como salienta Pais (2007).

Os "desenhos qualitativos são aberto: abertos ao inesperado, aos enigmas do social, prevalecendo uma *lógica de descoberta*" (PAIS 2007, p. 152). Portanto, na sociologia qualitativa, "as teorias e metodologias tendem a *triangulizar-se* (...) enfatizando os *procedimentos interpretativos*, na linha da sociologia compreensiva de Weber ou da sociologia cognitiva de Cicourel" (PAIS 2007, p. 152). Seguindo esta perspectiva, a sociologia da vida cotidiana adota algumas estratégias de análise a propósito destes procedimentos interpretativos espontâneos, articulando a linguagem, a significação e o conhecimento.

Portanto a interpretação da realidade social, tomada esta como um livro que está sendo escrito e reescrito constantemente, no cotidiano dessa própria realidade, necessita de uma leitura atenta, de uma decomposição do texto em parágrafos, em frases, de forma cuidadosa, minuciosa e desprendida de roteiros preestabelecidos. É um *flanar*, um vagar pelo texto do social, a fim de desvendar suas entrelinhas, de apreender os pormenores que dão todo o sentido à vida do indivíduo em sociedade, e que forjam as estruturas sociais e as regularidades constituídas a partir deste contexto. Todavia, esta é a adoção de uma forma de análise do social, e não se trata de um extremismo, de uma supervalorização

desta em detrimento das outras formas de análises, pois todas as tentativas de apreender o social têm seus obstáculos e proficuidades.

Entretanto formas de análise que tomam como primazia os elementos objetivos, formais e quantitativos acabam por engessar a realidade social. O surgimento do *zero* e do *vazio* na Idade Média no Ocidente europeu²² possibilitou o desenvolvimento de um pensamento pautado na lógica de que a natureza era vazia, e que para esta ter sentido precisava passar por formalizações e quantificações. O que resultou em uma redução do real ao formal, e como frisa Jose Machado Pais, "o mundo sensível, qualitativo, e natural passou a estar submetido à lógica soberana do quantitativo, do abstracto e do formal" (PAIS 2007, p. 140). E esse ato de esvaziar o real e dar lugar a lógica formal é uma lógica que perpassa também a cifração.

O decifrar da vida cotidiana tem como seu oposto o cifrar. Esta dualidade pode ser relacionado com uma outra dualidade, própria nas ciências humanas, e não diferente na sociologia, que é o qualitativo *versus* quantitativo. O ato de cifrar corresponde ao ato de reduzir, sintetizar, resumir, ou ainda de modificar letras de um texto por outros caracteres a fim de tornar uma mensagem secreta, ou seja cifrar uma mensagem.

A partir desta perspectiva decifrar a realidade social, o cotidiano, é resolver os enigmas que ali estão postos. Ou ainda realizar os desdobramentos daquilo que foi reduzido, revelar os elementos que foram suprimidos, sintetizado a partir de um elemento que detém a capacidade de quantificar o qualificável, como por exemplo a capacidade do dinheiro²³.

Portanto a sociologia da vida cotidiana está voltada para as análises qualitativas, para o sensível e nesse sentido ela vai em contramão a lógica de cifrar. Ela se propõe a decifrar a realidade social na tentativa de recuperar desse real aquilo que lhe foi suprimido às suas formas, que se perdeu ao quantificar o qualificável, revelando os enigmas sociais, perpassando pela lógica da descoberta que Pais (2007) tanto nos chama a atenção.

²² Sobre isso ver a discussão de Pais (2007).

²³ Ver Georg Simmel (2005).

Neste estudo tentaremos apreender a realidade objetiva e subjetiva da vida cotidiana urbana. Para Berger & Luckmann (2011), a sociedade é composta por objetividade e subjetividade, e para uma adequada compreensão devemos entendê-la como constituída de ambos os aspectos. Sendo as cidades locais que abrigam uma grande diversidade e complexidade, uma multiplicidade de mundos, entendemos a enquanto uma representação da sociedade.

Somos indivíduos que nascemos em uma estrutura social objetiva, mas ao interiorizarmos tal realidade esta passa por um processo de subjetivação, onde o ser humano se identifica com determinados significativos, passando assim a forjar uma identidade subjetiva, como salienta Berger & Luckmann (2011), que culmina na personalidade de cada um. Esta forma de apreender outros significativos perpassa também pelos usos e consumos dos espaços urbanos, temática a que se pauta este estudo, e que pode ser tido como palco para a construção da realidade social, em suas ambas dimensões.

A construção dos espaços urbanos, e conseqüentemente de uma realidade social urbana, perpassa por uma gama de projetos que intervêm no cotidiano urbano e na vida cotidiana daqueles que habitam, circulam, consomem tais espaços, e com isso produzem lugares praticados. Os projetos de intervenção, que estriam o cotidiano urbano, tentam impor regras inflexíveis de usos do espaço, porém “não significa que as práticas sejam determinadas pela forma construída (por mais que se esforcem os planejadores); porque elas têm o estranho hábito de escapar de sua circunscrição a todo esquema fixo de representação” (HARVEY, 2007, p. 190).

Desta forma, as reapropriações dos espaços alvos de intervenções urbana e cultural, deixam enclaves de *contra-usos*, como salienta Leite (2004). De acordo com Certeau (2012), “tratar assim as táticas cotidianas seria praticar uma arte ‘ordinária’, achar-se na situação comum e fazer da escritura uma nova maneira de fazer ‘sucata...’” (CERTEAU, 2012, p. 90). Assim o cotidiano dos espaços urbanos são objetos distintos para a apreensão de *táticas* de permanência dos segmentos sociais que estão à margem da dinâmica oficial, estabelecendo, através de suas práticas, usos e consumos dissonantes dos projetos de intervenção urbana e cultural; onde:

procedimentos populares (minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados?’), dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica. Essas ‘maneiras de fazer’ constituem mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural (CERTEAU, 2012, p. 40-41).

Portanto, para a apreensão de tais táticas, usos, contra-usos e as interações sociais do e no espaço urbano, acreditamos ser, em grande medida, importante um recorte teórico que nos permita vagar, *flanar*, por tais espaços de forma desprendida de modelos e hipóteses forjados *a priori*. Para tanto escolhemos a perspectiva da sociologia da vida cotidiana por acreditarmos que esta nos dá a possibilidade maior de apreendermos elementos objetivos e subjetivos importantes que resultam na cidade praticada.

Como salienta Martins (2014), na sociedade nem tudo é visível, e nem tudo que é visível permite explicar a sociedade em si. E o autor complementa que “um campo específico da Sociologia, que é a Sociologia da vida cotidiana, desenvolveu orientações e procedimentos, perspectivas teóricas e métodos técnicos para examinar, situar, compreender, interpretar e explicar essa peculiaridade da sociedade” (MARTINS, 2014, p. 9). Portanto tais possibilidades nos levam a escolher tal campo científico da Sociologia para pautar nossas análises sobre o tecido urbano e sua cotidianidade, e apesar de ser um campo com variadas perspectivas, entendemos que o viés científico e metodológico que melhor se enquadra em nossos objetivos é a perspectiva adotada por Jose Machado Pais.

III. Da Praça da Quitanda à Praça da Alfândega: a formação e transformações de um espaço urbano

III.1 A formação da cidade de Porto Alegre

A história do atual Rio Grande do Sul difere em formas e tempo das demais regiões brasileiras. Inicialmente a região geográfica em que está localizado o Estado pertencia a coroa Espanhola, sendo incorporada oficialmente a coroa Portuguesa somente em 1750 através do Tratado de Madri, em substituição ao Tratado de Tordesilhas. Souza (2010) salienta a suma importância deste ato para a expansão do povoamento do Porto dos Dornelles, onde em 1751 chegam em terras de Jerônimo de Ornellas, 60 casais açorianos para que posteriormente se dirigissem as missões a fim de povoar as terras recém pertencentes a Portugal.

A região e as margens do Guaíba, conforme Souza (2010), eram até início do século XVIII habitada por índios das etnias Charrua, Guaranis, Minuanos e Tapes. Jerônimo de Ornellas havia chegado à estas terras por volta de 1730, e em 1744 recebe a posse da Sesmaria. A atual cidade de Porto Alegre deriva da junção de três Sesmarias, sendo a de Ornellas o local onde inicia-se a cidade e se localiza atualmente o Centro Histórico de Porto Alegre.

Entre as primeiras vias públicas de Porto Alegre temos a Rua da Praia, que estendia-se da margem do Guaíba e do porto para o interior da província, como salienta Franco (1992), se tornando uma das vias mais importantes do ponto de vista econômico, político e de lazer. É nela e no seu entorno, que irá se instalar no século XX os cinemas, cafés, jornais, principais pontos de encontros para discussão política, como a Esquina Democrática (Rua da Praia com Borges de Medeiros), assim como também a Praça da Alfândega.

Pode-se dizer que a cidade de Porto Alegre cresce e se expande a partir da Praça da Alfândega e do Cais Mauá, como frisa Kruse (2011). Os antigos trapiches de madeira existentes no Guaíba, nascem com a cidade e esta por sua vez nasce com eles. A área entre a Igreja Matriz, a Praça em questão, o Cais, Mercado Público e seus entornos tiveram desde o início uma ocupação acentuada, justamente por ter uma localização privilegiada para a construção de um porto. Era ali o portal de entrada da cidade de Porto Alegre.

A região onde encontra-se atualmente a Praça da Alfândega teve quatro intervenções urbana e cultural importantes e que irá interferir significativamente na sua configuração espacial, como iremos ver mais à frente. Franco (1992) nos traz que: na primeira intervenção temos a construção da Casa Alfandegária; a segunda se refere ao aterramento do Guaíba e a construção do Porto; a terceira, e não menos importante, é a incorporação do leito da Rua Sete de Setembro à Praça, unindo-a com os prédios históricos construídos no início do século XX. A quarta e última, que tivemos a oportunidade de observar sua finalização, é a “revitalização” da Praça da Alfândega, concluída em 2013.

Entretanto, observamos, a partir dos estudos de Franco (1992), Pesavento (1999) e Flôres (2005), que anterior as três primeiras intervenções, a Praça possuía determinados usos do espaço público em questão. Tais usos perpassam desde as ações dos indivíduos por necessidades de subsistência, perpassando por influência de modos de vida externos que passam a serem incorporados a vida cotidiana destes, até uma nova dinâmica imposta pelas transformações sociais ocorridas. Estes elementos possibilitam de certa forma tais intervenções citadas acima, conduzidas por parte do poder público, seja percebido isto ou não pelos gestores públicos.

O primeiro tipo de uso que observamos é a dos *quitandeiros e comerciantes* que se estabelecem em frente ao pequeno cais que se forma. Este tipo de uso é de grande importância pois ele determina o surgimento da Praça, como também marca a área como o local em que todo o comércio irá se estabelecer, como por exemplo a Rua da Praia. Este período de usos da Praça da Quitanda, iremos denominar de *circulação de mercadorias*, que se estende entre a segunda metade do século XVIII e fim do Império.

O segundo tipo de usos que observamos, e que não exclui necessariamente o primeiro, uma vez que este influencia de certo modo o surgimento do segundo, é o de *sociabilidades públicas* e denominamos de *circulação de informação*. Influenciado pela *Belle Époque* parisiense, inicia-se no Brasil republicano e se estende até meados de 1950. O terceiro tipo é a transformação dos usos, e que provoca em certa medida o desaparecimento de alguns usos anteriores, no que tange a *popularização do espaço urbano* em questão, que designamos como período das *novas centralidades*, que vai a partir da década de 1960 até os dias atuais.

No terceiro tipo de usos, temos um desmembramento em um novo subtipo de usos que observamos ocorrer a partir dos anos 2000. É uma tentativa que parte diretamente da gestão pública em parceria muitas vezes com a iniciativa privada (as PPP), e está diretamente ligada a quarta intervenção na área. Iremos aqui abordar em certa medida estes novos usos, que estão diretamente ligados a intervenção urbana e cultural ocorrida na Praça. Nos referimos ao mesmo como um ensaio de *retorno ao passado*, período este que designamos como *consumo cultural*. Uma discussão, que não iremos aprofundar, mas que irá permear uma parte deste trabalho, tendo em vista que é uma operação realizada na área. Tais observações quanto as intervenções e aos usos deste espaço público iremos abordar no decorrer deste trabalho.

III.1.1 A emersão de um espaço urbano: a Praça da Quitanda e seu entorno

Segundo Kruse (2011), o local nas margens do Guaíba recebia embarcações trazendo e levando mercadorias e passageiros, e em 1783 a construção do cais de pedra facilita o embarque e desembarque destes. Em 1803 é construída a Casa da Alfândega e posteriormente ocorre a ampliação do cais de pedra com a construção de um píer de embarque e desembarque de mercadorias em 1804. Na obra *Almanak da Vila de Porto Alegre*, de Manoel Antônio de Magalhães, encontramos uma descrição sobre o cais; “bellissima ponte d’alfândega, obra prima, como não ha outra em toda a America, com vinte e quatro pilares de cantaria pelo rio dentro [...] defronte da mesma casa d’alfândega, onde uma boa praça convida a belleza e construção da obra” (MAGALHÃES, 1908, p. 72-73).

Nota-se que, na época da construção do Cais, em sua frente, forma-se uma praça. Um espaço que passa a ser ocupado por comerciantes e quitandeiros, como nos traz Franco (1992). Estes montam suas barracas de forma desordenada, o que leva a praça a ser denominada de Praça da Quitanda ou ainda Largo da Quitanda (a designação de praça ou largo varia de acordo com as bibliografias consultadas) como podemos observar na figura 01 abaixo que se refere a planta de Porto alegre em 1772.

A área é local de grande circulação de pessoas e mercadorias, tornando-se assim um importante posto de transações comerciais e portuárias, tendo como função principal a entrada e saída fluvial de mercadorias da região. Entre os relatos do viajante Saint-

Hilaire, em 1820 há uma descrição sobre a Rua da Praia e a Praça da Quitanda e suas formas de usos:

É na Rua da Praia, próximo ao cais, que fica o mercado; nele vendem-se laranjas, amendoim, carne-seca, pão, feixes de lenha e legumes, principalmente couve. Como no Rio de Janeiro, as vendedoras são negras; algumas vendem acoradas junto à mercadoria; outras possuem barracas, dispostas desordenadamente (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 72).

Em 1820 é construído um prédio maior para abrigar a Alfândega, o que irá ser decisivo no que tange aos objetivos de usos da Praça da Quitanda. Os quitandeiros e comerciantes foram forçados a se retirarem da Praça e restabelecidos na antiga Praça Paraíso, atual Praça XV de Novembro. Porém estes resistiram a transferência de local, por ser em frente ao Cais um espaço melhor para suas vendas. Depois da resistência foi permitido então pela administração pública, que estes se instalassem em uma lateral da Praça.

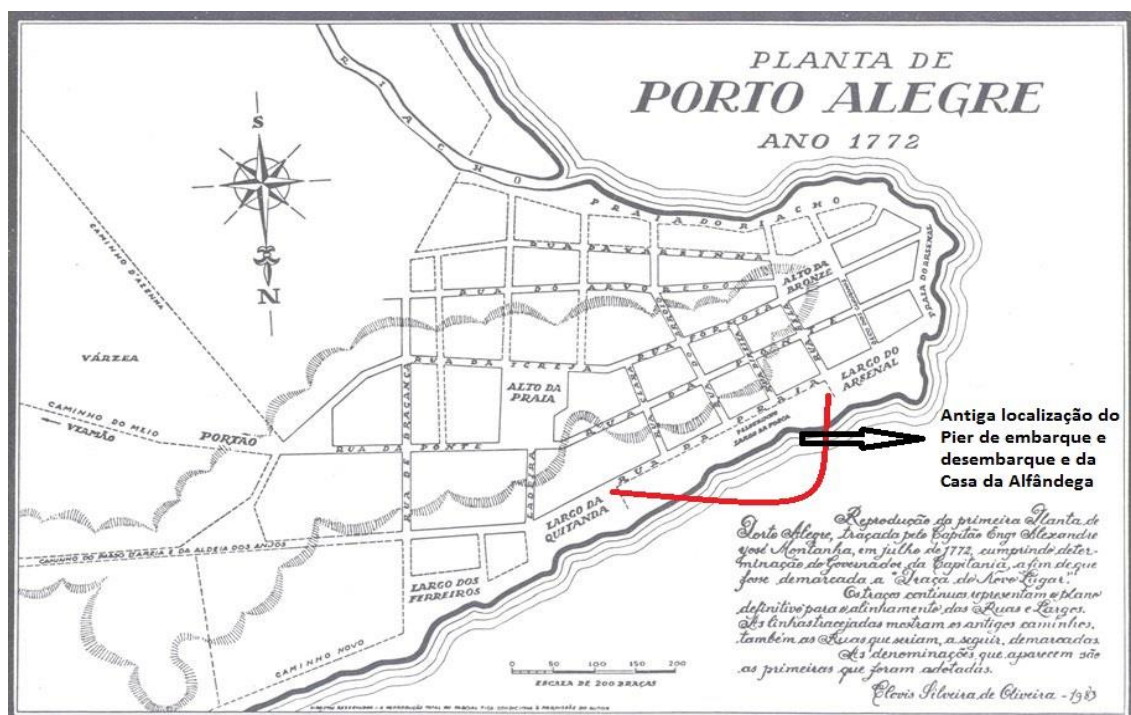


Figura 01 - Mapa da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais (o início da cidade de Porto Alegre):

Fonte <http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho>

De acordo com Franco (1992), ocorre logo após a remoção dos quitandeiros, a reclamação de posse de uma área no entorno da Praça da Alfândega por parte de Silvestre

de Souza Telles, o que demonstra os interesses de particulares sobre a área em questão. Entretanto a posse reclamada, que viria a prejudicar as dimensões da praça, foi cassada por parte da administração pública. Continuando com autor, para que os interesses sobre os usos da praça e seu entorno se efetivassem a administração pública foi incisiva no que tange a permissões de usos. “Para resguardar os interesses do comércio, que desejava desembaraçados os acessos à Alfândega e seu trapiche, denegaram-se sistematicamente as pretensões, que foram insistentes e numerosas, de ali levantar barracas ou outras construções provisórias” (FRANCO, 1992, p. 25).

O argumento para impedir que os comerciantes ocupassem a praça vinha como tentativa de “limpeza” da área visualmente e socialmente, uma vez que era vista como insalubre. As barracas eram alocadas de forma desordenada impedindo um acesso livre ao cais, havia ainda o despejo de detritos nas margens do Guaíba, situação que melhora somente a partir de 1856 com o início da construção do muro e da escadaria de pedras junto ao rio, onde hoje se localiza a rua Sete de Setembro.

Como podemos perceber, ocorre uma tentativa de impor os tipos de usos que tal espaço poderia abrigar, mas que encontra um foco de resistência. Temos neste fato a tensão entre os “projetos”²⁴ imaginados para os espaços públicos e os espaços propriamente vividos. O que queremos salientar é que não havia a elaboração e implementação de um projeto propriamente dito por parte da administração pública. Mas observamos que esta foi a primeira tentativa em impor os usos, diga-se aqueles esperados por parte da administração pública, para o local em questão.

Vamos além em cogitar que esta forma de pretensão dos usos de um espaço público por parte dos gestores não trata-se somente da primeira “intervenção” na Praça. Mas também a primeira “remoção” de usos não aceitos pela administração pública na cidade de Porto Alegre, com intuito de higienizar a área, seja fisicamente ou ainda socialmente.

²⁴Colocamos o termo entre aspas por não se tratar da implementação de um projeto elaborado na época por parte da administração pública, mas por haver já na forma embrionária da cidade formas de usos esperados por parte dos gestores. Mais tarde, em 1831, é elaborado o Código de Posturas de Porto Alegre.

III.1.2 Um novo nome: agora é A Praça da Alfândega

De acordo com Souza (2010), a área urbana de Porto Alegre passa a ter um desenvolvimento maior a partir da derrubada dos muros que cercavam a cidade em 1845, período em que se encerra a Revolução Farroupilha. E em 1856 a praça passa a ser conhecida como Praça da Alfândega. Um outro fator histórico, e que irá trazer investimentos para a região se deve a esta ser local estratégico durante a Guerra do Paraguai. Por conta de ter aproximação com a região onde se travavam as batalhas, Porto Alegre passa a ser ponto de apoio para o abastecimento das tropas imperiais.

Devido a isto os olhos do Império voltam-se a Porto Alegre com mais vigor, e esta recebe novos estaleiros, serviços telegráfico, quartéis e melhoramentos no Cais. As melhorias e as novas construções como a casa telegráfica, que se localizam em torno do Cais, passam a integrar-se e formam a Praça da Alfândega, que representa o centro da província, o que a torna um espaço público importante para a cidade de Porto Alegre.

Por conta de sua localização e as formas de usos, sendo ponto de comércio, encontros, lazer e sociabilidade, começa a ocorrer a preocupação com o embelezamento da Praça por parte da engenharia pública da época. Esta passa a receber sua primeira arborização em 1866, onde é designado espécies botânicas específicas para a área, inicialmente feito pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, e posteriormente pelos próprios moradores.

A Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, responsável pelo início dos cuidados de arborização, instalou anteriormente na praça o primeiro chafariz da cidade, chamado de *Chafariz da Imperatriz*, inaugurado por D. Pedro II em sua visita ao Rio Grande do Sul no ano de 1865. Vale salientar que a Rua da Praia, como é carinhosamente chamada pelos moradores e usuários desta, até os dias atuais, possui como nome oficial Rua dos Andradas, sendo a rua mais antiga da cidade. Aproximadamente em 1870 a área recebe seus primeiros bancos de praça e começa a tomar a forma de jardim;

O vereador presidente da Câmara era autorizado a mandar colocar assentos no passeio, acompanhando a linha do arvoredo e no correr da Rua dos Andradas. O velho largo dos despachantes e dos quitandeiros começava a tomar jeito de jardim público, não lhe faltando sequer o clássico quiosque para a venda de bilhetes de loterias e outros artigos (FRANCO, 1992, p. 26).

No ano de 1872 a Rua da Praia, a região do Mercado Público, como as demais ruas do centro recebem os primeiros bondes puxados a tração animal e em 1874 é construída a Usina do Gasômetro, que se localiza no início da Rua da Praia. Nesse período no entorno da Praça da Alfandega se encontra repartições públicas e esta área se consolida enquanto importante local de comércio e de lazer, sendo um dos locais onde a cidade acontece na sua prática.

A praça, que no seu nascimento ficou conhecida como Largo ou Praça da Quitanda, volta a mudar seu nome. De acordo com Kruse (2011), a Praça da Alfândega em 1883 será nominada de Praça Senador Florêncio, em homenagem a Florêncio Carlos de Abreu e Silva, político e colaborador do Jornal *A Reforma* (criado por Gaspar da Silveira Martins e Antônio Eleutério de Camargo em 1862), que tinha em sua fundação os ideais do Partido Liberal gaúcho.

III.2 As alterações no cenário urbano: a *Belle Époque* desembarca em Porto Alegre

Em 1912 a Casa alfandegária é demolida para o início das obras de aterro sobre o Guaíba para a construção do Cais Mauá, deixando a Praça e este distantes um do outro por alguns metros. Abaixo na figura 02, temos a simulação, a partir de uma imagem atual da Praça, de como a Praça e o antigo Píer (antes do aterramento) ficavam próximos espacialmente. Em seguida, na figura nº 03 podemos observar a imagem da Praça após o aterro do Guaíba e a construção do Cais Mauá. As linhas vermelhas indicam onde situavam-se os paredões que formavam o antigo Cais, a seta amarela refere-se a localização do trapiche e a seta azul indica a localização do antigo edifício da Guardamoria construído em 1871.

Com o início do aterramento do Guaíba, a cidade de Porto Alegre, como salienta Pesavento (1999), se insere dentro do contexto de busca por uma modernidade urbana. Era necessário um porto que fosse capaz de atender a demanda de uma cidade que se moderniza, como também de uma renovação urbanística, capaz de promover embelezamento e condições sanitárias satisfatórias, possibilitando um espaço de interações sociais e relações comerciais salubres.



Figura 02 – Praça da Alfândega sem o aterramento. Fonte:
<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/2011/03/area-apos-os-aterros-e-urbanizacao.html>

Setas amarelas - Antigas Escadarias do Cais da Alfândega

Seta 1 - Paredões do Cais

Seta 2 - Edifício Guardamoria

Seta 3 - Antigos Trapiches

Seta 4 - Edifício Antiga Casa Alfandegária

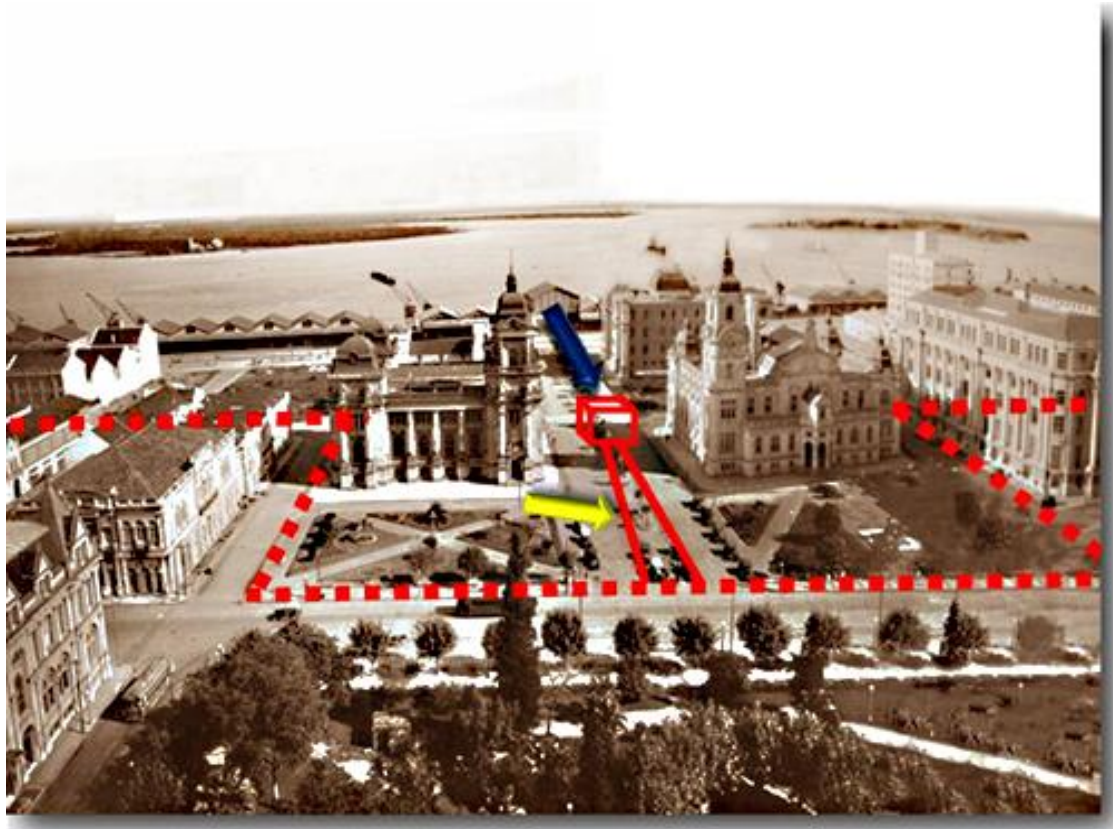


Figura 03 – Praça da Alfândega e Cais Mauá após aterramento. Fonte:
<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/2011/03/area-apos-os-aterros-e-urbanizacao.html>

Portanto, a cidade no final do século XIX, nesta área que compreende a Praça e o Cais, era “muito insalubre e desorganizada, as margens da área onde se situa o Cais Mauá concentrava a maioria do comércio, dos serviços e dos transportes de mercadorias e passageiros da cidade” (KRUSE, 2011, p. 116). De acordo com Souza (2008) em 1914 é apresentado o PMU (Plano Geral de Melhoramentos) para a capital gaúcha, que se insere dentro das características do período de Embelezamento e Saneamento, reflexos advindo do exterior do “embelezamento estratégico” de Haussmann, modelo de intervenção urbana idealizado por este para a Paris do século XIX.

A partir do aterramento do Guaíba foi possível a construção, nesta nova área, de prédios para abrigar a Delegacia Fiscal (em 1912), os Correios e Telégrafos (em 1914), e a construção de uma avenida que ligaria o Cais ao Palácio do Governo na parte alta, área da Igreja Matriz. A avenida monumental, como salienta Flôres (2005) foi inspirada no modelo haussmaniano, complementada pelas construções citadas acima proporciona ares de uma cidade moderna à Porto Alegre, e inscreve-a na fase de higienização,

embelezamento e modernização urbanística. Porém a construção da avenida só ocorre no trecho do Cais até a Praça da Alfândega.

Denominada de Avenida Sepúlveda, esta forma uma linha reta entre a Praça e o pórtico de entrada do Cais Mauá. Este último construído em ferro forjado, característica da arquitetura industrial francesa de fins do século XIX, projetado pela Casa Daydée de Paris e implementado pelo engenheiro francês Georg Roy em 1919, como podemos observar na figura 04 abaixo. Não temos certeza da data da imagem abaixo, uma vez que a fonte em que ela se encontra desconhece tal informação.

De acordo com Benjamin (2001), o projeto de Haussmann combinava o alinhamento de ruas com traçado longo, aberturas de grandes *boulevards*, promovendo o enobrecimento da área com seu objetivo principal, descrita pelo autor como “a verdadeira finalidade da obra de Haussmann era precaver a cidade contra a guerra civil” (BENJAMIN, 2001, p. 76). Este modelo de intervenção posteriormente se difundiu para outros países e continentes.

Segundo Souza (2008), os planos de intervenção urbana para Porto Alegre, no início do século XX se aproximam em partes do modelo haussmanniano implementado na reforma de Paris, iniciada na segunda metade do século XIX. Na capital gaúcha procura seguir as diretrizes de embelezamento, circulação e saneamento, e tornar também determinados espaços aptos como lugares de socialização e sociabilidades.

Como podemos observar na figura 04, imagem abaixo, há em frente aos prédios um jardim público que fica entre estes e a rua Sete de Setembro (parte da imagem onde há a escrita *vista parcial P. Alegre*). Esta área não pertencia inicialmente a Praça da Alfândega. Era ali uma outra praça, a pequena Praça Barão do Rio Branco, que acabou sendo incorporada à Praça, sendo que na época em questão ainda era chamada de Praça Senador Florêncio. Para complementar o eixo monumental, traçado pela Avenida Sepúlveda e seu entorno, e embelezar a Praça, é inaugurado em 1933 um monumento em homenagem ao General Osório. Trata-se de uma estátua equestre localizada no centro da praça e alinhada com a avenida, com espelho d'água e chafariz em sua volta, como podemos observar nas figuras 05 e 06.



Figura 04 – Praça da Alfândega, Avenida Sepúlveda e Cais Mauá
 Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1145335>



Figura 05- Monumento equestre em homenagem a General Osório
 Fonte (acervo da autora)



Figura 06 - Eixo monumental - Fonte (acervo da autora)

É notável que ali nesta área temos um dos locais mais frequentados da cidade, o que intensifica-se a partir da primeira década do século XX, não somente por abrigar os órgãos públicos e o Porto. Mas por ser um local que se modernizou a partir da influência da *Belle Époque*, absorvida pela elite porto-alegrense. O período da *Belle Époque* é considerado um “estado de espírito” onde a cultura francesa passa a ser modelo de modernidade nas artes, na estética, na arquitetura, na ciência e no pensamento filosófico, nos costumes, caracterizado pelo otimismo e prazer na vida cotidiana.

A França, entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, torna-se referência de bom gosto, de cidade moderna e inaugura uma nova cultura urbana, assente nos hábitos dos passeios públicos, do uso da rua e da moda. A cidade passa a ser tema e sujeito dessa sociedade que se transforma. É o palco das manifestações culturais, artísticas e da construção e da realização da vida moderna cotidiana, “na maior parte das cidades, os centros urbanos iam tomando uma feição afrancesada, de acordo com o desejo de sua elite, que se acostumava a copiar os hábitos, os costumes e as formas da cultura francesa” (PESAVENTO, 1999, p. 214).

O modelo haussmaniano de reformas de cidades, combinado com as novas tecnologias (inferido pelo movimento industrial e desenvolvimento da ciência moderna),

com invenções proporcionadas pelo advento da energia (como por exemplo: o telefone, bondes elétricos e o cinema), proporcionaram transformações na sociedade parisiense, que rompe com seu modelo tradicional de sociedade. O que possibilita o surgimento de uma sociedade moderna e que irá ser copiado por outros países, como o Brasil.

No Brasil os ares da *Belle Époque* desembarcam inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, capital do país na época, e logo se expande para outras capitais, como São Paulo, Curitiba, Recife, Belo Horizonte e também Porto Alegre. A reforma urbana em torno do Cais e da Praça da Alfândega são uns dos exemplos da influência francesa. Prédios construídos a partir do início do século XX na capital gaúcha ilustra a influência da arquitetura, pois é nas transformações urbanas que o progresso se cristaliza aos olhos da população. Assim como os cafés que surgem no entorno, inspirados no modelo parisiense, trazendo novos modos de vida. Inaugura-se uma nova cultura eminentemente urbana em Porto Alegre.

Encontram-se neste entorno lojas de comércio sofisticado, com suas belas vitrines, prestigiadas pela elite da época e que irá abrigar um tipo de uso específico do passeio público, o *footing* (caminhar pelas calçadas, o olhar vitrines e conversar). Temos os cafés, local de encontros de políticos, intelectuais e artistas, as confeitarias, as casas de chá (como o famoso encontro entre as mulheres para tomar chá). Sendo a Praça também espaço de lazer, pelo simples encontro na praça para passar o tempo, jogar conversa fora e paquerar, ou ainda o local de reunir-se antes de ir ao cinema.

Emerge nas principais capitais brasileiras novos modos de vida em sociedade, trazendo um ritmo mais rápido ao cotidiano e reorganiza a cidade. Assim, logo após o início da república, “o surgimento de cafés ou confeitarias à moda da belle époque, davam um novo ar às cidades, que representavam, sem dúvida nenhuma, o requinte europeu reforçado pelo aparecimento, logo após, de cinemas, de lojas mais finas e com maior variedade” (PESAVENTO, 1999, p. 214)

Mas é ali também, no entorno da Praça que concentram-se os primeiros jornais da cidade, como salienta Franco (1992), como: O Sentinela do Sul; O Anunciante; O Imparcial; A Federação; e o Correio do Povo. A convergência de diversos locais de sociabilidades e lazer nesta área proporciona uma troca intensa de informações e

manifestações políticas e culturais no decorrer do século XX, o que irá consolidar a Praça como um dos pontos mais importante da cidade de Porto.

III.2.1 As sociabilidades e as formas de usos da Praça no passado

A influência de uma política positivista na época, possibilita a criação de um cenário moderno ao Centro de Porto Alegre, que tem como um dos objetivos, segundo Flôres (2005), “civilizar” e organizar o passeio público, uma vez que este é o local que abriga os novos padrões de sociabilidade no espaço público. E é a Rua da Praia e a Praça da Alfândega (na época ainda nominada de Praça Senador Florêncio) os locais que inauguram essas novas formas de sociabilidades.

Mesmo passado o período de efervescência *Belle Époque* em Porto Alegre, a Praça e seu entorno continuam sendo o centro de sociabilidades, diurnas e noturnas da capital. É ali que encontram-se o Cinema Central, o que irá dar a Praça o *status* de Cinelândia gaúcha, como salienta Flôres (2005), o Cinema Guarany, o Grande Hotel, o Clube do Comércio, a Confeitaria Central e os cafés existentes na Rua da Praia.

No que tange as sociabilidades masculinas observamos que frequentar os cafés torna-se algo obrigatório para quem pretendia (e possuísse condições financeiras para tal) se sentir inserido na sociedade. Havia grupos de homens, políticos, intelectuais e artistas, que se reuniam todos os dias, no mesmo horário, para conversar, discutir sobre os principais acontecimentos políticos, entre outros. Era “obrigatório” o consumo destes espaços públicos, e havia os conhecidos como os literários, que “se reunia uma rapaziada de seleção, de que saíram diversos intelectuais para a literatura, política, a administração, a magistratura e o magistério” (MARONEZE, 1994, p. 81).

Este aspecto da cultura francesa foi incorporado aos modos de vida urbano das principais cidades brasileiras. E a capital gaúcha absorveu de tal forma estes modos, que não frequentar os cafés era como estar “fora” da sociedade porto-alegrense. A noite os homens se encontravam em clubes, como o Clube do Comércio, bares, ou ainda os cafés que contavam com orquestra, como também casas de prostituição do entorno. Tal circulação de cidadãos proporcionava uma vida noturna a Praça.

Já entre os locais de sociabilidades femininas temos os cinemas, principalmente com as matinês, o *footing* na Rua da Praia para conversas e admirar as vitrines e os

recentes lançamentos da moda (como podemos observar na figura 07 abaixo, que ilustra um catálogo de moda dos anos de 1930), da arte e da literatura, chegados de Paris. O *footing* era também uma forma de paquera, troca de olhares na época, tendo em vista a segregação que havia nos espaços, marcados como ambientes eminentemente masculinos e/ou femininos. Pois era no andar pelas calçadas que as mulheres admiravam e os homens e eram admiradas e paqueradas por eles.

Depois do *footing* as sociabilidades se prolongavam e eram seguidas dos encontros nas casas de chá para o famoso “chá das cinco”. Vela salientar que os cafés eram ambientes exclusivos dos homens, não sendo permitido às mulheres frequentarem tal espaço. Portanto as sociabilidades femininas se restringiam a lugares específicos; “durante o dia, o *footing* é acompanhado pelo ‘chá das cinco’ em confeitarias com música ao vivo. Após o expediente de trabalho estas casas, os cafés e as principais ruas do centro ficavam repletas de pessoas em busca de lazer e companhia” (MARONEZE, 1994, p. 114).



Figura 07 - Divulgação da moda inverno 1930

(Fonte <http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2013/07/17/para-o-footing-da-rua-da-praia/?topo=13.1.1...13>)

Os tipos de usos do espaço público e o surgimento de um novo tipo de cultura urbana elencados acima se detém a determinados segmentos sociais que possuíam as

condições para consumir estes espaços. O que não representa uma homogeneização dos usos, pelo contrário, a Praça e seu entorno sempre abrigaram uma multiplicidade de usos, demonstrando que tal espaço urbano é altamente heterogêneo.

O que citamos acima são alguns tipos específicos de uso por parte da elite local influenciada pelo espírito da *belle époque*. Mas a praça e seu entorno também foi (e é atualmente) desde sua forma embrionária, apreendida pelos segmentos sociais marginalizados da sociedade, e que nela buscam seu sustento, ou ainda seu lazer. Os espaços públicos idealizados, ou as cidades imaginadas se confrontam com os espaços vividos, com a cidade vivida.

O que nos remete ao que Peixoto (2003) salienta sobre a dimensão entre a cidade imaginada e dos projetos de intervenção urbana e, a cidade vivida. Portanto, as cidades compreendem uma dimensão que está para além dos projetos, interesses e usos esperados pelos gestores públicos e iniciativa privada. Há uma lacuna entre aquilo que foi idealizado e como realmente ocorre a apropriação, por determinados segmentos sociais, que usam estes espaços, nos demonstrando a cidade vivida em sua prática cotidiana enquanto tal.

A realidade cotidiana da Praça mesclava os usos da elite local com as classes menos favorecidas (estas mais servindo a elite do que usufruindo do espaço), e que buscavam nestes espaços uma forma de tirar seus sustento. Entre damas que passeiam com seus requintados vestidos, intelectuais, jornalistas encontravam-se os engraxates, caixeiros, vendedores de bilhetes de loteria, entre outros, como salienta Monteiro (1995).

A vida cotidiana desta área “nos seus múltiplos aspectos e nas suas feições contraditórias, por ela passa e através dela mostra, diariamente, insistentemente, para que o público se aperceba de tudo que a capital possui dentro e fora dos reinos da natureza” (MONTEIRO, 1995, p. 128). Temos então o que Leite (2004) designa como a construção socioespacial da diferença, onde os usos e contra-usos tendem em direção contrária das expectativas que as políticas urbanas têm como objetivo.

No ano de 1955 um novo tipo de uso da Praça se inaugura, influência talvez dos usos deste espaço pelos intelectuais, e que perdura até os dias atuais: a Feira do Livro de Porto Alegre passa a ocorrer neste espaço. Conforme Franco (1992), o diretor do jornal Diário de Notícias, o senhor Say Marques, idealizou o projeto, que foi posto em prática pela editora José Olympio, através de Maurício Rosemblatt. Contava inicialmente com

14 barracas de venda de livros, e se tornou um dos maiores eventos no âmbito cultural gaúcho. Abaixo na figura 08 temos a imagem da primeira Feira do Livro de Porto Alegre, na figura 09 uma imagem da atual da feira.

As sociabilidades encontradas na Praça e seu entorno, derivadas da influência da *belle époque* na elite local perduram até a década de 1970, quando começa a ocorrer transformações advindas da expansão urbana e que irá modificar o cenário que tinha-se até então. Os cafés começam a fechar, o comércio sofisticado perde espaço para os *shopping centers* que começam a surgir na cidade, como também as salas de cinema se deslocam para este novo espaço que emerge. Há um deslocamento da área residencial para novos pontos da cidade, e esta passa a abrigar com maior intensidade comércio e aparelhos públicos. A capital se expande horizontalmente e verticalmente de forma mais intensa a partir da década de 1970.



Figura 08 - Primeira Feira do Livro, em 1955. Autor: Léo Guerreiro
(Fonte <http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2011/11/14/a-praca-a-praca-e-dos-livros/?topo=13,1,1,...13>)



Figura 09 - Feira do Livro 2014

(Fonte <http://homoliteratus.com/vozes-da-feira-livro-de-porto-alegre/>)

A atual configuração espacial da Praça é reflexo de uma intervenção ocorrida em 1979, onde ocorre a incorporação à Praça da rua Sete de Setembro, transformando-a em um calçadão, e unindo-a com a Praça Barão do Rio Branco. Ocorre também, mais uma vez a mudança do nome da praça, esta que até o ano em questão era nominada de Praça Senador Florêncio, passa a ser chamada novamente de Praça da Alfândega, permanecendo assim até os dias atuais. A intervenção citada é importante na medida em que promove a aproximação da praça com os prédios tombados que ficam na Avenida Sepúlveda e com o Cais, que irá influenciar futuramente o consumo cultural da área.

Apesar de muitos autores trazerem que, a partir deste período, a Praça e seu entorno são invadidas pelas classes populares, salientamos que elas ali sempre estiveram (mesmo que em menor número), desde a formação da cidade. Porém o que ocorre a partir da década de 1970 é uma popularização de uma área que fora no passado elitizada e que inaugurou novos modos de vida a partir do influência francesa. Mais à frente iremos abordar as transformações, a luz da sociologia urbana. Por ora o que pretendemos aqui foi apreender os elementos que influenciaram alguns usos e sociabilidades específicos de uma época e de alguns segmentos sociais, a fim de demonstrar que a área estudada em questão sempre foi rica em tipos de usos e sociabilidades.

III.3 A transformações socioespaciais de um espaço urbano

Privilegia-se neste estudo as análises sobre os usos e as interações sociais nos espaços urbanos. Sendo a Praça da Alfândega, situada no Centro Histórico de Porto Alegre, nosso objeto empírico. Porém acreditamos ser necessário trazer à tona os elementos históricos e transformadores deste espaço urbano, uma vez que o mesmo foi alvo de uma política de intervenção que tinha como premissa trazer os ares da *belle époque*, na tentativa de resgatar um passado de *glamour* do local. Recentemente tal espaço público passou por um processo de intervenção urbana e cultural sendo “revitalizada” pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Praça abriga bens patrimoniados tombados pelo IPHAN e pelo Instituto do Patrimônio Histórico Estadual (IPHAEE). Temos o Prédio da Antiga Delegacia Fiscal Nacional, que abriga atualmente o Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS); o antigo prédio dos Correios e Telégrafos, onde localiza-se o Memorial do Rio Grande do Sul; e o histórico prédio do Banco Nacional do Comércio, onde encontra-se hoje o Santander Cultural.



Figura 10 - Praça da Alfândega e seus bens patrimoniados (ao fundo o Pórtico de entrada do Cais Mauá, também tombado pelo IPHAN. (Foto: acervo do autor)

Todos estes prédios históricos fazem parte do arcabouço de bens patrimoniados que por sua vez integra o sítio histórico da capital gaúcha. Este fazem parte de uma política de intervenção ampla que abarca todo o Centro Histórico de Porto Alegre, como o Projeto Monumenta²⁵ e o Projeto Viva o Centro²⁶.

Sendo assim, a proposta de “revitalização” da Praça da Alfândega procurou agregar novos usos para este espaço “revitalizado” e teve como um dos objetivos trazer os ares da década de 1920, onde tal espaço era um lugar dotado das práticas de socialização e sociabilidades. Outro objetivo da intervenção é colocar Porto Alegre no contexto de consumo cultural e concorrência intercidades²⁷, através das políticas de intervenção urbana e cultural implementadas no Centro Histórico de Porto Alegre. A “concorrência intercidades diz respeito tanto à captação de investimentos como a fixação local de fluxos globais ou parcelas suas, como à produção de imagens próprias da cidade” (FORTUNA, 2001, p. 234).

Em uma investigação preliminar de campo, realizada entre janeiro e fevereiro de 2014, e posteriormente em setembro e em dezembro do mesmo ano, observou-se que tal espaço é rico em formas distintas de interações. Temos vários grupos que utilizam-se deste espaço cotidianamente, interagindo entre si e também com os demais cidadãos, seja os que residem e/ou trabalham nas proximidades e utilizam a Praça como espaço de lazer e descanso, como também os que fazem desta o local de encontro para conversas entre amigos.

Observou-se um grupo de aposentados que encontram-se todos os dias, em um espaço já demarcado geograficamente, nos mesmos horários, para conversarem,

²⁵O Projeto Monumenta do Ministério da Cultura, possui amparo internacional através do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e da UNESCO, e tem como premissa a recuperação e preservação de bens patrimoniados pelo IPHAN, articulando desenvolvimento social e econômico.

²⁶O Projeto Viva o Centro, amparado pelo governo federal através do Ministério das Cidades, onde o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, com a premissa de promover a habitação social, apoiou a formulação do Plano Estratégico de Reabilitação Central, competência do Projeto Viva o Centro que tem gestão municipal.

²⁷ A concorrência intercidades, conforme Fortuna (2001) e Leite (2004), apresenta-se como uma estratégia que agrega os bens patrimoniais, passível de um consumo cultural, singulares a determinadas culturas, pois apresentam-se como representantes da história e memória local; com investimentos a fim de modernizar tal espaço e inseri-lo assim em um contexto globalizado, proporcionando a inserção deste na concorrência de mercado nacional e internacional.

descontraírem-se e jogarem Dama. Este mesmo grupo foi observado em um campo exploratório realizado entre julho e agosto de 2013. Em um dos dias do trabalho de campo realizado chovia e fazia muito frio, porém isto não impediu que o grupo se reunisse, como podemos observar na figura 11 abaixo.

A Praça da Alfândega passou por um processo de intervenção, como já citamos acima, e este trouxe como proposta um projeto de “revitalização” que readquiria o clima dos anos de 1920 (período da *belle époque*) e proporcione um espaço moderno que mescla aspectos da cultura local assentados na tradição, como os bens patrimoniados, com aspectos de uma urbanização globalizadora. Clanclini (2007) chama a atenção para este tipo de modernização, pois salienta que esta “é oferecida como espetáculo para aqueles que, a rigor, estão excluídos dela e se legitima configurando um novo imaginário de integração e memória com os *suvenirs* do que ainda não existe” (CANCLINI, 2007, p. 156).



.Figura 11
Praça da Alfândega, centro de Porto Alegre. (Foto: acervo da autora)

A Praça da Alfândega, o Cais Mauá, a Rua da Praia, ou seja, o seu entorno, juntamente com o Mercado Público e a Praça XV até o início do século XX, representava

a centralidade tradicional da cidade de Porto Alegre. Era ali naquela área que a cidade acontecia, comercialmente, culturalmente e também residencialmente.

III.3.1 Da elitização à popularização: a perda da centralidade

Após a década de 1940 há uma expansão nesta área e a cidade cresce horizontalmente e verticalmente, sendo que o crescimento industrial que ocorre no país reflete-se também na capital gaúcha. De acordo com Kruse (2011) na década de 1950 há um aumento demográfico considerável em Porto Alegre, assim como um intenso processo de modernização e a cidade se verticaliza.

O centro de Porto Alegre, principalmente a Praça da Alfândega e seu entorno, era apropriado pela classe média e alta. Rico em atividades culturais, mesclava residências, praças, museus, cafés, livrarias, espaços estes onde se davam as práticas de sociabilidades e interações sociais, como também atividades comerciais e administrativas. Já as classes menos favorecidas, que antes habitavam o entorno do centro da Capital, como também as que vinham da área rural ou interior do Estado migravam para a periferia da cidade. Tal mistura de atividades no centro da cidade, de certa forma reflete um problema, já que seu plano diretor criado em 1959 (o primeiro do país), segue as diretrizes do período modernista, que de acordo com Kruse (2011) pensava a cidade através de zonas de atividades distintas, porém ocorria certa flexibilidade quanto a sua aplicabilidade.

Em meados de 1970 começa a ocorrer uma descentralização nesta área e novas *centralidades* passam a surgir na cidade, reflexo do período de modernização que se iniciou décadas atrás. De acordo com Kruse (2011), a população que reside no centro passa a deslocar-se para novas áreas residenciais, pois passam a enfrentar as dificuldades de se viver em uma área com grande movimentação de veículos e pedestres.

Ocorre ainda o deslocamento empresarial e comercial para determinados polos acompanhando as novas tendências, como a construção de centros empresariais, galerias, centros comerciais e *shoppings centers*. Vale salientar que compreende-se por *centralidade*, corroborando com Frúgoli Júnior (2000), um espaço importante, com a capacidade de concentrar distintos grupos sociais e de impulsionar uma variedade de novos serviços e comércio.

Porém o que chama atenção é que a Praça da Alfândega e seu entorno não perdem totalmente o caráter de um *lugar* dotado de sentido, não deixam de ser espaços de sociabilidades, há talvez um revezamento no público que utiliza-se hegemonicamente deste espaço, mas esta não deixa de ser um espaço que converge interações sociais e sociabilidades. Talvez por conta do fato de o Centro Histórico de Porto Alegre ser dividido em três áreas bem delimitadas, como a área comercial; de aparelhos culturais e institucionais (no qual se encontra a Praça da Alfândega;) e ainda uma área residencial (composta na sua grande maioria por universitários e pessoas de faixa etária correspondente a terceira idade).



Figura 12 - Praça da Alfândega. (Foto: acervo da autora)



Figura 13 - Praça da Alfândega e calçadão da Rua da Praia. (Foto: acervo da autora)

Desta forma, a Praça é um local de grande circulação de transeuntes que trabalham no entorno ou que necessitam constantemente se dirigir a instituições que se encontram neste local. É ponto moradia para moradores de rua, local de trabalho para artistas locais, artesãos, engraxates, vendedores autônomos, evangelizadores, mulheres do sexo e vendedores de entorpecentes.

É também um lugar de uso cotidiano de moradores do entorno, pois devido aos prédios residenciais da região não possuírem, em sua grande maioria, áreas de lazer internas (por terem sido construídos décadas atrás e não contemplarem em seus projetos tais espaços). A Praça torna-se um *lugar* dotado de sentidos por aqueles que usufruem dela, sentidos estes diversos, uma significação própria a cada usuário desta, local de sociabilidades, trabalho, descanso e também moradia. Podemos observar este tipo de uso nas imagens (fig. 12 e fig. 13 acima) capturadas no trabalho de campo realizado entre janeiro/fevereiro de 2014 e na imagem abaixo (fig. 14 e fig. 15) capturada em dezembro/2014.

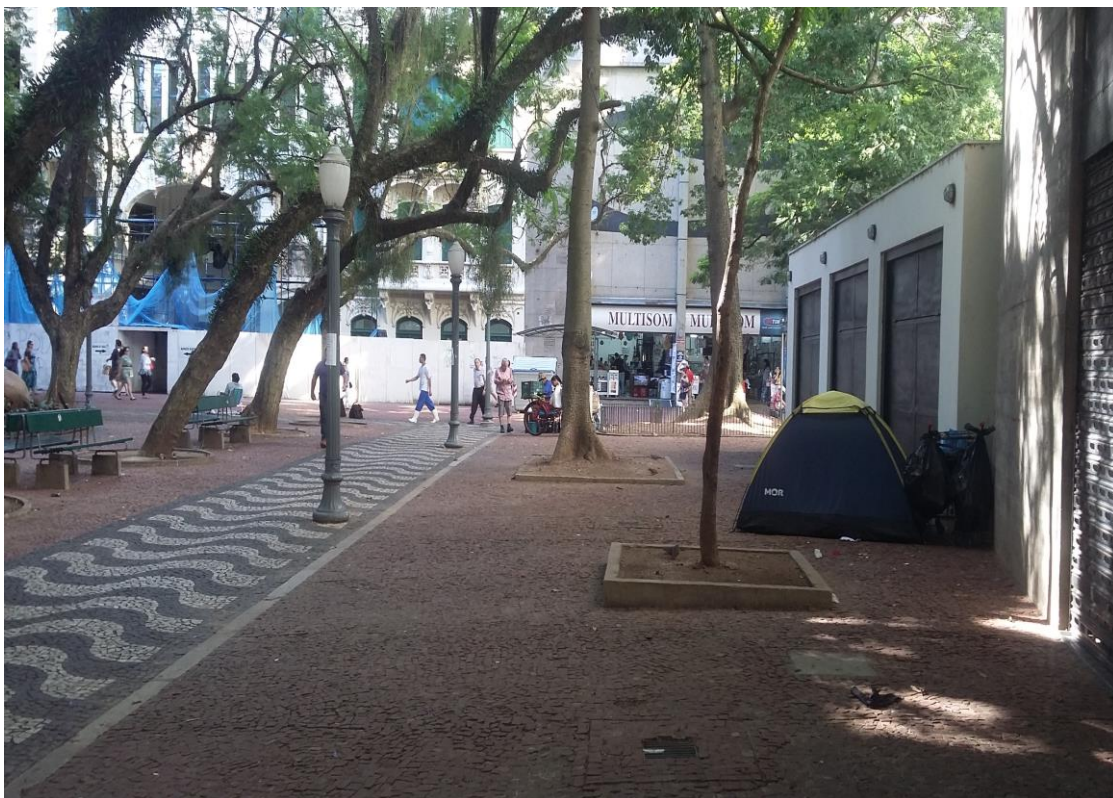


Figura 14 – Morador da praça em sua barraca – Fonte (Acervo da autora)



Figura 15 – Espaço ocupado por moradores da Praça – Fonte (Acervo da autora)

Na década de 1970, como salienta Pesavento (1999) a cidade de Porto Alegre atinge seu primeiro milhão de habitantes e ocorre uma descentralização no centro da cidade através deslocamento empresarial, comercial e residencial para outros polos e novas centralidades passam a surgir. Segundo Frúgoli Júnior (2001) o desenvolvimento das cidades e metrópoles implica no surgimento de novas áreas urbanas que por sua vez passam a competir com a área central.

Entra em cena um jogo de força e poder e os grupos sociais, cada qual com objetivos próprios, sejam estes moldados pelo interesse econômico e/ou cultural, definem como e de que forma será formadas estas novas centralidades. O que irá resultar em uma degradação física das antigas áreas centrais. Esta degradação, de acordo com Leite (2004), entende-se como a carência de investimentos públicos e privados, que antes convergiam para esta área, e que agora passam a concorrer com, conforme Frúgoli Júnior (2000) denomina, os “novos subcentros”, desencadeando assim uma subutilização de grande parte do sistema de infraestrutura ligado aos centros tradicionais.

Muitos dos espaços urbanos do Centro Histórico, públicos e/ou privados, utilizados para interações sociais e sociabilidades deixam de existir a partir deste momento, pois o centro perde sua centralidade. No entanto alguns sobrevivem as carências geradas a partir da perda de investimentos em infraestrutura, sendo um deles a Praça da Alfandega.

A Praça está localizada geograficamente entre a parte alta da cidade - onde localiza-se o Palácio do governo estadual, a Catedral, o Teatro São Pedro e a área residencial dos altos da Duque de Caxias e entorno - e a área baixa que abriga instituições municipais e estaduais (como a Prefeitura Municipal), o Mercado Público, a Praça XV e vários aparelhos culturais (Museus e Casa de Cultura Mario Quintana por exemplo). Talvez devido a sua gênese, como um espaço ao qual nasce a cidade, e sua localização, esta continua sendo um espaço de interações e sociabilidades, mesmo quando o Centro Histórico perde sua centralidade.

Muitas vezes, através das intervenções urbanas há uma união de interesses que para serem alcançados promovem uma intervenção nos espaços públicos, tendo-o como uma mercadoria cultural. Estes interesses “partem de uma concepção de mercado que implica uma gestão mista entre o Estado e iniciativa privada (...) cuja lógica altera o

sentido público do lugar ao tornar o cidadão como *consumidor*” (LEITE, 2004, p. 21). A escolha de determinados áreas para serem “revitalizadas”, e/ou bens que serão patrimoniados representam uma operação política. Sendo que qualquer operação sobre o patrimônio, segundo Canclini (1997) é uma metalinguagem, pois estas operações “não fazem com que as coisas falem delas, mas fala delas e sobre elas” (CANCLINI, 1997, p. 202).

Esta dimensão do cidadão agora enquanto um consumidor implica em uma problemática quanto ao uso da Praça pela população local, que vale ser analisado. A Praça da Alfândega é local que abriga diversos segmentos sociais, temos os artesãos, por exemplo, que ficavam inicialmente na Rua da Praia. Depois foram alocados na parte central da praça, na Rua Sete de Setembro. E com a implementação do projeto de “revitalização” na praça foram removidos para a Rua Cassiano Nascimento, que fica em uma lateral da praça, pouco movimentada frente os locais anteriores.

Na praça encontra-se também um grupo de engraxates que tiram seu sustento deste local, tendo em vista que este é local de grande circulação de pessoas diariamente. Nos bancos de um canto da praça temos os aposentados que frequentam o espaço para jogar Dama e colocar a conversa em dia, o que resulta em um espaço também de socialização e rico em sociabilidades. Outro uso da praça, que encontra-se na 60ª edição é a Feira do Livro de Porto Alegre, o que também promove interações sociais.



Figura 16 – O cotidiano da Praça – Fonte (Acervo da autora)

Percebe-se que a Praça da Alfândega, que encontra-se integrada com o Centro Histórico, não resumia-se simplesmente a um espaço urbano, mas sim um *espaço público*, que segundo Leite (2004) constitui-se pelas “práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço” (LEITE, 2004, p. 287). Este é transformado em um *lugar* dotado de sentido, pois a população que dela utiliza-se espreme um sentimento de pertença aquele *lugar* e a cultura urbana. Desta forma entende-se por *lugar* “uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente” (LEITE, 2004, p. 284).

Sendo assim, pretendeu-se investigar o cotidiano, as interações sociais e sociabilidades alocados na Praça da Alfândega, sendo esta um *espaço público* e um *lugar* com seus usos e práticas sociais. Preocupou-nos inicialmente e pretendeu-se também verificar se tais interações sociais não foram afetadas a partir da política de intervenção realizada na Praça da Alfândega, uma vez que se observa que tal projeto privilegiou os usos para o turismo preocupando-se com uma elitização da mesma, deixando de lado um dos aspectos centrais dos usos deste espaço no que se refere as sociabilidades, uma característica marcante na história da Praça da Alfândega.

Portanto este estudo procurou ponderar (através de elementos históricos) as interações sociais e sociabilidades que abrangeram a Praça em seu cotidiano também no passado. Tal análise objetivava-se em ilustrar a importância deste espaço público de outrora e compará-la com as dinâmicas atuais encontradas na praça, a fim de verificar as regularidades existentes nos processos de interações. Possibilita também verificar os tipos de usos do passado com os do presente e as práticas sociais destes, e como estes determinam as interações ali encontradas, na tentativa de apreender *o que se passa quando nada parece se passar*.

IV. A Praça da Alfândega hoje: o cotidiano e os processos de interações sociais

IV.1 A descrição do campo: imagens e olhares de um *lugar*

Chegar a Praça da Alfândega ao amanhecer do dia nos dá a aparência de um lugar totalmente diferente daquele que encontramos quando chegamos ao meio dia, ou no meio da manhã. Junto com os primeiros raios de sol encontramos uma praça quase vazia, somente ali alguns moradores do local ajeitam-se e cobrem o rosto da claridade que incomoda seus olhos. Deitados nos bancos, em volta dos monumentos, em colchões em torno da *Mulher do Jarro*, como é chamada pelos usuários da praça a estátua (fig.15 acima) A *Samaritana*.

A monumentalidade de outrora, repleta de sentidos para a elite local de décadas atrás, representação das ideologias dominantes destes, como salienta Pesavento (1999), é hoje abrigo de morada para aqueles que ali tomaram o espaço como o *seu lugar no mundo*, (fig. 15; fig. 17, fig. 18 e fig. 19 abaixo). O que subverte os sentidos dados no passado e os usos esperados no presente para tal espaço público, por parte das políticas de intervenção urbana e cultural, formuladas e implementadas pelos gestores públicos e iniciativa privada. Como também por alguns usuários da Praça que acreditam que aquele espaço não deveria ser destes que ali moram.

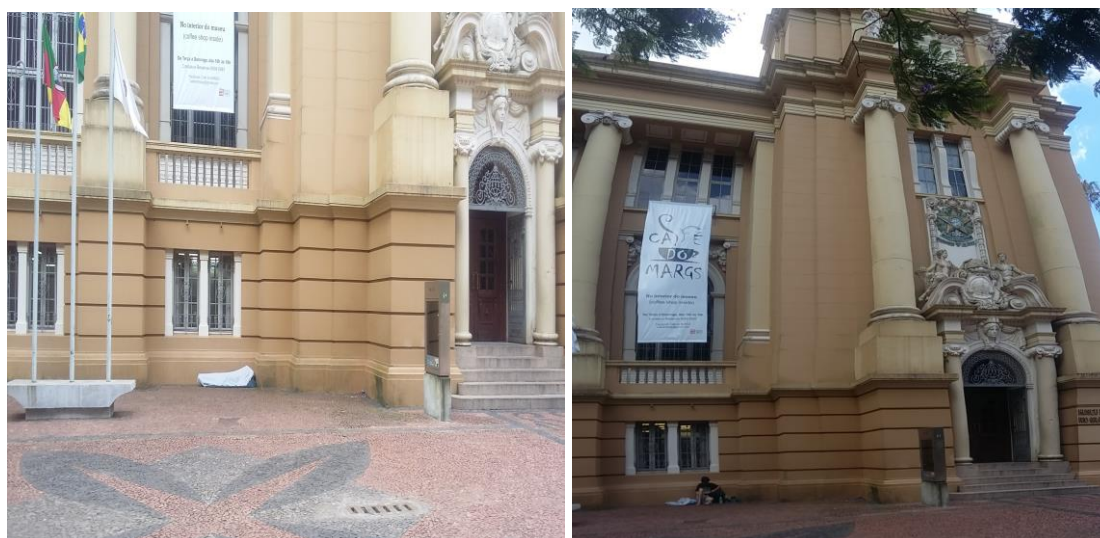


Figura 17 e 18 - Morador da Praça – Fonte (acervo da autora)



Figura 19 - Morador da Praça – Fonte (acervo da autora)

Assim que o relógio avança, em torno das 8:30 horas da manhã a circulação de cidadãos se intensifica, os trabalhadores da praça vão chegando aos poucos, a Rua da Praia começa a ficar movimentada, seus comércios abrem as portas, e a Praça da Alfândega entra na efervescência de seu cotidiano. Mais próximo das 10:00 horas da manhã ela é tomada por todos os seus usuários e trabalhadores, torna-se uma mistura de sons e cores, o ritmo é acelerado.

Quando chega o meio dia os bancos da praça ficam lotados, trabalhadores do entorno têm ali um lugar para descontraírem com colegas, para relaxar e descansar até o horário do retorno ao trabalho. São trabalhadores de todos os ofícios e idades, alguns grupos observamos uma intensa interação, em outros a interação é dividida entre os membros do grupo e o meio virtual, e em outros, apesar da proximidade espacial há um distanciamento espiritual, o que nos remete a Simmel (2006).



Figura 20 – Início do dia na Praça da Alfândega – Fonte (acervo da autora)



Figura 21 – Praça da Alfândega ao meio dia – Fonte (acervo da autora)

A intensificação no local permanece por toda a tarde, alguns artistas que apresentam-se no local vão embora e novos chegam. Pela manhã ocorre apresentações individuais, voz e violão em vários estilos como, músicas tradicionais gaúchas, músicas castelhanas e instrumental gospel com harpa, guitarra havaiana. Próximo ao meio dia

temos os mágicos e palhaços. A tarde apresentações individuais de MPB e Pop Rock e à tardinha, em dias não consecutivos, uma banda de Rock se apresenta.

Na medida em que a hora avança, aproximando-se das 18:00 horas a Praça vai perdendo seu ritmo, sua intensidade, algo comum a espaços em centros urbanos, pois a vida no local se restringe ao horário comercial, devido à perda da *centralidade* dos centros tradicionais urbanos. O aparecimento de novas *centralidades* transformam os antigos centros, hoje classificados como Centros Históricos, de espaços elitizados no passado à popularização destes no presente.

Aquele local dotado de uma efervescência, durante o dia, vai perdendo gradativamente os ritmos e cores. Encontram-se na praça somente alguns transeuntes, um grupo de adolescentes, alguns poucos usuários sentados em seus bancos e os moradores da praça (fig. 22 e fig. 23). Na medida em que a noite se aproxima, ela se esvazia de tal forma que ali ficam somente o grupo de adolescentes, outros chegam e se juntam a eles. Sendo que a grande maioria desses adolescentes moram na praça.



Figura 22 – A Praça ao entardecer – Fonte (acervo da autora)



Figura 23 – Grupo de adolescentes usuários durante a noite – Fonte (acervo da autora)

Em um primeiro olhar, a representação que temos da Praça da Alfândega é de um espaço de convívio harmônico entre aqueles que ali trabalham, frequentam cotidianamente como local de lazer, moram e os que transitam pela área. Primeiramente temos a ocupação das bordas da praça por aqueles que trabalham no local, como por exemplo: na lateral, ao lado do prédio da Caixa Econômica Federal (CEF) da Rua da Praia, temos alguns engraxates.



Figura 24 – Engraxates da lateral da CEF – Fonte (acervo da autora)



Figura 25 – Hobbies e vendedores – Fonte (acervo da autora)

Na linha de fundo da praça, em frente à Rua da Praia, encontram-se todo tipo de comércio de artesanato (os hippies e os indígenas) aos produtos industrializados (vendedores autônomos) e os artistas. Em outra lateral, próximo a antiga Confeitaria Medeiros, temos as barracas dos artesãos vinculados a associação de artesãos de Porto Alegre, que foram removidos da Rua da Praia. Nesta mesma lateral, que vai até a esquina em frente o Santander Cultural encontram-se os demais engraxates.



Figura 26 – Barracas alocadas na lateral em frente a antiga Confeitaria Central – Fonte (acervo da autora)



Figura 27 – Barracas e engraxates situados na lateral em frente a antiga Confeitaria Central – Fonte (acervo da autora)

Em um segundo momento observa-se que entre os que trabalham na Praça encontram-se outros tipos de usuários, alguns assíduos do lugar, como os jogadores de dama (frente para Rua da Praia), de dominó e os de baralho (na lateral da Caixa Econômica Federal da rua da Praia). Percebe-se que o miolo da Praça é frequentado não só por trabalhadores na sua hora de folga ou os moradores que ali dormem, mas também por indivíduos que aproveitam a sombra e os bancos para ler, descansar, conversar, ou aguardar o horário de algum compromisso, como também por pais que trazem os filhos para se divertir nos balanços. Temos ainda o vai e vem de transeuntes que cortam a praça, de forma mais intensa no eixo da antiga rua Sete de Setembro, como também o fluxo intenso na Rua da Praia, uma das bordas mais importantes da mesma, como podemos observar nas figuras 28 e 29, abaixo.

A partir de observações sistemáticas é possível adentrar no cotidiano da praça de forma mais profunda e apreender um pouco mais das dinâmicas locais, o que foge aos olhos, talvez, daqueles que por ali transitam às pressas, de vez e outra. Ou dos que visitam o local (como os turistas), para prestigiar os aparelhos culturais que ali se encontram como também a própria Praça, uma vez que após a sua “revitalização” há a promoção da mesma enquanto bem cultural.



Figura 28 – Antiga rua Sete de Setembro – Fonte (acervo da autora)

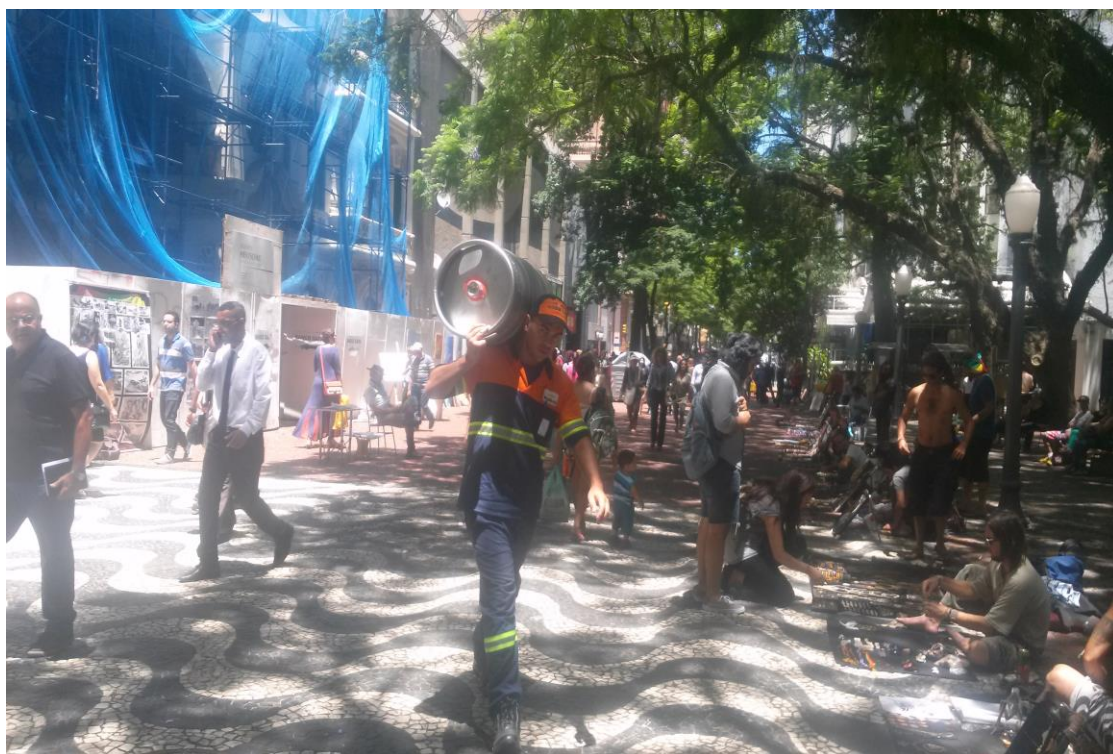


Figura 29 – Eixo Rua da Praia – Fonte (acervo da autora)

Na medida em que as observações se tornaram frequentes, é possível apreender que as relações sociais postas ali naquele espaço não são tão harmoniosas, perpassando

por uma teia complexa de relações sociais como: antagônicas; de permissividade, de concessões e arranjos locais; de submissão; e sociabilidades, que iremos analisar mais à frente. Antes de adentrarmos nas relações sociais postas na praça, acreditamos ser necessário analisar os grupos sociais que ali convivem.

IV.2 Os Grupos Sociais da Praça da Alfândega

Como já indicamos na apresentação do campo acima, há na Praça da Alfândega uma gama de usuários que compõe diversos grupos sociais, onde a maioria destes usufruem cotidianamente da praça, ocupando áreas específicas da mesma e proporcionando a construção deste mosaico que é a Praça da Alfândega. Para contribuir na apreensão deste espaço público, deste *lugar* dotado de sentido para muitos, ou ainda deste não-lugar para outros tantos, iremos esboçar esta espacialidade através de uma imagem (figura 30) da planta baixa da Praça, que encontra-se abaixo, trazendo três elementos para a análise: 1) a localização dos grupos sociais, através de uma legenda numérica; 2) a localização dos aparelhos culturais (os bens patrimoniados) e órgãos citados no trabalho através de legenda alfabética; 3) a localização das áreas de maior, médio e menor fluxos, através de legenda de linhas em cores²⁸.

Encontramos na Praça da Alfândega 11 (onze) grupos sociais que a utilizam cotidianamente, e que possuem uma demarcação espacial de seus usos da praça. Entretanto temos ainda um 12º (décimo segundo) grande grupo, no qual agrupamos usos e relações variadas da e na praça, altamente heterogêneo, que por conta de sua diversidade, complexidade, particularidade e pluralidade, perpassam por relações efêmeras e perenes com a praça, não ocupam uma área específica da mesma, eles circulam por toda ela, estão ali com frequência, mas também de forma esporádica.

²⁸ O 12º (décimo segundo) grupo, por sua especificidade não aparecerá em uma área específica na imagem da planta baixa da praça, ele se encontra nas áreas marcadas pelas linhas coloridas que determinam toda a área de circulação da praça. Por se tratar de um grupo onde adentra os clientes de todos os tipos de serviços e produtos vendidos na praça, inclusive a própria Praça enquanto mercadoria cultural, como todos os demais usos deste espaço.

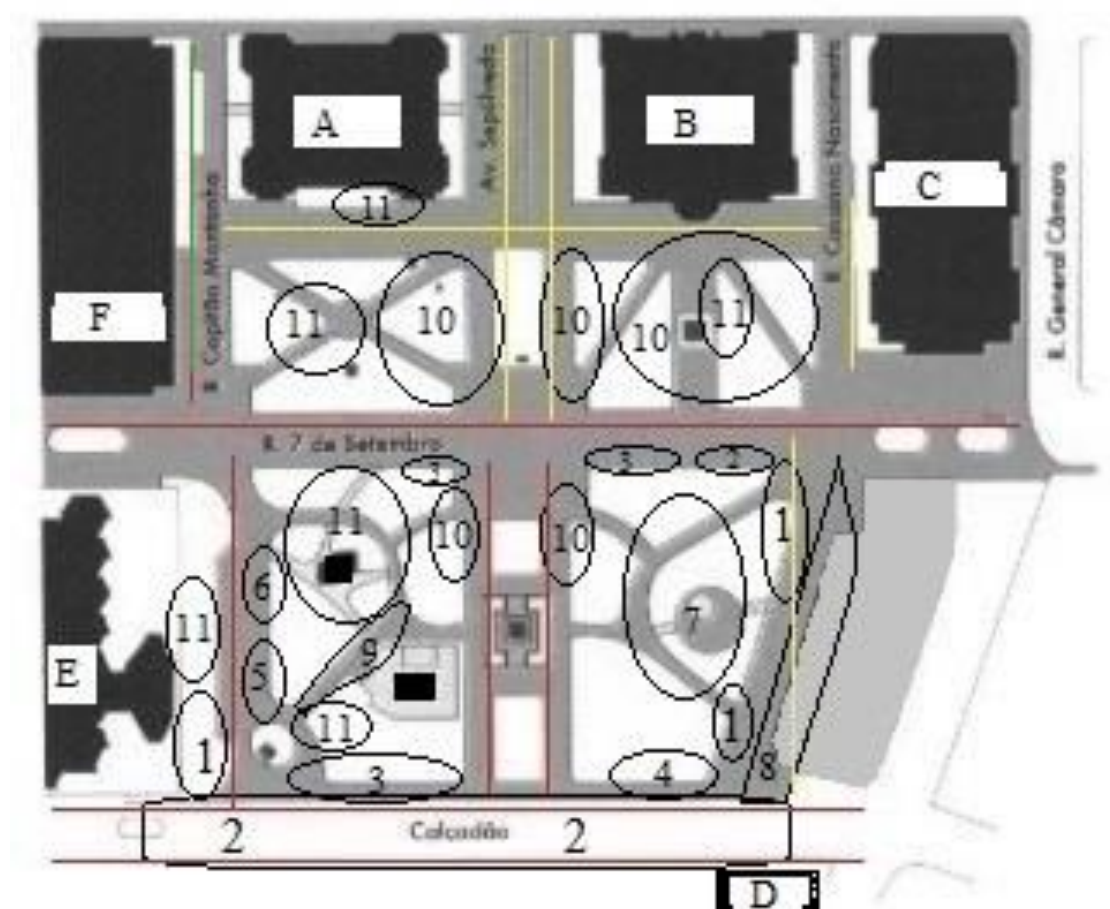


Figura 30 – Planta baixa da Praça da Alfândega. Fonte: (André de Souza Silva). Obs.: as demarcações espaciais na imagem foram feitas pela autora

Legenda da figura 28

| Linhas de circulação | Aparelhos culturais e prédios do entorno | Demarcação espacial dos usos |
|--|--|--|
| Vermelha (—) - área de grande circulação Amarela (—) - área de pouca circulação Verde (—) - área de média circulação | A - MARGS B - Memorial do Rio Grande do Sul C - Santander Cultural D - Antiga Confeitaria Central E - Caixa Econômica Federal (Rua da Praia) F - Banrisul | 1 - Engraxates 2 - Vendedores 3 - Artistas 4 - Jogadores de Dama 5 - Jogadores de Dominó 6 - Jogadores de Baralho 7 - Moradores da praça menores de idade 8 - Artesãos 9 - Lugar de sociabilidades homoafetiva 10 - Programas sexuais - mulheres do sexo 11 - Moradores da praça |

Muitos destes usuários, para corroborar com Simmel (1996), estão próximos espacialmente dos demais, mas distantes espiritualmente. Alguns estabelecem laços perenes com a praça e usuários (os trabalhadores, jogadores, etc.). Outros estabelecem laços efêmeros, como por exemplo: os turistas, ou os clientes dos engraxates, que vão a praça sempre que precisam dos seus serviços. A praça passa a ser somente o local onde

encontra-se um tipo de serviço que tal indivíduo necessita em determinado momento, nada a mais que isso.

Alguns estabeleceram amizade, se visitam, se encontram fora daquele espaço, mas a relação com a praça tem um fim em si mesma. Esta passa a ser um espaço para utilização de algum serviço, circulação, consumo ou comunicação. Para muitos a praça é um *lugar* dotado de significados e representações, para outros um *não-lugar*²⁹, o que corrobora com o pensamento de Augé (1994), o que iremos aprofundar no andar das discussões.

Iremos agrupar todos estes grupos em quatro categorias sociais³⁰: 1) os *trabalhadores* da praça; 2) os *moradores*; 3) os *jogadores* que se encontram todos os dias e têm a praça como seu local de lazer; 4) os *frequentadores* (usual e esporádico). Vale salientar que inicialmente iremos apresentar as categorias sociais e os grupos que delas fazem parte. Portanto, abaixo iremos detalhar tais categorias e no próximo tópico iremos aprofundar os tipos de relações entre estes diversos grupos sociais que compõe tais categorias.

As relações estabelecidas entre os usuários da praça e os tipos de interações sociais que estes mantêm entre si, que é o objeto deste estudo, iremos aprofundar no próximo tópico. Para tanto entendemos ser necessário detalhar as categorias sociais e seus grupos, existentes na praça, para depois adentrar nos tipos de interações sociais encontradas na mesma. Acreditamos ser necessário um tópico específico para melhor explicar as relações postas neste espaço urbano, a fim de aprofundar tal análise, que é o um dos principais objetivos deste estudo.

²⁹ Utilizamos o conceito de *não-lugar* de Marc Augé, sendo que a relação entre *lugar* e *não-lugar* é discutida ao longo do trabalho.

³⁰ O agrupamento dos vários grupos sociais existentes na Praça da Alfândega em categorias sociais se dá pela necessidade de um modelo explicativo capaz de apreender as práticas cotidianas que remetem a certas regularidades em determinados grupos. Por exemplo, a dinâmica dos trabalhadores perpassa por alguns elementos comuns a vários grupos desta categoria social, como a necessidade de prover suas condições materiais. Em outra encontramos semelhanças nos objetivos principais de estar em interação, como os jogadores (damas e dominós) ou ainda uma divergência sobre o efeito que os jogadores de baralho provocam nos mesmos e que interfere na visão geral sobre os jogadores da praça, detalhes estes que iremos aprofundar no desenvolvimento do trabalho. O 12º (décimo segundo) grupo será alocado na categoria social *frequentadores* da praça.

IV.2.1 A categoria *trabalhadores da praça*

Entre os *trabalhadores* da praça temos vários grupos como: os engraxates; os vendedores de produtos diversos, desde artesanais aos industrializados; os artistas, onde temos os mágicos, palhaços e músicos (estes últimos nos estilos: tradicionalistas, instrumental, gospel, rock, pop rock e MPB); os evangelizadores; e as mulheres do sexo. Cada um desses grupos de trabalhadores ocupam um ponto específico da praça, relacionando-se entre si e com alguns grupos específicos.

Na categoria de vendedores agrupamos aqueles que vendem produtos produzidos por eles mesmos, como os artesãos, os hippies e os indígenas e os vendedores de produtos industrializados (que possuem barracas junto com os artesãos e alguns indígenas) em pontos fixos e os ambulantes. Neste último grupo entram também alguns membros da ARTEFAN³¹ (Associação dos Artesãos Feira de Artesanato Praça da Alfândega), que não vendem só produtos artesanais, mas também industrializados.

Os engraxates e a maioria dos vendedores encontram-se na praça de segunda a sexta, das 8:00 horas da manhã aproximadamente, até por volta das 18:30. Já no sábado iniciam sua jornada no mesmo horário, terminando por volta das 14:00 horas. Entre os artistas que se apresentam na praça temos os que ali se encontram em uma frequência de dias seguidos da mesma semana, ausentando-se por semanas e retornando posteriormente. E temos também aqueles que rodam o país se apresentando, estando de passagem pelo estado do Rio Grande do Sul em um período específico, e que retornam

³¹ A Associação dos Artesãos Feira de Artesanato Praça da Alfândega, conhecida como ARTEFAN, tem sua fundação em 16 de junho de 1989. Foi criada com a intenção de organizar os vendedores de artesanatos e demais produtos, da Praça da Alfândega, que ali tem como seu local de venda meados dos anos 1980. É a entidade responsável por dialogar com o poder público, de reivindicar melhor condições de trabalho e exposição dos artesãos vinculados a associação. Durante a “revitalização” da Praça da Alfândega pelo IPHAN, a presidente da associação e o órgão citado, entraram em acordo sobre a transferência das barracas dos artesãos da Rua da Praia para a lateral da mesma, na Rua Cassiano Nascimento, como também a padronização das mesmas, sendo que todos os artesãos iriam receber novas estruturas, de acordo com o padrão estipulado pelo IPHAN. A última reunião e o acordo sobre a questão ocorreu em 2011. Infelizmente, até o fim dos trabalhos de campo desta pesquisa, final de dezembro de 2014, estas barracas ainda não haviam sido instaladas, e como salientam os artesãos, ficou na promessa, permanecendo estes com as mesmas barracas antigas. Conforme o acordo as barracas, as quais necessitam de montagem e desmontagem todos os dias, iriam ser substituídas por estruturas fixas, modelo com tamanho menor do que as atuais barracas, afim de abrigar todos os artesãos no novo espaço, uma vez que este é menor do que o local usado na Rua da Praia.

de tempos em tempos. Já os evangelizadores estão ali quase todos os dias, e não possuem uma área fixa, eles rodam a praça.

Dentre os que oferecem “programas sexuais”, as mulheres que utilizam a praça como local de trabalho, ocupam um local fixo e específico da mesma. Pela peculiaridade de seu trabalho, estas se encontram em um local menos movimentado da praça, mais próximo dos museus. Em um primeiro momento é difícil identificar que estas mulheres estão ali a trabalho, passam despercebidas entre os demais usuários do local, mas com a imersão no cotidiano da Praça da Alfândega podemos apreender, como salienta Pais (2007) *o que se passa quando nada se parece passar*.

Entretanto os artistas, em seus variados estilos, as “mulheres de programa” e os hippies, observamos que há uma alternância nos horários e dias, apesar de se tratar de usos frequentes, estes não mantêm a mesma rotina que os vendedores por exemplo. Observamos que os hippies tem uma rotina diferenciada dos demais vendedores, estes chegam mais tarde e saem mais cedo, sendo que alguns não comparecem a praça todos os dias, algo que reflete as especificidades culturais de tal grupo.

IV.2.2 A categoria *moradores* da praça

Na categoria *moradores* da praça temos adultos e menores em situação de rua. Estes ocupam os bancos da praça, o entorno da fonte a Samaritana, alguns moram em barracas alocadas em uma das laterais da praça, e em volta dos prédios tombados que abrigam o MARGS e o Memorial do Rio Grande do Sul. Em torno da fonte a Samaritana ficam os menores, os únicos com colchão, ficando ao lado das barracas dos artesãos, o que irá resultar em uma relação bem específica que iremos detalhar mais à frente. Os que ficam pelos bancos escolhem locais de pouca movimentação durante o dia.

Observamos que os *moradores* da praça possuem uma dinâmica específica e que lhes dá segurança ao dormir. Durante a noite, até aproximadamente as 22:00 horas estes ficam na praça, mas passando deste horário, até amanhecer o dia estes vagam pela cidade. Em nossos diálogos estes salientam que é por medida de segurança, que não podem dormir na praça durante a noite porque suas vidas correm risco.

Um dos *moradores*³², que chamaremos de entrevistado A³³, nos dá a seguinte justificativa: *“as pessoas matam a gente dormindo, aí ficamos caminhando pela cidade durante a noite, e quando o dia clareia a gente volta pra cá pra dormir, porque aí a praça tá movimentada, é mais difícil matar a gente”*. Esta justificativa se repetiu com todos os moradores que conversamos, e o entrevistado B³⁴ continua, *“quando a gente sai pra anda por aí a noite a gente sai junto, não é bom sair andando só”*, sendo que alguns aproveitam a parte da tarde para trabalhar, como relata o entrevistado C³⁵, *“aí de tarde eu faço uns bicos, uns serviços por aí, o que aparece, aí tem dias que aparece algo, outro não, daí quando tem dá pra tirar pra comer”*.

Entre os *moradores* da Praça da Alfândega, podemos dividi-los em dois grupos: os *permanentes* e os *transitórios*. Temos então, no grupo dos *permanentes*, aqueles que encontram-se na situação de rua a alguns anos, e que já são conhecidos dos demais usuários e trabalhadores da praça e do entorno. O cotidiano desses se mistura ao dia a dia

³² Para preservar a identificação dos moradores da praça não iremos utilizar os nomes dos mesmos nas falas citadas. Iremos nos referir a entrevistado A, B, C, D, e assim por diante. Esta medida será tomada a todos os entrevistados de qualquer grupo social. Mesmo que o entrevistado não importar-se em ter seu nome divulgado, iremos prosseguir com esta medida. Temos plena ciência que em algum momento, alguns dos entrevistados, poderá ser identificado, através de suas falas e trajetória, por quem conhece o cotidiano da Praça da Alfândega. Estes que possuem maior visibilidade, por já concederem entrevistas a rádio, televisão e jornais não importam-se em ter seus nomes divulgados, mas procederemos da mesma forma com todos os entrevistados. Salientamos ainda que iremos fazer uma breve descrição de cada entrevistado, contendo idade e principal relação que possui com a praça em notas explicativas de rodapé. Os três entrevistados citados acima moram na praça a alguns anos, conhecem e se relacionam bem com alguns dos trabalhadores da praça. Sobre sua situação de morador da praça, salientam que possuíam família, mas que devido a fatores como, alcoolismo para alguns, uso de drogas para outros e ainda violência, suas famílias se afastaram, e não tendo para onde ir e nem condições de suprir as necessidades materiais mínimas para sua sobrevivência, tomar a praça como local de moradia é o que lhes restou.

³³ O entrevistado possui a idade de 52 anos, é natural do interior do estado, chegou a Porto Alegre a 30 anos atrás, morou por vários bairros da periferia da capital, até que por problemas pessoais, os quais não foram mencionados, entrou em situação de morador de rua, escolhendo a praça por motivos de segurança pessoal.

³⁴ O entrevistado possui 48 anos de idade, é natural da região metropolitana e encontra-se em situação de rua a 5 anos, todo o tempo como morador da praça. Cita que sua esposa e sua filha o mandaram embora de casa por não ser um bom pai e esposo, como não possui mais familiares vivos ficou sem ter para onde ir, e por ter problemas com drogas e alcoolismo não consegue ter um emprego fixo.

³⁵ O entrevistado possui a idade de 29 anos e mora na praça a 3 anos. Cita que por um desentendimento com o pai acabou indo embora de casa, por não ter frequentado a escola, mal sabe escrever, e aponta ser este o motivo que não consegue um trabalho fixo, não tendo como manter um aluguel. Faz serviços de chapa (carregar e descarregar mercadorias em caminhões), o que lhe permite comer e até comprar umas roupas quando há muito serviço.

dos demais que tomam a praça como o seu palco de apresentação, trabalho, descanso, lazer e reflexão.

No outro grupo, dos *transitórios*, temos os que ficam pouco tempo, dias, semanas, meses, como por exemplo, alguns menores de idade, que transitam entre a praça e outros pontos da cidade. De vez e outra são recolhidos pelo Conselho Tutelar ou ficam sob tutela do Estado quando cometem algum ato infracional. Mas mesmo que passem um tempo fora acabam retornando para a Praça.

Outros *moradores transitórios* da praça, chegam a Porto Alegre por diferentes motivos. Há os que não conseguem retornar a seus locais de origem, como uruguaios que moraram na praça por 4 meses depois de acabar a Copa do Mundo, e que não tinham dinheiro para retornar a seu país. Temos também artistas de outras cidades, interior do estado, ou ainda de outros países, que vem arriscar a sorte em Porto Alegre.

Existem aqueles que vem do interior do estado tentar a vida na capital, procurar trabalho e recomeçar do zero, mas que não tem outro lugar pra ficar que não seja a rua, e acabam escolhendo a Praça da Alfândega. Ou ainda tantos outros motivos que podem levar o ser humano a esta condição social e de vida, que nem temos como listar aqui, a não ser os motivos expostos pelos que tivemos a oportunidade de entrevistar.

Mas ambos, os moradores *permanentes* ou os *transitórios*, salientam que escolheram, dentro dos espaços públicos existentes na capital, a Praça da Alfândega, seja pela sua localização no centro, ou pela movimentação cotidiana da mesma, o que lhes beneficia de duas formas: 1) facilidade de arrumar um trabalho, fazer um bico, como estes mesmos denominam; 2) pela efervescência da mesma durante o dia, o que lhes dá uma tranquilidade para com a segurança dos mesmos.

Observamos que entre os *moradores permanentes* encontra-se um senhor com deficiência motora, e percebemos que sua relação com os moradores menores de idade é bem mais estreita que com os demais moradores. A princípio pensamos que os menores o ajudam na sua proteção, porém quando observamos de forma mais aprofundada apreendemos um tipo de relação específica, que não existe entre os demais moradores da praça, e que iremos detalhar, também, mais à frente.

A categoria social *moradores* da praça, dentre todas as categorias ali existentes é de certa forma, para a grande maioria pelo menos, *invisível* aos olhos da sociedade. Junto

com esta categoria, está na mesma condição de invisibilidade o grupo das mulheres do sexo, que agrupamos na categoria social *trabalhadores* da praça. Porém esta invisibilidade dos *moradores* da praça, seja os *permanentes* ou os *transitórios*, é rompida por um grupo de *moradores* menores de idade, *permanentes e transitórios*, que impõe sua *visibilidade* e por conta disto forjam um tipo específico de relação com outro grupo da praça, e também com a sociedade em geral, que será aprofundado no tópico das relações sociais postas na praça.

IV.2.3 A categoria *jogadores* da praça

No andar pela praça da Alfândega é quase impossível não nos chamar a atenção alguns senhores que encontram-se em volta dos bancos com tabuleiros improvisados para jogarem. No que tange os *jogadores* da praça agrupamos três grupos nesta categoria: 1) os *jogadores* de Dama; 2) os *jogadores* de Dominó; 3) os *jogadores* de baralho. Cada um desses grupos ocupa um local específico da praça, lugar cativo já, uma vez que usam o local à décadas como espaço de encontro para jogar e colocar *conversa fora*.

O grupo de *jogadores* de Damas tem a praça como local de encontro desde o ano de 1983. Ali na praça encontramos os melhores jogadores de dama do Rio Grande do Sul, sendo um de nossos entrevistados autor de diversos livros sobre o jogo de Damas. A Praça torna-se um *lugar* dotado de sentido para estes jogadores, muitos a consideram um lugar sagrado, um segundo lar.

Os indivíduos que compõe esta grupo social advém de diversas classes sociais e profissionais, evidenciando uma grande heterogeneidade, uma pluralidade de valores, de gostos, de costumes, e consequentemente *modos de vida* diversos, refletindo uma multiplicidade cultural. Participam desde moradores de rua, analfabetos, até professores universitários, políticos, escritos, etc. Abaixo podemos observar na figuras 31 e 32, uma competição de Jogo de Damas na praça no ano de 1988. A área utilizada para o evento é a mesma que os jogadores utilizam cotidianamente.

Atualmente esses senhores improvisam o tabuleiro de Damas em cima dos bancos da praça, que ficam embaixo das árvores³⁶ em frente à Rua da Praia. As mesas com o tabuleiro impresso, o chamado *damódromo*³⁷, com a intervenção ocorrida na praça pelo IPHAN, foram retiradas do local durante a “revitalização”. Após a conclusão do projeto as mesas foram alocadas no calçadão da Rua Sete de Setembro (incorporado a praça), em frente ao Banrisul, local este exposto ao sol, sem sombra, bem no meio do fluxo dos transeuntes, e deslocado de certa forma da praça.



Figura 31 – Competição de Jogo de Damas na Praça da Alfândega em 1988.

Fonte: <http://topdam.com.br/nilton-waldemar-stock-um-gacho-apaixonado-pelo-jogo-de-damas/>

³⁶ As árvores mencionadas podem ser observados na figura 30. É nos bancos existentes sob estas árvores que aparecem na foto que o grupo se encontra nos dias atuais.

³⁷ Local onde se encontra as mesas com tabuleiros de Dama para a pratica do jogo. É muito comum nos dias atuais encontrarmos damódromos nas principais capitais do país. Na cidade de Aracaju, na Orla de Atalaia, encontramos também um damódromo.



Figura 32 – Jogo de Damas na Praça da Alfândega em 1988.

Fonte: <http://topdam.com.br/nilton-waldemar-stock-um-gauchu-apaixonado-pelo-jogo-de-damas/>

Os jogadores reclamam que a transferência de lugar do *damódromo* foi arbitrária, não houve consulta a eles, jogadores, que ali encontram-se todos os dias. Desta forma, por ter se procedido a transferência do mesmo para uma área inapropriada para a prática do esporte, o grupo decidiu permanecer no local (improvisando tabuleiros em cima dos bancos), justamente por este ser embaixo das árvores que os protegem do sol escaldante do verão, como também, em parte, da chuva do inverno.

Podemos observar que os projetos de intervenções urbana e cultural nem sempre levam em consideração os efetivos usos dos espaços urbanos. Idealizam o espaço a partir de interesses específicos a determinados segmentos sociais, que muitas vezes participam destas elaborações. Temos mais uma vez, de forma clara, um espaço imaginado pelos projetos de intervenção, que confronta o espaço vivido, praticado.

Isso nos remete a Leite (2004), no que tange aos contra-usos dos espaços urbanos, como um ato político. Pois este grupo de jogadores de Damas, através da Associação de Damistas, lutam para que o *damódromo* retorne a praça não aceitando as imposições dos projetos de intervenção, pois os jogos de damas e dominó são práticas que fazem parte

do cotidiano da praça a décadas. Percorrem a prefeitura municipal e IPHAN na tentativa de diálogo, de serem ouvidos e terem suas reivindicações atendidas.

Segundo os *damistas*³⁸, a justificativa para a retirada do *damódromo* se dá pela inserção de uma prática não considerada apropriada para o espaço pelo IPHAN, no que tange ao grupo dos *jogadores de baralho*. Onde os mesmo jogam com apostas em dinheiro, e não por simples diversão. Desta forma os *damistas* sentem-se prejudicados por este novo grupo de *jogadores*.

O grupo os *jogadores de baralho*³⁹, estão na praça a poucos anos. O grupo é altamente heterogêneo, ali encontram-se indivíduos de diversas classes sociais e profissionais, até desempregados. Uma característica específica desse grupo, e que irá desdobrar em outras, é que o sentimento que predomina tal reunião em torno da mesa de cartas não é somente pelo simples prazer da conversa. O que baliza o agrupamento em torno da mesa de jogo é o símbolo dinheiro, por ser as partidas pautadas em apostas, onde o ganhador leva o montante da mesa.

Outra característica desse grupo, um desdobramento da citada acima, e que por isso irá divergir dos demais grupos de *jogadores* (damas e dominó) que compõe o espaço da praça, é que, apesar desta prática ocorrer o dia inteiro, há uma grande rotatividade de membros no grupo e é algo constante, apesar de alguns permanecerem mais tempo que outros e retornarem todos os dias. Alguns chegam a passar dias sem aparecer na praça, acreditamos que isso deve-se por esta prática exigir algo que vai além da vontade e do prazer de estar ali socializado, implica ter disponibilidade financeira para as apostas.

Por mais irrisório que seja as apostas, o grupo é composto também por membros de baixíssima renda, e a quantidade de partidas que cada um joga no decorrer de um tempo, mesmo que seja curto, já implica em uma considerável perda para alguns. A presença deste grupo (dos *jogadores de baralho*) não incomoda somente os *damistas*, mas também o grupo dos *jogadores de Dominó*. A distância entre o último grupo e os

³⁸ O esportista, jogador de damas.

³⁹ Também conhecidos como jogadores de carta. Os tipos de jogos mais comuns entre estes jogadores da Praça da Alfândega são a modalidade da canastra e do pife. O jogo de canastra é similar ao jogo de buraco, mas há diferenças de um para o outro. Já o jogo de pife é o mais popular entre os jogos de baralho, suas regras são simples, o que torna-o o jogo mais simples.

jogadores de baralho é pequena, estão muito próximos espacialmente. Essa proximidade espacial causa um incômodo nos *jogadores de dominó*, que se autodenominam diferentes do grupo do *cartiado*⁴⁰, pois estes não estão ali jogando a dinheiro, mas sim pelo prazer de estar reunidos e jogar.

O grupo de *jogadores de dominós* é heterogêneo, muito parecido com o de *damas*, composto por indivíduos de segmentos sociais variados, onde a grande maioria são aposentados. Sendo que neste grupo encontramos membros, que por já estarem aposentados, viajam de outras cidades da região metropolitana para encontrarem-se ali na praça todos os dias, para jogar e rever os amigos. A Praça da Alfândega passa a ser para alguns, assim como para a maioria dos *damistas*, um segundo lar. Para outros o único lar, o único lugar que sentem-se importantes.

IV.2.4 A categoria *frequentadores* da Praça

Na categoria social *frequentadores* agrupamos todos aqueles usuários que não possuem uma atividade fixa na praça, ou que moram nela. São usuários sazonais, como os frequentadores da Feira do Livro, que ocorre anualmente e em período específico na praça. Nesta categoria se enquadram turistas (os viajantes que flanam pelo local), os transeuntes, que passam pela praça no ir e vir do trabalho, da escola, e que por ali permanecem alguns minutos de seu dia.

Temos ainda os trabalhadores do entorno, que usufruem do lugar em intervalos do almoço, as vezes em dias consecutivos, outros em dias alternados. Os indivíduos que moram no interior do estado, ou em outras cidades da região metropolitana, e que entre compromissos em órgãos públicos do entorno utilizam a praça para descanso e esperas. Os moradores das proximidades que utilizam a praça como o jardim de sua casa, um local ao ar livre para tomar um chimarrão, passar o tempo, levar as crianças para brincar no parquinho, como também os aposentados, idosos, que ali descansam, conversam e passeiam, recordando as práticas de décadas atrás. Ou ainda aqueles que usam a praça e consomem os serviços ali oferecidos, como os cidadãos, que procuram os engraxates,

⁴⁰ Expressão utilizada para designar os jogadores de baralho, algo típico do lugar, desafiar o outro no cartiado.

vendedores, os “programas sexuais”, o artesanato e prestigiam apresentações culturais e exposições de arte que ocorrem nos aparelhos culturais ali existentes.

Esta categoria social é de todas a mais heterogênea, não só no que tange a multiplicidade cultural, mas também e principalmente a pluralidade de usos da Praça da Alfândega. São pessoas de todas as condições sociais que usam a praça de formas diversas, onde cada uma tem a sua representação social daquele *lugar*. Porém grande parte dos usuários desta categoria a Praça da Alfândega é apenas um local para determinada atividade, determinado fim, encerrando a relação com o local assim que o objetivo é alcançado. A praça para estes é apenas um *não-lugar*, que nos remete a ideia de Augé (1994).

Como podemos perceber na fala da entrevistada D⁴¹, a praça não exprime um *lugar* que faz parte da formação de uma identidade, não há um sentimento de pertença, ali é simplesmente um local de passagem, *“eu passo por aqui quase sempre, é uma forma de encurtar o caminho até o meu trabalho, aí as vezes quando tenho um tempo ainda eu sento aqui e espero uma colega de trabalho, aqui a gente se encontra as vezes pra seguir junto pra empresa. Eu sento aqui seguido, mas não conheço muito as pessoas que andam por aqui, que vendem coisas, depois do almoço as vezes a gente vem pra cá pra não ficar trancada lá dentro do escritório”*. Essa entrevistada foi percebida na Praça da Alfândega por várias vezes, quase sempre interagindo com o mundo virtual, através de seu smartphone, algumas vezes pela manhã, bem cedinho e outras após o meio dia, acompanhada as vezes por mais pessoas.

Por outro lado temos um outro entrevistado, que denominaremos de entrevistado E⁴², que a praça representa uma extensão de sua casa; *“sempre que eu posso eu venho aqui, me criei passando por aqui, eu e meus amigos batemos muito papo aqui nesses bancos, a Rua da Praia é onde venho fazer compra, aí aproveito pra sentar aqui e ler um livro ou o jornal”*. Para tal entrevistado estar ali na praça lhe faz sentir-se bem, em casa, *“para mim não tem lugar melhor de vir e se sentar em Porto Alegre, hoje moro perto da*

⁴¹ A entrevistada tem a idade de 39 anos e trabalha próximo da praça. Cita que frequenta a praça a pelo menos 6 anos, quando começou a trabalhar no entorno.

⁴² O entrevistado tem a idade de 47 anos, quando mais jovem trabalhou no Correio do Povo, jornal gaúcho, com sede no entorno da praça, e salienta que seu primeiro emprego foi de office-boy no jornal, o que talvez tenha ocorrido por ter conhecido um jornalista que trabalhava no jornal e frequentava a praça.

Redenção, mas prefiro vir aqui”. Através desta narrativa a praça é caracterizada como um *lugar* dotada de sentido para o mesmo, o que talvez o Parque da Redenção não representa.



Figura 33 – Turistas na praça - Fonte (acervo da autora)



Figura 34 – Frequentadores da praça - Fonte Acervo da autora)

Há na praça uma área específica, como pode ser observado na figura 30 acima, que designamos como grupo 09, em um dos corredores internos da mesma, *lugar* de sociabilidades homoafetivas, que é utilizado cotidianamente pelos mesmos. Observou-se que não é necessariamente uma prática de “programas sexuais”, mas também não se

exclui tal possibilidade, sendo o local uma espécie de ponte para tal prática. Trata-se antes de tudo de uma territorialidade onde estes usuários impõem-se em tal espaço. Estes indivíduos têm ali uma relação social e espacial, demarcando uma territorialidade.

A grande maioria possui idade acima dos 40 anos, e quase todos mantêm uma relação de amizade uns com os outros. Porém, percebe-se que de vez em quando passam pelo local alguns indivíduos mais jovens e que são frequentadores esporádicos do local. Observamos que algumas vezes estas pessoas se conhecem fora da praça, e que posteriormente tal relação é transposta para a mesma, demonstrando que ali é uma territorialidade de sociabilidades homoafetiva, local onde encontram-se para flertar, conversar, marcar encontros, ler, etc.

Um dos indivíduos, que chamaremos de entrevistado E⁴³, o que usa mais frequentemente este espaço, em seu relato afirma que *“aqui temos um local para paquerar, nós sabemos os lugares em Porto Alegre onde podemos ir e encontrar alguém para um encontro casual. Eu gosto de vir aqui, mas também passo por outros lugares, como outros vem pra cá, e aqui nesse corredor é nosso lugar”*. Estes indivíduos passam despercebidos entre os tantos outros usuários da praça, são discretos, aparecem normalmente após as 10 horas da manhã e após 15:00 horas da tarde.

Os membros desta categoria social não interagem com os demais grupos alocados na praça. As interações que ocorrem se dão geralmente entre os membros deste grupo. Os demais usuários da praça, que encontram-se cotidianamente nela, reconhecem que a área demarcada na figura 30, utilizada por este grupo, é territorialidade dos mesmos.

IV.3 O cotidiano da Praça da Alfândega e suas relações sociais

A praça da Alfândega e seu entorno, em tempos de outrora foi um espaço urbano elitizado. Palco de sociabilidades e de usos, em sua grande maioria, que dividiam-se entre áreas e horários específicos do público masculino e feminino (período de influência da *belle époque* principalmente). Atualmente é um espaço de usos fragmentados e de territorialidades diversas, onde uma gama de mundos se entrecruzam.

⁴³ O entrevistado possui 56 anos, porém não quis fornecer mais dados pessoais.

Alguns mundos invisíveis, e que os projetos de intervenção urbana e cultural tanto se esforçam para assim mantê-los. Outros repletos de visibilidades, que são na maioria das vezes reforçadas a partir de determinadas práticas, perpassando muitas delas pela possibilidade de consumo cultural, de espaços urbanos como *suvenirs*. Um contraponto, entre aqueles primeiros que não possuem as mesmas possibilidades de consumo, nem mesmo das condições mínimas para sua sobrevivência e os últimos que encontram visibilidade através do status econômico e social.

Como salienta Arantes (2001), os cidadãos se deslocam e se situam nos espaços urbanos trilhado cotidianamente, que possibilita a construção coletiva de fronteiras simbólicas, que separam e aproximam, nivelam e hierarquizam as categorias e grupos sociais nas suas relações mútuas. A experiência urbana atual proporciona uma formação complexa de liminaridades, de *não-lugar* e *lugar*, resultando a formação de determinados contextos sociais, mais efêmeros, fragmentários, flexíveis e híbridos como salienta Clanclini (1997), do que o *lugar antropológico* de Augé (1994). Entendemos aqui por *lugar*, algo que está para além do *lugar antropológico*. Não que este não traz consigo a relação identitária, mas como salienta Leite (2008), o *lugar* (pós)moderno também pode ser efêmero, mas devem trazer consigo uma *convergência de sentidos* e a possibilidade de continuidade.

As transformações dos usos da praça acompanham as transformações urbanas ocorridas a partir da décadas de 1950 e 1960 na cidade de Porto Alegre. A verticalização urbana, a expansão horizontal, as novas centralidades como *shopping centers*, centros comerciais e condomínios residenciais, irão retirar investimentos de infraestrutura no âmbito privado e público. Desloca consumidores e moradores das áreas tradicionais das cidades e imprime uma fragmentação, uma popularização a espaços antes elitizados, como o caso do Centro Histórico de Porto Alegre.

Observamos uma gama de grupos sociais que ocupam, usam e estabelecem tipos de relações sociais variadas na Praça da Alfândega. Entre estes grupos temos os que usam a monumentalidade, expressão da cidade moderna ao estilo haussmaniano, para impor sua visibilidade frente aqueles que não os querem ver. Há na praça o convívio de vários mundos, completamente distintos entre si, com práticas sociais e visões de mundo contraditórias e que se encontram na mesma espacialidade, forjando fronteiras simbólicas

e inflexíveis muitas vezes. Estes mundos não se interpenetram, não se sobrepõe, não se entrecruzam, e formam o que Arantes (2001) chama de zonas simbólicas de transição.

As relações sociais postas ali naquele espaço, que ao primeiro olhar nos parece harmoniosas de forma geral, porém inexistentes entre alguns grupos, se revelam ao longo das observações diretas realizadas. Encontramos ali vários tipos de interações sociais, que variam de um grupo para o outro, perpassando por elementos como a territorialidade (como podemos perceber na figura 30 acima), ou apenas, ainda, pelo simples prazer em estar reunidos. Trata-se de interações onde grupos com visões de mundo contraditórias, que fazem parte de um mesmo mundo (o da Praça da Alfândega), mas que vivem em mundos diferentes, o que nos remete a Arantes (2001), e suas reflexões sobre as liminaridades no espaço urbano.

Observamos que as interações sociais neste espaço urbano transcorrem por diversos elementos, como os arranjos locais entre alguns grupos, o prazer em estar reunido, reunião com determinados fins, até interações de conflito. Para dar conta de elucidar as relações sociais postas na praça e seus diferentes tipos de interações sociais, iremos trabalhar com algumas categorias de análise que possibilitam e permitem nos aproximar ao máximo da realidade e do cotidiano da Praça da Alfândega, a saber: 1) sociabilidade; 2) conflito; 3) permissividade; 4) sociação.

Compreendemos por *sociabilidade* aquilo que Simmel (2006) descreve como uma forma lúdica de sociação, onde o estar reunido se despe de qualquer interesse diverso daquele que não seja o simples prazer do encontro, da conversa. Em contraponto a definição acima citada temos a categoria *conflito*, que entendemos aqui por uma interação envolta em um sentimento que representa um tipo de violência emocional e/ou rivalidade e disputa. Como Simmel (2006) mesmo salienta, relações sociais que perpassam pelos elementos da rivalidade, conflito, também são um tipo específico de interação social.

Por *sociação* entendemos um tipo de interação que Simmel (2006) trata de: a forma na qual os indivíduos, em razão dos seus interesses, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual os interesses se realizam, resultando em uma forma de ser e estar para com o outro, o que possibilita os indivíduos interagirem a partir de impulsos ou da busca por determinados fins e entram em relação de convívio e correlação com os outros, formando assim uma unidade.

No que tange a categoria *permissividade* compreendemos uma interação em que, como nos traz o significado do termo, é norteadas por determinadas práticas sociais e ações em que há a transgressão às normas sociais e valores morais, onde os envolvidos no processo de interação tem plena consciência de tal fato, mas são tolerantes diante de tais ações, gerando uma relação que perpassa por elementos de concordância e respeito entre os indivíduos ou grupos em interação. De todas categorias de análise utilizadas neste estudo é a que mais necessitamos detalhar, a fim de que possa ser apreendido os comportamentos e sentimentos que queremos explicitar e que estão envolvidos nesta interação.

A utilização desta categoria para tratar de um tipo específico de interação encontrada na praça permite ampliar a explicação que outras categorias não dão conta, pois tais interações estão para além de uma interação com um fim específico. Há sim interesses postos no jogo, mas há também elementos que, por se tratar de transgressões sociais e morais, fazem com que sejam amenizados qualquer tipo de confronto, conflito e disputa, que em interações com outros grupos predominam, ou que estão latentes, eclodindo caso fossem confrontados. Este tipo de interação gera um comportamento mútuo de tolerância, proteção, e sentimentos ambíguos de respeito, medo e aflição.

As interações sociais encontradas na praça que refletem esta categoria citada, se dão por segmentos sociais, em grande maioria, marginalizados, onde uns precisam lançar mão a táticas, e outros a estratégias, para sobreviverem no jogo, como nos traz Certeau (2012). Isto lhes permite ocupar e conviver os/nos espaços urbanos planejados para outros segmentos sociais, com objetivos específicos e que vão na contra mão dos espaços vividos na sua prática cotidiana.

Durante as observações, e conjuntamente com os relatos apreendidos nas entrevistas e conversas informais, percebemos que as interações sociais encontradas entre o grupos de engraxates (grupo 1 que pode ser observado na imagem da figura 30) e os moradores menores de idade (grupo 7 da figura 30) perpassam pelo que designamos de interações de *permissividade*. De um lado temos os engraxates, que utilizam cotidianamente a praça para realizar seu trabalho, sendo que o que possui menos tempo de profissão na praça está ali a 9 (nove) anos. Desta forma todos os engraxates usufruem

a praça tempo superior que qualquer um dos membros do grupo de moradores menores de idade.

Os engraxates, que passaremos a partir deste momento, a trata-los por grupo 1, passam a maior parte do tempo que estão na praça em suas cadeiras, aguardando os clientes. Não circulam pela praça, apenas se ausentam por alguns momentos para tratar de assuntos de seus interesses no entorno da praça, como comprar algo, pagar contas e fazer suas refeições. Por outro lado os moradores menores de idade, que passaremos a nos referir a estes por grupo 7, circulam pela praça constantemente. Saem de sua área e sentam em outros locais, mantém contato rápido com membros de outros grupos, retornam para sua área. Percebemos também que há um revezamento entre os membros do grupo nesta circulação diária.

É frequente ocorrer na praça e entorno, furtos, como bater carteira de transeuntes distraídos, tomar mercadorias em lojas do entorno, seja por membros do grupo 7 observados neste estudo (o que pode ser confirmado e que logo iremos adentrar), ou ainda por outros indivíduos que por ali circulam, e adotam tais práticas, uma característica do centros urbanos das capitais. Outra prática que ocorre com frequência na praça é a venda de entorpecentes e o uso de drogas, por parte dos membros do grupo 7. Os objetos furtados pelos membros do grupo 7 são oferecidos, pelos mesmos, aos membros do grupo 1, os quais negociam valores até fechar a transação.

Em determinado momento da observação, a autora encontrava-se próxima de membros do grupo 1, quando foi oferecido algumas mercadorias a estes pelos membros do grupo 7, as quais foram adquiridas por um dos membros do primeiro grupo. Em tempo, no final da transação, o “vendedor” ofereceu outras mercadorias que estavam à venda, mas que não se encontravam ali com ele no exato momento. Após a demonstração de interesse de compra por parte dos “clientes”, ficou acordado que mais tarde o “vendedor” retornaria para fechar a nova venda, saindo do local. Nesse momento o membro do grupo 1 que comprou as mercadorias se dirige a autora e justifica sua ação *“sei que não deveria comprar, mas o valor é bem mais baixo do que eu conseguiria nas lojas, aí a gente vai fazendo isso, mesmo sabendo que não deve”*. Outro acontecimento que nos chamou atenção foi quando um dos membros do grupo 1 chama um membro do grupo 7 e profere

a seguinte frase “*tem olheiro na praça, tão circulando*”, querendo alertar para a presença de policiais a paisana.

Tais práticas por parte do grupo 7 estão diretamente relacionadas com o tipo de interação que estes estabelecem com o grupo 1. Assim como as ações do último grupo para com o primeiro irão determinar uma interação peculiar entre os grupos, o que não foi observado da mesma forma entre os demais grupos. A interação entre estes dois grupos, que chamamos aqui de interação de *permissividade*, é envolta por práticas que violam as normas sociais e valores morais. Vale salientar que não estamos aqui fazendo julgamento de valor de tais ações, apenas apontando aquilo que o estudo nos trouxe.

E por se tratar de ações onde ocorre a transgressão da lei (que estão para além de valores que permeiam as convenções sociais), resultam em uma interação permeada por elementos de tolerância as infrações ali postas. Há a concordância diante de tais ações, gerando um respeito entre os grupos. E ainda, por se tratar de uma infração legal também por parte dos membros do grupo 1, já que ocorre a receptação de mercadorias furtadas, caso sejam “pegos”, poderá acarretar na caracterização de crime. Estes lançam mão a uma espécie de proteção aos membros do grupo 7, como uma forma de proteger a si mesmo, o que revela também o sentimento de medo por parte dos dois grupos.

Um outro tipo de interação observada neste estudo, e que nos chama atenção, se dá entre o grupo 7 acima citado e o grupo dos artesãos (grupo 8 na imagem da figura 30), e que denominamos de interação de *conflito*. Como pode ser observado na figura 30 a demarcação da área dos usos da praça entre estes dois grupos demonstra uma proximidade espacial. De um lado temos o grupo 7, menores de idade, usuários da praça a bem menos tempo que o grupo 8, que possui membros que estão ali desde a década de 1980, antes mesmo da fundação da ARTEFAN, que ocorreu em 1989.

A Praça da Alfândega é um espaço urbano polissêmico, e a diversificação simbólica existente na mesma a qualifica como um *lugar*, cujas representações sociais permitem que a mesma seja configurada de forma fragmentária, resultando em vários *lugares* em um mesmo espaço. Sendo que os usos e contra-usos atribuem sentidos diferentes e representações distintas sobre este mesmo espaço. Como salienta Leite (2008), os *lugares* podem apresentar convergência de sentidos múltiplos, sendo possível ocorrer o entendimento necessário para que se estabeleça uma ou mais identidades

socioespaciais. O hibridismo proporciona um *lugar* que traz em si um local de tensões e disputas. O caráter fragmentário possibilita que a afirmação da diferença se disperse em diferentes configurações socioespaciais, que encontramos na praça, assim como as tensões entre os indígenas e os demais, principalmente com os artesãos. A demarcação socioespacial de um *lugar* implica em zonas de fronteiras, em áreas de liminaridades.

Os artesãos já ocuparam vários locais da praça, como Rua da Praia, calçadão da Rua Sete de Setembro, locais de grande circulação de transeuntes e fixação de usuários. Atualmente, após a “revitalização” da Praça da Alfândega pelo IPHAN, os artesãos como já citamos, foram removidos por conta do projeto de intervenção para uma das laterais da praça, na Rua Cassiano Nascimento. A área destes é extremamente próxima de onde os menores moradores da praça tomaram-a como seu *lugar*. A transferência do grupo 8 (os artesãos) para a atual área gerou insatisfação por parte da maioria dos membros do grupo, por ser um local menos movimentado, o que provocou uma queda nas vendas. Porém aos indígenas foi autorizado colocar suas barracas na Rua da Praia, o que gera tensões entre estes e os artesãos.

Juntamente com tal insatisfação o grupo 8 ainda se viu muito próximo daqueles que acreditam *não serem dignos de estarem ali naquele espaço* (no caso o grupo 7), por acreditar que possuem determinados direitos de uso da praça por terem chegado muito antes dos mesmos. Durante as observações, não nota-se tão facilmente o tipo de interação que estabelecem os dois grupos, mas na medida em que ocorre as entrevistas fica evidente a interação de *conflito* entre os dois grupos.

Os membros do grupo 8 sentem-se incomodados com a presença do grupo 7, com o uso de drogas, com a venda de entorpecentes que ocorre por parte destes, pelos furtos, e principalmente por isto tudo ocorrer em uma área que acreditam ser sua. Na fala da entrevistada G⁴⁴, podemos perceber com clareza o que ocorre “*nós não temos que conviver com isso, essa gente tem que ser retirada daqui, nós fazemos de tudo, ligamos*

⁴⁴ A entrevistada possui a idade de 63 anos, tem a praça como seu local de trabalho desde a década de 1980. Concedeu a entrevista, porém não permitiu que fosse gravada, por medo de que sua fala fosse divulgada em algum jornal. Foi explicado que se tratava de uma pesquisa acadêmica, que não seria divulgado seus dados, e que o fim era estritamente para fins da pesquisa, mas mesmo assim não permitiu a gravação. Algo que ocorreu com a maioria dos entrevistados deste grupo.

para a prefeitura, para a polícia, para conselho tutelar, mas ninguém dá jeito, esse aqui não é o lugar deles”.

Salienta que está ali a décadas, que sempre trabalhou no local, mas que nos últimos anos está ficando cada vez mais difícil, e continua *“toda manhã quando a gente chega pra trabalhar tem que aturar isso, nós estamos na praça a tantos anos trabalhando. As coisas mudaram muito, antes se tinha local de trabalho melhor, hoje a gente vê de tudo, tudo quanto é tipo de gente, eles não tem educação”*. Quando se refere a *todo tipo de gente*, não é somente ao grupo ao lado, mas também os demais moradores e as mulheres do sexo, *“estes outros pelo menos ficam pra lá, não tão aqui perto da gente”*. Aqui a entrevistada se refere ao grupo dos “programas sexuais” (grupo 10 da imagem da figura 30) e do grupo dos demais moradores da praça (grupo 11 da imagem da figura 30), que ocupam espaços distantes de onde se encontra o grupo de artesãos, como pode-se verificar na figura citada acima.

Alegam que o grupo afasta clientes, que a praça poderia ser bem melhor se estes não estivessem por ali, e que andam sempre com medo do que pode ocorrer, pois as vezes há briga entre os membros do grupo, ou indivíduos que vem de outros locais da cidade. No mês de dezembro de 2014, próximo do natal, um dos membros do grupo 8 nos relatou que ocorreu uma briga entre os menores durante a noite, onde um deles foi internado em estado grave no hospital vítima de inúmeras facadas. Após o acontecimento, os membros do grupo 7 desapareceram da praça, porém dois dias depois do ocorrido o grupo estava de volta.

O grupo 7 trata-se de um segmento social marginalizado, assim como o grupo 10 e 11, que sobrevivem, usam e ocupam o espaço urbano a partir de determinadas táticas adotadas, e como nos traz Certeau (2012), a astúcia é a arma do fraco, dos sem poder, ou seja, daqueles que estão à margem da sociedade. Estes subvertem os usos planejados para os espaços urbanos, da territorialidade do outro, forjando os contra-usos que Leite (2004) salienta. Desta forma, ao subverter os usos, rompem com sua invisibilidade, impondo a sociedade que os marginalizam a sua visibilidade.

Uma interação muito particular é a que ocorre entre os membros do grupo 7 e membros do grupo 11, e mais especificamente, com um morador da praça com deficiência motora, e que já mencionamos em outro momento deste trabalho. As interações entre os

membros do grupo 7 e grupo 11 perpassam pela *sociação*, onde há objetivos que determinam a interação, o que podemos identificar entre os dois grupos. Pois a interação ocorre somente em momentos específicos, e na maioria das vezes quando membros do grupo 7 se dirigem aos membros do grupo 11, a fim de tratar de assuntos e interesses. Observamos que muitos moradores da praça (grupo 11) guardam as drogas que o grupo 7 vende e usa na praça. Um morador da praça do qual tivemos maior proximidade durante a pesquisa, nos relatou que são obrigados a guardar as drogas, porque a noite a área é comandada pelo grupo 7, e que por este motivo não enfrentam problemas e conflito com o último grupo.

Tal informação também nos foi mencionada por membros de outros grupos, *“quando a praça vai esvaziando, fica noite, esse ambiente é deles, quem passa por aqui cai na deles, é assaltado, aqui de noite ninguém fica”*. Em nossa pesquisa de campo observamos que ao chegar a noite a praça esvazia-se, permanecendo nela somente o grupo 7 e grupo 11. Sendo que na madrugada a maioria dos membros dos dois grupos andam pela cidade e os que ali permanecem evitam dormir, com medo de ataques que podem vir a sofrer.

Porém a relação que ocorre entre o membro do grupo 11 que possui deficiência motora e os membros do grupo 7 é de forma mais frequente do que com os demais moradores da praça, onde as interações são mais esporádicas. Este morador da praça com deficiência motora se localiza isolado de todos os demais, e tivemos dificuldade em conversar com o mesmo, o qual não quis falar e nem dar entrevista. Quando conversamos com outros usuários da praça a respeito deste morador obtivemos a informação que o mesmo já foi preso por posse de drogas algumas vezes, e que sempre quando é solto retorna a praça. No passado, antes de ser morador da praça foi preso por tráfico de drogas ficando preso por sete anos.

O que observamos é que os menores vem até ele (morador com deficiência motora) várias vezes durante o dia, e em um determinado momento presenciamos que o mesmo faz a entrega de algo para um dos menores de forma precavida e disfarçada. Não podemos afirmar quem destes comanda a venda de drogas na praça, se os menores (o que seria possível pois os mesmos correm menor risco) ou o morador com deficiência motora. E nem nos cabe aqui apontar, o que nos interessa e que nos chamou atenção foi o tipo de

interação entre os mesmos, que se deu de forma diferente do que com os demais moradores da praça, o que nos motivou a observá-los mais de perto.

Esta relação designamos como interação de *permissividade*, e que possui elementos de respeito e proteção de um para com o outro. Os envolvidos tem plena consciência que suas ações violam normas sociais e valores morais, o que gerou inclusive dificuldade para a realização do trabalho de campo⁴⁵, devido a uma operação da Brigada Militar na praça durante o último campo realizado, em dezembro de 2014. Na imagem abaixo (fig. 35) os policiais revistam membros do grupo 7 e o morador da praça com deficiência motora.

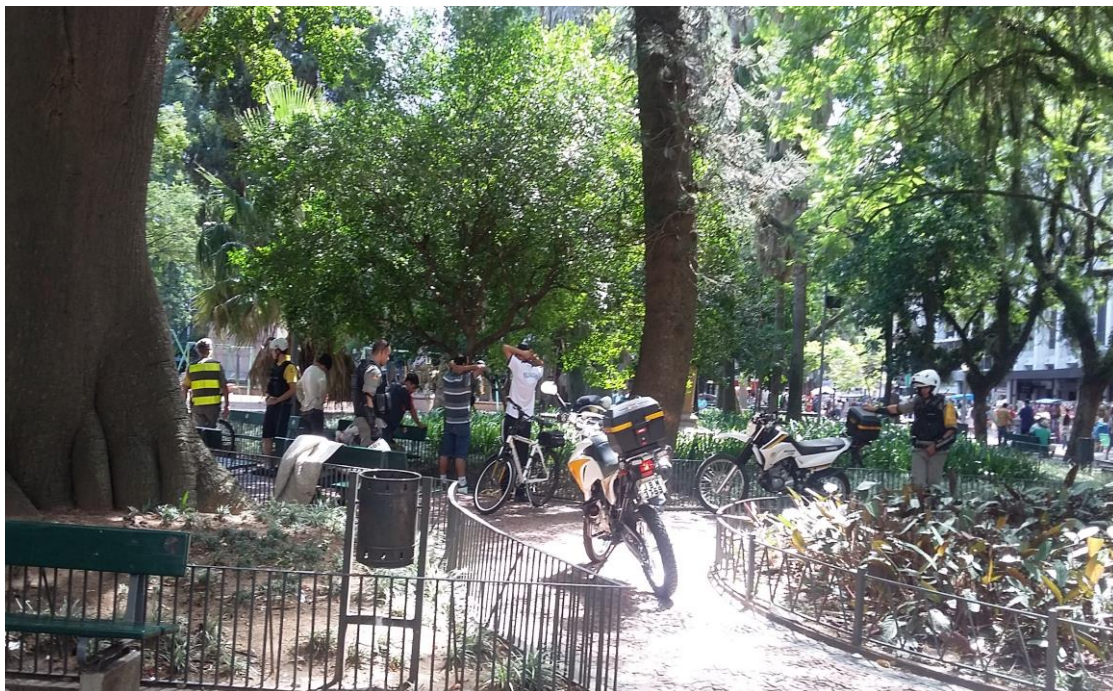


Figura 35 – Operação policial na Praça da Alfândega – Fonte (acervo da autora)

⁴⁵ Por conta das transgressões e violação das normas, leis e valores morais que ocorrem na praça, principalmente por parte dos membros do grupo 7, os mesmos ficam atentos a qualquer movimentação na praça que rompe com o cotidiano. O aparecimento e circulação constante e consecutiva de pessoas que não fazem parte da rotina da praça, logo chama a atenção dos que usam e ocupam a mesma, como por exemplo da autora em seu trabalho de campo. Em determinado momento o grupo 7 se sentiu incomodado com tal presença, o que resultou em dificuldade para efetuar o trabalho de campo, pois acreditavam que a autora era uma policial disfarçada (conhecido como P2). Sendo que, por este motivo o trabalho de campo precisou ser encerrado três dias antes do previsto, devido a uma batida policial na praça.

Entretanto, observamos que a Praça da Alfândega ainda é palco de interações de *sociabilidade*, as quais ocorrem entre os membros de um mesmo grupo. Já mencionamos neste trabalho as interações de sociabilidade entre os jogadores de Damas (grupo 4 na imagem da figura 30). Mas elas ocorrem também entre os jogadores de Dominó (grupo 5).

O Grupo 4 (dos jogadores de Damas) formou-se em 1983 e estes tem na Praça da Alfândega o local de encontro desde então. Trata-se de um grupo heterogêneo, mas que tem a dama como elemento de coesão. Alguns membros do grupo fazem parte do mesmo desde a sua fundação. Temos damistas profissionais, estudiosos e escritores do jogo de damas, até aqueles que jogam pelo prazer que sentem na atividade e na interação com os demais.

A prática do jogo de dama se inicia para muitos como uma forma de passar o tempo, de distração e como um ótimo motivo para encontrar os amigos. Para outros é de aprimorar a própria prática, desenvolvendo nos jogadores uma espécie de treino. Agora para tantos outros, e principalmente aqueles que pertencem a segmentos sociais marginalizados, é uma forma de se sentir acolhido. O tipo de interação que ocorre neste grupo é a de *sociabilidade*.

O entrevistado H⁴⁶, nos relata a importância da prática, ou do que está para além dela:

o secretario da época mandou instalar as mesas de damas aqui tá, a partir daí houve um certo desenvolvimento no jogo e se descobriu que o jogo é muito mais do que aparentemente um tabuleiro de dama, um tabuleirinho que se joga e tenta-se ganhar. O jogo de damas tem várias funções na vida, uma é divertimento, que não é a principal, a segunda é o fator social, porque muitas vezes o jogo de dama passa a ser a segunda família das pessoas que tem poucos recursos, como por exemplo uma pessoa que mora no morro lá, tá, e que vem pra cá porque não tem o que fazer, a família não tem como sustentar. Então ela vem pra cá, se fica aqui e fica observando o que a gente faz, nós passamos então, nós os damistas, a ser as pessoas que orientam elas, as pessoas de dificuldade financeira. Então elas passam a ter uma espécie de lar, passam a ter ídolos né, nós viramos ídolos para eles porque eles ficam olhando e bah

⁴⁶ O entrevistado frequenta a praça enquanto membro do grupo desde seus primórdios, é damista e estudioso do jogo de damas.

mas que coisa bonita e tal, né, e passam também a querer participar das coisas que a gente faz né. Tanto é que pessoas viciadas em cigarro e outras coisas né, na minha frente eles não fumam, podem tá fumando, se eles sentam aqui na minha frente eles não fumam, porque eles respeitam a pessoa que tá aqui né. (Entrevista concedida a autora por um membro do grupo jogadores de dama)

A praça possibilita para muitos a realização de uma atividade ao ar livre, fora de seus apartamentos, suas casas, como também, para alguns, um retorno ao espaço que tinham como local de encontros e sociabilidades no passado, envolto por uma certa nostalgia, e como a forma de afirmar o sentimento de pertença àquele local. E mesmo aqueles que cresceram em época em que a praça já havia perdido sua centralidade, a mesma em sua nova configuração socioespacial (que devido as transformações sofridas), imprimiu novos usos e novas possibilidades de sentir-se pertencidos ao local, e principalmente novas sociabilidades, como por exemplo o jogo de dama e o jogo de dominó. A praça não é para esses usuários apenas um espaço urbano, mas sim é um *lugar* dotado de sentido, do qual denota representações sociais da mesma, conforme a citada pelo entrevistado, como um segundo lar para muitos.

Como já mencionamos acima, o grupo 4 é heterogêneo, composto por membros de mundos diversos, mas que ali naquele momento em que se reúnem estas diferenças são amenizadas de certa forma, como podemos observar na fala do entrevistado H, “*tanto aparece um pedreiro, como aparece um lixeiro, aparece um médico, um professor*”. Tal fala nos remete a Simmel (2006), quando o autor salienta que no processo de sociabilidade, elementos como hierarquia, prestígio e posição social são postas de lado, prevalecendo o prazer em estar reunido.

As relações entre os membros do grupo com os demais usuários da praça são quase inexistentes, as que ocorrem perpassam por interações efêmeras. Nas observações o grupo estava sempre no mesmo lugar e envolto com interações entre seus próprios membros. Os mesmos tem como local fixo pra o encontro uma área de frente para a Rua da Praia. Tanto a localização, quanto a prática em si do jogo, acarreta pouca circulação dos mesmos na praça, o que possibilita a inexistência de processos de interações com os outros usuários da praça. E quando se reúnem estão envoltos no seu mundo. Há pouca conversa durante as partidas e somente no final da mesma é que ocorre a vibração e os comentários. Durante o jogo todos se concentram nos movimentos de cada jogador.

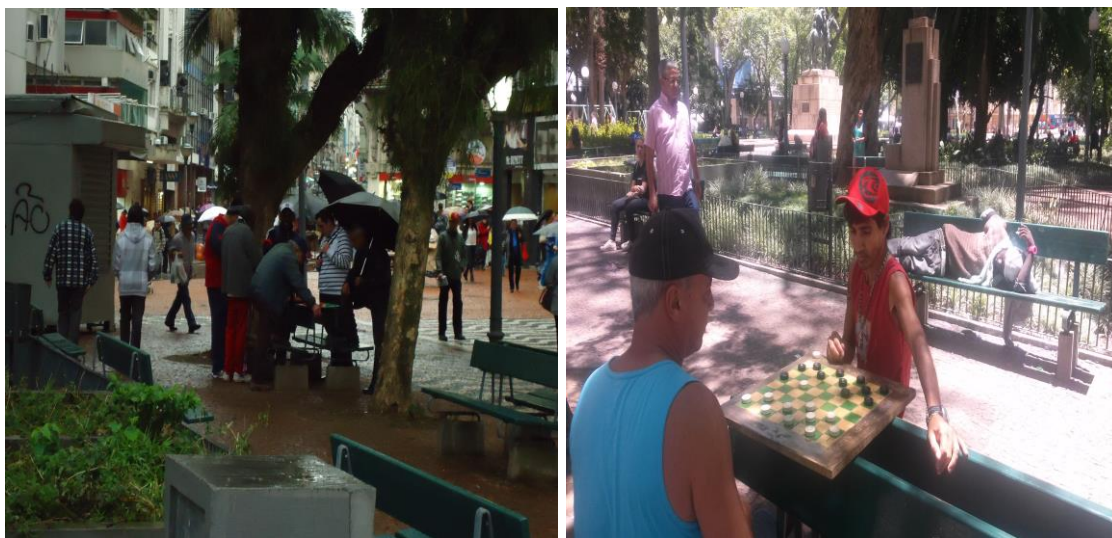


Figura 36 – damistas em agosto de 2013 e Figura 37 - damista em dezembro de 2014 – Fonte (acervo da autora)



Figura 38 – Damistas e a expectativa durante uma partida – Fonte (acervo da autora)



Figura 39 – Jogadores de Damas – Fonte (acervo da autora)

No que tange ao grupo 5 (jogadores de dominó) e suas relações sociais, foi possível apreender durante nossas observações e entrevistas, que o tipo de interação que ocorre é de *sociabilidade*. Estão ali na praça desde 1982, e a área utilizada anteriormente era próxima do local que estão hoje. Porém com a “revitalização” da praça ocorreu a retirada das mesas para o jogo, e os mesmos (assim como fizeram os jogadores de dama) improvisam mesas em cima dos bancos da praça.



Figura 40 – Jogadores de dominó – Fonte (Acervo da autora)



Figura 41 – Uma partida de jogo de dominó – Fonte (Acervo da autora)

Por conta da justificativa que receberam sobre a retirada das mesas para o jogo de dominó e dama, sentem-se um pouco prejudicados pelo grupo dos *jogadores de baralho*, por estes terem inserido uma prática que perpassa pelo elemento da aposta, e não pelo simples prazer em estar reunido. O que não foi considerado pelos gestores do projeto de intervenção que ocorreu na praça como uma prática aceita para o espaço, resolvendo assim retirar da mesma todos os tipos de práticas sociais que perpassam pelo jogo.

O grupo dos *jogadores de dominó* (grupo 5⁴⁷ na imagem da figura 30), se reúnem todos os dias. A maioria dos membros residem em cidades da região metropolitana, sendo que todos são aposentados, o que possibilita o encontro diário. A prática do jogo de dominó resulta aos mesmos a realização de uma atividade de lazer e de momentos de sociabilidades, onde o que prevalece é a alegria em estar entre amigos. A conversa, as brincadeiras de um com o outro e as risadas são elementos presentes neste processo.

⁴⁷ Os jogadores de dominó estão organizados em uma associação e possuem sede própria, porém preferem jogar na praça do que em sua sede.

A Praça da Alfândega é para eles sua segunda casa, como podemos ver no relato do entrevistado I⁴⁸, que sai de sua casa todos os dias para se divertir com os amigos na praça, *“então a gente vem pra cá por causa do lazer”*. Quando por algum motivo não podem vir, como no caso do entrevistado que passou por problemas de saúde e esteve afastado da praça por seis meses, sentem que algo falta no seu cotidiano, *“mas que tristeza, mas que tristeza não pode vir, se eu posso venho todo dia, pra mim a Praça da Alfândega é meu segundo lar, eu só não durmo aqui porque não tem precisão, mas tem muita gente que dorme aqui, o pessoal de rua”*.

Observando o grupo 5 fica evidente o sentimento de prazer que estes senhores tem em estar ali reunidos. O encontro e o jogo passam a ocupar as horas vagas que a aposentadoria proporciona. O que, continuando com nosso entrevistado, também foi confirmado no seu relato, *“pra ir na minha casa tem que telefonar, se chegar lá e não telefono, falo: telefono? Não telefono, a gente vai sair. Aqui na praça da Alfândega é o maior lazer que eu já vi na minha vida, não tem lugar que tem isso aqui.”*.

O que caracteriza o grupo é a heterogeneidade, ali se reúnem pessoas de diferentes segmentos sociais, posição social, prestígio. No momento em que se reúnem, tais elementos são deixados de lado, o que nos remete a Simmel (2006), *“aqui tem advogado, tem juiz, aposentado da polícia, delegado, tenente do exército, pessoal da aeronáutica, mecânico, aqui tem tudo quanto é tipo de pessoa”*. Caso alguém necessite de ajuda financeira para se alimentar, por exemplo, os que possuem mais condições financeiras contribuem. Pois *“aqui todos se conhecem, todo mundo vem aqui, passa o dia aqui, quando um não tem dinheiro, outro não tem, caso a pessoa não tem dinheiro pra almoçar, ou qualquer coisa a gente arruma, tem churrasqueira ali, no sábado sempre tem churrasco, a gente faz”*.

O grupo de *jogadores de baralho* (grupo 6 da imagem da figura 30) está na praça menos tempo que os demais grupos de jogadores, e diferentemente dos outros dois grupos, o que motiva a interação é a aposta no jogo. A interação está para além de uma simples reunião pela diversão, pelo lazer. Estes elementos também perpassam pela interação, mas não motivam a mesma, são como acessórios desta. O que permeia tal

⁴⁸ O entrevistado tem a idade de 81 anos e está na Praça da Alfândega desde 1982, quando o grupo de jogadores de dominó iniciou.

interação é o símbolo dinheiro, que permite que apostas sejam feitas, onde nenhuma partida é realizada sem apostas em dinheiro. O que nos remete a Simmel (2006), quando o mesmo retrata as relações sociais que perpassam pelo símbolo dinheiro, anestesiando as mesmas, transformando os valores qualitativos da interação em valores quantitativos.

Portanto, as interações sociais entre o grupo perpassam pela *sociação*, onde há um objetivo específico e particular que permeia a relação, e assim que alcançado a interação de desfaz. Seja ganhar as apostas (que é o objetivo principal), ou quando perde a partida (uma possibilidade de 50% em cada partida), pois no entorno da bancada de jogo, na grande maioria das vezes não há uma plateia, são poucos aqueles que ficam observando, torcendo e se divertindo com a partida. Geralmente os que ficam ali no entorno estão aguardando para jogar a próxima partida.

Como o elemento que permeia a interação é o dinheiro, os jogadores quando estão sem o mesmo para bancar as apostas ficam de fora da interação, o que leva os mesmos a se retirarem do local, ou ainda ficar dias sem retornar a praça. O entrevistado J⁴⁹, membro do grupo, nos relata como se dá a dinâmica dos jogos “*aqui temos os que gostam de jogar pife, ai quando tem a maioria aqui que gosta do pife, a gente faz por exemplo, 10 partidas de pife. Depois junta os que preferem a canastra, ai se faz tantas partidas de canastra, e tem aqueles que jogam os dois, eu jogo os dois*”. Sobre a frequência das idas a praça ele nos fala como ocorre geralmente, “*aí aqui a gente joga por dinheiro, se perde, ou se não tem dinheiro para apostar, que as vezes acontece né, a gente não vem, as vezes tem os que passam semanas, mês sem vim, faze o que né*”. Este relato evidencia o que citamos acima, e o prazer em estar reunido para conversar, dar risadas, brincar com os demais, são postos de lado pelo elemento principal da interação, que é o dinheiro.

⁴⁹ O entrevistado possuiu 56 anos, e sempre que pode frequenta a rodada de jogos de baralho da Praça da Alfândega.



Figura 42 – Grupo de jogadores de baralho – Fonte (acervo da autora)



Figura 43 – Partida de *pife* – Fonte (acervo da autora)

V. Considerações finais

No que se refere à intervenção urbana e cultural que ocorreu na Praça da Alfândega, no seu processo de “revitalização” uma das coisas que nos chamou atenção foi a retirada e realocação do damódromo. Entendemos esse fato como uma tentativa arbitrária de suprimir uma prática social antiga na praça, assim como a prática do jogo de dominó. Este tipo de uso da praça faz parte da história e do cotidiano da mesma.

Uma prática social com mais de 30 anos no mesmo local, não deveria ser suprimida dos projetos de intervenções urbanas. Acreditamos que tal projeto de “revitalização” deveria ter levado em consideração os usos e o espaço praticado enquanto tal, sendo que os jogadores de damas e dominós fazem parte das representações sociais das praça.

O damódromo possuía uma localização fixa das mesas para o jogo e se encontrava em uma lateral da praça, ao lado da Caixa Econômica Federal da Rua da Praia. Nesta lateral foi construído os banheiros da praça, sendo esta a primeira justificativa para a retirada das mesas. Após a “revitalização”, as mesas foram alocadas em uma área adjacente da praça, na entrada do calçadão da rua Sete de Setembro, próximo do Banrisul. O local é totalmente descoberto da chuva e do sol, e principalmente deslocado da praça em si, pois o local é uma entrada para a praça. Desta vez a justificativa sobre o local em que as mesas foram alocados se pautou que tais práticas não deveriam fazer parte da praça, por suspeitarem que as mesmas eram impulsionadas por apostas em dinheiro.

De fato há na praça uma prática de apostas em dinheiro, como a dos *jogadores de baralho*. Mas as práticas de jogos de damas e dominó são impulsionadas pelo prazer em jogar, pela diversão, e são permeadas de sociabilidades. Porém tal medida por parte dos gestores do projeto de “revitalização” não coibiu nem as práticas sociais de jogos permeadas de sociabilidades que ali existiam, nem outras práticas de contravenção, como a dos *jogadores de baralho*. Ou ainda da venda de entorpecentes, da prostituição e da circulação de pessoas que praticam o jogo de bicho. O que evidencia que os usos esperados dos projetos de intervenção não representam os usos praticados.

O projeto de “revitalização” tinha como um dos objetivos resgatar à praça os ares dos anos de 1920, época da influência da *belle époque*, onde os usos perpassavam, em sua grande maioria, por parte da elite local. Talvez o que o projeto não previu é que

resgatar tais ares de 1920 não é algo plausível na prática em si, uma vez que as transformações socioespaciais resultaram na perda da centralidade da área central. O entorno da praça, os cinemas, os cafés, não existem mais, a prática do *footing*, algo característico da época, foi substituída pelas idas aos *shoppings centers*. Trazer os ares de um passado pode ser possível no que tange a estrutura espacial do local, mas não na sua socioespacialidade enquanto práticas sociais.

Como já citamos anteriormente, a Praça da Alfândega é um espaço urbano polissêmico, de grande diversificação simbólica, onde as representações sociais existentes na mesma a configura enquanto um *lugar*, composto por elementos de hibridismo e fragmentação, o que resulta em um *lugar* que tem contido em si vários *lugares*. Por conta desse duplo caráter, as formas de consumir este espaço urbano, resulta em usos e contra-usos que refletem os diferentes sentidos e representações sobre este mesmo espaço.

Os *lugares* são demarcados por fronteiras invisíveis, algumas inflexíveis, outras flexíveis, por liminaridades. *Lugares* que se entrecruzam e alguns se interpõe sobre os outros (ou tentam pelo menos). Percebe-se que na praça encontramos uma gama de *lugares*, onde apresenta-se, na grande maioria, uma convergência de sentidos múltiplos, o que possibilita um entendimento necessário para que se estabeleça as diferentes identidades socioespaciais encontradas no local.

O hibridismo que encontramos na praça proporciona a emergência de *lugares* que trazem em si a possibilidade de tensões e disputas, como o que apreendemos entre os indígenas e não-indios (principalmente os membros da Artefan), ou ainda entre os uruguaio e os brasileiros. O grupo dos menores que moram na praça e os artesãos que entram em conflito, frente a não convergência de sentidos. Nesta interação de conflito há de um lado (artesãos) a tentativa de suprimir um *lugar* sobre o outro (menores moradores da praça), onde os dois *lugares* não se entrecruzam. Por parte do outro grupo dos menores percebemos uma tentativa de resistir e impor seus sentidos e sua identidade socioespacial, pois sua identidade está diretamente ligada ao *lugar* socioespacial que ocupam.

Já o caráter fragmentário que também encontramos na praça possibilita que a afirmação das diferenças se disperse nas diferentes configurações socioespaciais. Como as existentes na Praça da Alfândega, onde as demarcações socioespaciais de vários

lugares implicam na criação de zonas de fronteiras. Entretanto a praça também é um local em que ocorrem interações sociais que não perpassam pela demarcação socioespacial, e nem se trata de um *lugar* para os envolvidos em tais interações.

A praça enquanto um espaço urbano é também um espaço de transitoriedade para determinados *frequentadores* da mesma, que gera uma ausência da demarcação simbólica e de sentimento de pertença. Onde as diferenças perdem o caráter de estranheza, justamente por este ser um *não-lugar*, um local em que os usos perpassam por relações efêmeras com o espaço e com os demais usuários, comportamento típico do homem *blasé*.

Entretanto, há também entre os *frequentadores* da praça aqueles que tem um sentimento de pertença com a mesma, onde não há necessariamente uma demarcação espacial e a formação de *lugares* para os usos. Pois a praça e seu entorno é um *lugar* que comporta diversos *lugares* em si. Estes fazem parte dos processos de subjetivação desses indivíduos, que fazem parte dos processos de socialização da praça, gerando representações sociais que permeiam a formação identitária dos mesmos.

O cotidiano da praça é norteado por diversos processos de interações sociais, perpassando por afirmações das diferenças, as vezes de forma conflituosa, até uma convergência de sentidos que possibilitam o convívio de diferentes grupos no mesmo espaço. Percebemos através da análise histórica que as transformações urbanas refletem as transformações dos usos da mesma. Em tempos de outrora o local era apropriado por uma elite local, com usos bem definidos, onde predominavam os processos de sociabilidades.

Com as transformações e a perda da centralidade de toda a área tradicional, ocorre um processo de esvaziamento do local por parte da elite e uma apropriação por camadas sociais populares, o que irá influenciar os novos usos deste espaço urbano, que se tornam cada vez mais fragmentários e híbridos, típicos do período (pós)moderno. Este estudo é uma tentativa de apreender o cotidiano da praça e suas interações, enfatizando as práticas cotidianas deste espaço urbano, e o envolvimento do cidadão nos diferentes significados na sua vida cotidiana.

Entendemos que apreender o cotidiano da praça em sua totalidade é algo que nos escapa. Por mais que tenhamos a pretensão de uma maior apreensão possível, é impossível captar todos os significados e processos, todo o sistema de relações sociais

cotidianas postas neste espaço urbano. O que tentamos deixar aqui com este estudo é uma parte de uma realidade social urbana. Um pouco da vida cotidiana das diferentes categorias sociais que permeiam a própria cotidianidade da Praça da Alfândega.

VI. Referências bibliográficas

ARANTES, Antonio. Guerra dos Lugares: fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. In.: FORTUNA, Carlos (org). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2001, p. 259-270.

AUGÉ, Marc. Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

- BALANDIER, Georg. A noção de situação colonial. Cadernos de campo, USP, n. 3; São Paulo, 1993.
- BECKER, Howard. A Escola de Chicago. Mana, v. 2, n. 2, p. 177-188; Rio de Janeiro, 1996.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: FORTUNA, Carlos (Org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oieras, Portugal: Celta, 2001. p. 67 – 80.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção da realidade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BOUDON, Raymond. La logique du social: introduction à l'analyse sociologique. Paris: Hachette, 1979.
- BOSI, Ecléia. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.
- _____. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In.: ZALUAR, A. (org). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p.87-121, 1990.
- ELIAS, Norbert. Sur le concept de vie quotidienne. In.: Cahiers Internationaux de Sociologie, v. 99, Paris: PUF, P.237-246, Juillet-Déc. 1995. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/40690639>. Acesso em 21 de dezembro de 2014.
- _____; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EUFRÁSIO, Mário A. A temática da sociabilidade na escola sociológica de Chicago. In.: *Sociabilidades/Laboratório de Análises da Sociabilidade Contemporânea*. Departamento de Sociologia, FFLCH, USP, São Paulo, 1996.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia histórico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.
- FLEURY, Laurent. Sociologia da cultura e das práticas culturais. São Paulo: SENAC, 2009.
- FLÔRES, Anelis Rolão. O núcleo da Praça da Alfândega de Porto Alegre: Requalificação e convergência. Porto Alegre: Depto. de Arquitetura/PROPAR, 2005.
- FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade. In: FORTUNA, Carlos (Org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oieras, Portugal: Celta, 2001. p. 231 – 257.
- _____. Cidade e urbanidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (Org.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

FREITAS, Ricardo Ferreira. Simmel e a cidade moderna: uma contribuição aos estudos da comunicação e do consumo. *Revista comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 04, nº 10, p. 41-53, julho 2007. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/98/99>. Acesso em 12 de março de 2014.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez, EDUSP, 2000.

_____. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº. 16, p. 51 – 66, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a04n16.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2012.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2007.

HOLLANDA, Chico Buarque de. *Cotidiano*. In.: *Construção*, faixa 2, Rio de Janeiro 1971.

JUAN, Salvador. Um enfoque sócio-antropológico sobre la vida cotidiana: automatismos, rutinas y elecciones. *Espacio abierto Cuaderno Venezolano de Sociología*, 2008, 17 (3), pp. 432-454. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00701318>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

KRUSE, Fabiana. *Intervenções em centros urbanos: o caso da antiga área portuária de Porto Alegre*. 2011. Dissertação (Mestrado em planejamento urbano e regional) UFRGS, Porto Alegre.

LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2004.

_____. *Image making: notas sobre a estética visual nas cidades contemporâneas*. In: LEITE, Rogerio Proença (Org). *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

_____. *Espaços públicos na pós-modernidade*. In.: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença. *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. *Antinomias de uma comparação: notas sobre vida urbana e cena teatral*. TOMO, *Revista do Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, n. 16 jan./jun., 2010.

LUHMANN, Niklas. O conceito de sociedade. In: NEVES, C. B.; SAMIOS, E. M. B. (Org.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

MAGALHÃES, Manoel Antônio de. *Almanak da vila de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1908.

MARONEZE, Luiz Antônio Gloger. *Espaço de sociabilidades e memória: Fragmentos da “vida pública” porto-alegrense entre os anos de 1890 e 1930*. Porto Alegre: PUCRS, 1994.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social*, 10 (1), São Paulo: USP, maio de 1998, p.1-8. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n1/a01v10n1>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

_____. *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2014.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre, urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

NUNES, Brasilmar Ferreira. As ciências sociais e a cidade. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 15, n. 2, jul/dez 2002, p. 443-446. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/22412/13423>. Acesso em 11 de janeiro de 2015.

PAIS, José Machado. *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudo de caso*. Lisboa: ICS, 2007.

PAIXÃO, Antonio Luiz. A etnometodologia e o estudo do poder: notas preliminares. In.: *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 1; n. 2, p. 93-110, maio/ago. 1986. Disponível em [file:///C:/Users/User/Downloads/Paixao\(1986\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Paixao(1986).pdf). Acesso em 19 de dezembro de 2014.

PARSONS, Talcott. *A estrutura da ação social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. In: *Coloquio A cidade entre projectos e políticas*. Porto, Portugal. 2003. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>. Acesso em 04 de setembro de 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

SANT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *Le chercheur et le quotidien*. Paris: Meridiens, 1987 apud TEDESCO, João Carlos. *Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, nº 02, Rio de Janeiro, outubro de 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci_arttext. Acesso em 10 de março de 2014.

SOUZA, Célia Feraz de. Plano geral de melhoramentos de Porto Alegre: o plano que modernizou a cidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus de. Breve história da cidade de Porto Alegre. In.: *O velho homem: um ensaio sobre a civilização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: AGE, 2010.

TEDESCO, João Carlos. Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

TOURAINÉ, Alain. Production de la société. Paris: Seuil, 1973.

_____. La Société Post-Industrielle. Paris: Denoël/Gonthier, 1969.

VELHO, Gilberto. Entrevista concedida em 03 de julho de 2001 para a Revista Estudos Históricos. In: VELHO, Gilberto. Um antropólogo na cidade: ensaios de uma antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. *Revista ILHA*, Florianópolis, v. 4, n. 1, julho de 2002, p. 5-16.

VII. ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Quanto tempo você conhece e/ou frequenta a Praça da Alfândega?
- 2) Qual sua idade?
- 3) Você mora próximo da praça?

- 3.1) (Caso more na praça) Quanto tempo você mora aqui?
- 4) Você trabalha na praça, no entorno ou só frequenta/usa a mesma?
- 4.1) (Caso trabalhe na praça) a quanto tempo trabalha aqui?
- 4.2) (Caso trabalhe no entorno) a quanto tempo trabalha próximo da praça?
- 5) (Caso seja frequentador/usuário da praça) Você vem a praça cotidianamente ou esporadicamente?
- 6) (Caso seja usuário assíduo) O que lhe faz vir a praça cotidianamente?
- 7) Me fale sobre seu cotidiano na praça?
- 8) Você pode me falar um pouco de como é sua relação com os demais usuários da praça?
- 9) Me fale sobre o dia a dia da praça, a partir do que você vê?
- 10) O que a praça representa para você?